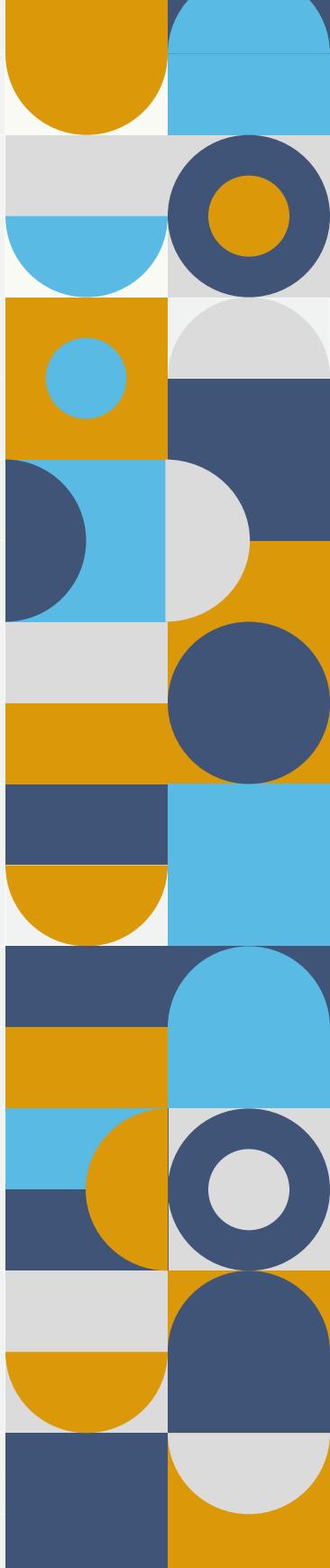


Volume XII

PRÁTICAS E SABERES DE EXTENSÃO

ORGANIZADORES

Luciane Bisognin Ceretta
Daniel Ribeiro Preve
Indianara Reynaud Toreti
Thiago Rocha Fabris
Fernanda Guglielmi Faustini Sônego
Marcelo Feldhaus
Oscar Rubem Klegues Montedo
Merisandra Côrtes de Mattos Garcia
Melissa Watanabe
Rodrigo Machado



Volume XII

PRÁTICAS E SABERES DE EXTENSÃO

ORGANIZADORES

Luciane Bisognin Ceretta
Daniel Ribeiro Preve
Indianara Reynaud Toreti
Thiago Rocha Fabris
Fernanda Guglielmi Faustini Sônego
Marcelo Feldhaus
Oscar Rubem Klegues Montedo
Merisandra Côrtes de Mattos Garcia
Melissa Watanabe
Rodrigo Machado



Volume XII

PRÁTICAS E SABERES DE EXTENSÃO

COLABORADORES

Aline Eying Savi
Manuela Pires Amorin
Ana Paula Silva dos Santos
Marja Mariane Feuser
André de Assis Zanelato
Michele Domingos Schneider
Andreia Cittadin
Milla Lucia Ferreira Guimarães
Daijinn Wolff Reis
Miriam da Conceição Martins
Ednelson de Souza Cardoso
Mônica P. Kravczik Guglielmi
Elaine Guglielmi Pavei Antunes
Morgana Santos Luiz
Elisângela da Silva Baltazar
Neiva Junkes Hoepers
Elton da Silva
Nycellen Garcia de Bem
Haron Cardoso Fabre

Paula Rosane Vieira Guimarães
João Carlos Mota Patrício
Pedro Luiz Kestering Medeiros
João Vitor Fratoni
Ricardo Pieri
Joice de Abreu Brandolfi
Rosilane Rosa Duarte
Jonas Scremin Brolese
Suelen Letiana da Rosa Mastroiano
Karoliny Marcineiro Stucchi
Violeta Adelita Ribeiro Sutili
Lara Benedet
Vitória Bobsin
Lara Canever
Volmar Madeira
Leonel Luiz Pereira
Zenaide Paes Topanotti
Letícia Alberton Baggio



Florianópolis

2023

Copyright© 2023 by Luciane Bisognin Ceretta, Daniel Ribeiro Preve, Indianara Reynaud Toreti, Thiago Rocha Fabris, Fernanda Guglielmi Faustini Sônego, Marcelo Feldhaus, Oscar Rubem Klegues Montedo, Merisandra Côrtes de Mattos Garcia, Melissa Watanabe e Rodrigo Machado.

Produção Editorial: Habitus Editora

Editor Responsável: Israel Vilela

Projeto Gráfico e Diagramação: Conrado Esteves

Imagen de Capa: Freepik

As ideias e opiniões expressas neste livro são de exclusiva responsabilidade dos Autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta Editora.

CONSELHO EDITORIAL:

Alceu de Oliveira Pinto Junior UNIVALI	Horácio Wanderlei Rodrigues UFSC/ FURG
Antonio Carlos Brasil Pinto (<i>in memoriam</i>) UFSC	Jorge Luis Villada UCASAL-(Argentina)
Cláudio Macedo de Souza UFSC	José Sérgio Cristóvam UFSC
Dirajaiá Esse Pruner UNIVALI-AMATRA XII	Josiane Rose Petry Veronese UFSC
Doris Ghilardi UFSC	Juan Carlos Vezzulla IMAP (Portugal)
Edmundo José de Bastos Júnior UFSC- ESMESC	Juliano Keller do Valle UNIVALI-ESA OAB/SC
Eduardo de Carvalho Rêgo UFSC	Lauro Ballock UNISUL
Elias Rocha Gonçalves IPEMED-SPCE Portugal-ADMEE Europa-CREFAL Caribe	Marcelo Bauer Pertille UNIVALI / RICO DOMINGUES/ PUC RS
Flaviano Vetter Tauscheck CESUSC-ESA-OAB/SC	Marcelo Buzaglo Dantas UNIVALI
Francisco Bissoli Filho UFSC	Marcelo Gomes Silva UFSC-ESMPSC
Geyson Gonçalves CESUSC-ESA OAB/SC	Nazareno Marcineiro UFSC-ACADEMIA DA PMSC
Gilsilene Passon P. Francischetto UC (Portugal)-FDV/ES	Paulo de Tarso Brandão UNIVALI

C414p CERETTA, Luciane Bisognin.

Práticas e Saberes de Extensão volume XII / Aline Eyng Savi ...[et al.];
Organizadores: Luciane Bisognin Ceretta, Daniel Ribeiro Preve, Indianara Reynaud Toreti, Thiago Rocha Fabris, Fernanda Guglielmi Faustini Sônego, Marcelo Feldhaus, Oscar Rubem Klegues Montedo, Merisandra Côrtes de Mattos Garcia, Melissa Watanabe e Rodrigo Machado.

1ª ed. - Florianópolis: Habitus, 2023.

recurso digital; Formato: e.book

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5035-096-3

1. Ensino Universitário 3. Ciências Sociais Aplicadas 4. Experiências Pedagógicas 5. Projeto Pedagógico - Brasil I. Título

CDU 378

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e seus §§ 1o, 2o e 3o, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).



**HABITUS
EDITORA**

Todos os direitos desta edição reservados à Habitus Editora.
www.habituseditora.com.br - habituseditora@gmail.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	13
<i>Prof^a. Dr^a. Micheli C. Thomas</i>	

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

1. GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ASSOCIADOS A COOPAFI	17
<i>Rosilane Rosa Duarte</i>	
<i>João Carlos Mota Patrício</i>	
<i>Michele Domingos Schneider</i>	
<i>Ricardo Pieri</i>	
<i>Volmar Madeira</i>	
2. RELATO DAS AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO DA CONTABILIDADE SOCIAL NOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS DA AMREC.....	37
<i>João Vitor Fratoni</i>	
<i>Ednelson de Souza Cardoso</i>	
<i>Manoel Vilsonei Menegali</i>	
<i>Jonas Scremen Brolese</i>	
<i>Marja Mariane Feuser</i>	
<i>Ana Paula Silva dos Santos</i>	
<i>Leonel Luiz Pereira</i>	
<i>Andreia Cittadin</i>	
<i>Milla Lúcia Ferreira Guimarães</i>	

3. ASSESSORIA, CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE APP'S: UM RELATO DE EXTENSÃO 55

André de Assis Zanelato

Nycellen Garcia de Bem

Leonel Luiz Pereira

Ana Paula Silva dos Santos

Jonas Scremin Brolese

Marja Mariane Feuser

Andréia Cittadin

Manoel Vilsonei Menegali

Milla Lucia Ferreira Guimarães

HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

4. PRÁTICAS DE EXTENSÃO EM MODA: PROGRAMA MODARTE E PROMOÇÃO CULTURAL SOBRE JEANS 75

Violeta Adelita Ribeiro Sutili

Lara Benedet

Vitória Bobsin

5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS DE TERRITÓRIO PAULO FREIRE, LOCALIZADAS PRÓXIMAS AO LOTEAMENTO SANTO ANDRÉ: UM RELATO DE ATUAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO NA ESCOLA E.M.E.I.F JOSÉ CONTIM PORTELLA 91

Mônica P. Kravczik Guglielmi

Elton da Silva

Miriam da Conceição Martins

Zenaide Paes Topanotti

CIÊNCIAS DA SAÚDE

6. CONSUMO DE MACRO E MICRONUTRIENTES EM UM GRUPO DE IDOSOS NO SUL CATARINENSE..... 101

Elisângela da Silva Baltazar

Suelen Letiana da Rosa Mastroiano

Lara Canever

Neiva Junkes Hoepers

Paula Rosane Vieira Guimarães

**7. PAMIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO MATERNO-INFANTIL
E FAMILIAR: O SEU PAPEL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 129**

Joice de Abreu Brandolfi

Manuela Pires Amorin

Karoliny Marcineiro Stucchi

Daijinn Wolff Reis

Morgana Santos Luiz

Ariete Inês Minetto

CIÊNCIAS, ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS

**8. ACESSIBILIDADE E ERGONOMIA NO PROJETO
DE AMBIENTES ESCOLARES INCLUSIVOS 145**

Aline Eyng Savi

Elaine Guglielmi Pavei Antunes

Pedro Luiz Kestering Medeiros

Haron Cardoso Fabre

Letícia Alberton Baggio

APRESENTAÇÃO

A Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) tem como missão “*Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida*”. A indissociabilidade entre ensino–pesquisa–extensão traz como os princípios norteadores a excelência na formação integral do cidadão; a universalidade de campos de conhecimento; a flexibilidade de métodos e concepções pedagógicas; o equilíbrio nas dimensões acadêmicas e a inserção na comunidade.

Assim, a extensão sendo a atividade em que se apresenta como foco principal à comunidade, nesta interação, conhece seus desafios, engaja-se e busca empatia na maneira ativa de propor diálogos e em conjunto com seus protagonistas buscam opções de ação a problemas específicos que são observados no desenvolvimento da atividade extensionista. É o momento que o estudante pratica o que aprendeu e vivencia a importância de sua ação como cidadão aderente com o seu próprio propósito.

Em 2019, seguindo a tradição anterior, foi promovida paralelamente à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, a **X Semana de Ciência e Tecnologia** (SCT) no *campus* da UNESC localizado na cidade de Criciúma, Santa Catarina (SC). Foram realizadas distintas atividades acadêmicas simultâneas, a saber: o IX Seminário de Iniciação Científica, o XI Salão de Extensão, o IX Salão de Ensino, o V Salão de Pós-Graduação, a VI Feira de Inovação, o VI Talento

Musical, a V Feira de Ciências, IV Workshop de Arqueologia e o IV *Bootcamp*; o II Ciclo de Palestras do Museu de Zoologia e a I Jornada Empreendedora. Toda esta programação aproxima a comunidade acadêmica à comunidade.

A Semana de Ciência e Tecnologia, é considerada o maior evento científico institucional é ressaltada pelo reconhecimento dado aos melhores trabalhos apresentados. Foram premiados com certificado de menção honrosa em cerimônia acadêmica pública e, por fim, com a publicação destes trabalhos no XI volume da obra “Práticas e saberes da Extensão”, que contém oito artigos de quatro áreas do conhecimento, a saber: Ciências Sociais Aplicadas; Ciências, Humanidades e Educação; Ciências da Saúde e Ciências, Engenharias e Tecnologias. Todos os trabalhos são exemplos de como a Universidade, trabalhando em conjunto com a sociedade pode produzir, além dos seus muros, soluções viáveis e aplicáveis a toda sociedade.

Os temas centrais da obra foram organizados e distribuídos em quatro eixos. Na área das **Ciências Sociais e Aplicadas** foram premiados três artigos: a) “Gestão dos empreendimentos associados a COOPAFI” cujos autores e participantes são Rosilane Rosa Duarte, João Carlos Mota Patrício, Michele Domingos Schneider, Ricardo Pieri, Volmar Madeira ; b) “Relato das ações do projeto de extensão da contabilidade social nos observatórios sociais da amrec” de João Vitor Fratoni, Ednelson de Souza Cardoso, Manoel Vilsonei Menegali, Jonas Scremen Brolese, Marja Mariane Feuser, Ana Paula Silva dos Santos, Leonel Luiz Pereira, Andreia Cittadin, Milla Lúcia Ferreira Guimarães. E c) “Assessoria, consultoria e prestação de contas de APP’s: um relato de extensão” de André de Assis Zanelato Nycellen Garcia de Bem Leonel Luiz Pereira Ana Paula Silva dos Santos Jonas Scremen Brolese Marja Mariane Feuser Andréia Cittadin Manoel Vilsonei Menegali Milla Lucia Ferreira Guimarães.

Na área das **Ciências Humanidades e Educação** foram premiados dois artigos: a) “Práticas de extensão em moda: programa modarte e promoção cultural sobre jeans” de Violeta Adelita Ribeiro

Sutili, Lara Benedet, Vitória Bobsin; e b) “Educação ambiental em escolas de Território Paulo Freire, localizadas próximas ao loteamento Santo André: um relato de atuação do projeto de extensão na escola E.M.E.I.F José Contim Portella” de Mônica P. Kravczik Guglielmi, Elton da Silva, Miriam da Conceição Martins, Zenaide Paes Topanotti .

Na área das **Ciências da Saúde** foram premiados dois artigos: a) “Consumo de macro e micronutrientes em um grupo de idosos no sul catarinense”, dos autores Elisângela da Silva Baltazar; Suelen Letiana da Rosa Mastroiano; Lara Canever; Neiva Junkes Hoepers; Paula Rosane Vieira Guimarães; e b) “PAMIF – Programa de atenção materno-infantil e familiar: o seu papel na extensão universitária”, dos autores Joice de Abreu Brandolfi; Manuela Pires Amorin Karoliny Marcineiro Stucchi; Daijinn Wolff Reis; Morgana Santos Luiz; Ariete Inês Minetto.

Na área de **Ciências, Engenharias e Tecnologias** foi premiado um artigo: “Acessibilidade e ergonomia no projeto de ambientes escolares inclusivos ” dos autores Aline Eyang Savi; Elaine Guglielmi Pavei Antunes; Pedro Luiz Kestering Medeiros; Haron Cardoso Fabre e Letícia Alberton Baggio.

Agradece-se ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), ao CREA-SC pelo patrocínio, a empresa Biozenthi Biotecnologia Ltda. pelo apoio dado, aos demais patrocinadores e parceiros que juntos colaboraram para o sucesso do evento e, a colaboração da Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNESC que financiou este livro. Por fim, porém não menos importante, salienta-se que os resultados dos trabalhos bem como opiniões aqui revelados são de responsabilidade dos(as) autores(as) e coautores(as) de cada capítulo. Desejamos uma excelente leitura.

Organizadores

PREFÁCIO

Prof^a. Dr^a. Micheli C. Thomas

Departamento de Engenharia de Pesca e Ciências Biológicas – UDESC

Que grata satisfação poder expressar a importância e relevância da extensão acadêmica, de forma realista e inclusiva, como um dos pilares que mantêm a estrutura de uma universidade.

Em 2019, aconteceu na UNESC, localizada na cidade de Criciúma, Santa Catarina (SC), a **X Semana de Ciência e Tecnologia** (SCT), na qual os melhores trabalhos apresentados foram premiados e publicados no **XI volume da obra “Práticas e Saberes da Extensão”**.

A promoção desses eventos pela UNESC, propicia indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão de forma eficaz. Integra gestores, professores, técnicos e acadêmicos, porque extensão não se faz sozinho. Certamente os acadêmicos que participaram na elaboração, execução e conclusão desses estudos, exercitaram com excelência todos os processos necessários para a formação integral do cidadão.

Os professores orientadores, tiveram a oportunidade de expandir seus conhecimentos reservados ao ensino e, aprimorados nas pesquisas, para grupos sociais que precisam de soluções nas mais diversas questões. A UNESC, como instituição universitária contribui para o movimento de dissolver as divisórias da separatividade entre universidade e sociedade. E a partir disso, cria-se nesse lugar ponte de conhecimentos e práticas de saberes, que podem agora ser incluídos nos processos de emancipação e progresso da sociedade como um todo.

Ao lançarmos um olhar para as principais questões sociais, econômicas, culturais e ambientais, vemos que para boa parte delas existe

um conhecimento de base e outros que precisam ser pesquisados e desenvolvidos, através de novas teorias e tecnologias. É justamente nas universidades que essa maquinaria intelectual acontece, sendo a produção científica o produto mais valioso.

Com o papel primordial da extensão acadêmica, boa parte da produção científica não apenas compõe os currículos individuais, mas torna-se veículo de contribuição para a sociedade, perfazendo tanto o papel de questionar quanto solucionar questões trazidas pelos trabalhos aqui apresentados.

Se ao logo de toda a jornada de produção científica do Brasil, as universidades tivessem investido com cuidado, atenção e, principalmente, valorizado mais a extensão, arrisco afirmar que boa parte dos atuais problemas econômicos e socioambientais encontrariam soluções nas bases sociais, com práticas locais e construção de políticas públicas assertivas.

Ao longo do XI volume da obra “Práticas e saberes da Extensão” os leitores podem e devem fazer esse exercício de verificar como o conhecimento de base, munidos de metodologias científicas, elaboração de práticas e soluções tecnológicas, a partir da troca de saberes, foi potencializado nas áreas do conhecimento, como Ciências Sociais Aplicadas; Ciências, Humanidades e Educação; Ciências da Saúde e Ciências, Engenharias e Tecnologias. Todos eles foram produtos de pesquisas científicas que de formas particulares, chegaram até a sociedade por meio da extensão acadêmica.

A mensagem final que essa obra deixa para mim e, espero que para todos os leitores, é que o ensino, a pesquisa e a extensão não são apenas três pilares que compõem a universidade e, sim, a universidade apenas passa a existir na sua inteireza quando esses três eixos forem um só, que trabalha e opera de forma integral. Dessa forma, acredito que o mérito final desses trabalhos todos aqui apresentados não é a publicação do artigo e o crédito curricular, mas a contribuição para um mundo mais justo, equitativo, saudável e digno para todos.



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Capítulo 1

GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ASSOCIADOS A COOPAFI

Rosilane Rosa Duarte

João Carlos Mota Patrício

Michele Domingos Schneider

Ricardo Pieri

Volmar Madeira

1 INTRODUÇÃO

Santa Catarina é considerado um dos estados com o maior número de cooperados no Brasil, parte dessas cooperativas são de produção agrícola familiar (BOESCHE, MAFOLETTI, 2008). Içara, por ser um município interiorano possui um considerável número de famílias agrícolas, o que a torna um campo fértil para o desenvolvimento de cooperativas, para auxiliá-los na comercialização e legalização dos resultados de suas produções (IBGE, 2019). Foi neste contexto que a Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara - COOPAFI foi criada, com o intuito de auxiliar esses agricultores, e faz parte do sistema União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES, que reúne cooperativas de agricultura familiar de todo Brasil.

A COOPAFI é uma cooperativa de agricultores familiares de natureza civil sem fins lucrativos e tem por missão promover o desenvolvimento sustentável das famílias rurais através da produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de seus produtos.

Foi fundada em 2005 por 21 agricultores e hoje conta com 110 associados. Atualmente a cooperativa é presidida pelo agricultor Jairo Manoel da Silveira que juntamente com o conselho de administração e fiscal realiza os trabalhos com o objetivo de produzir e comercializar os produtos de origem animal, vegetal e agroecológicos das famílias de agricultores associados a cooperativa como intermédio ao mercado convencional e institucional dentro das recomendações técnicas de higiene, recomendadas pelas entidades de assistência técnica e fiscalização. A COOPAFI é responsável pelo gerenciamento de unidades familiares de beneficiamento e transformação de fruta, cereais, produção de pães, bolachas, doces, produtos lácteos (registrado no serviço de inspeção municipal) atende 16 agroindústrias de beneficiamento de diversos produtos de origem animal e vegetal disponibilizando responsável técnico e contabilidade.

Como a maioria dos produtores são pequenos empresários da agricultura familiar, um grupo de professores e alunos da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) juntamente com a COOPAFI organizaram um projeto de extensão intitulado: Assessoria na gestão, capacitação empresarial e empreendedorismo para os empreendimentos da agricultura familiar do município de Içara, filiados à COOPAFI. Com o objetivo de promover ações de assessoria na gestão, capacitação empresarial e de empreendedorismo aos empreendimentos da agricultura familiar do município de Içara, filiados à COOPAFI com foco no empreendedorismo turístico, rural e religioso.

O objetivo do presente estudo é apresentar os resultados do primeiro ano do projeto de extensão Assessoria na gestão, capacitação empresarial e empreendedorismo para os empreendimentos da agricultura familiar do município de Içara, filiados à COOPAFI.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A definição de cooperativa segundo McPherson, (1995) surge após vários conceitos criados tentando explicar sua constituição. O

conceito mais abrangente surge quando a ACI (Aliança Cooperativa Internacional), durante o XXXI Congresso, realizado em Manchester, elaborou a seguinte definição, segundo McPherson, (1995, p. 24) “[...] Uma cooperativa é uma associação de pessoas que estão unidas de forma voluntária para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum mediante uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática [...]”.

Segundo Singer (2001, p.101) o capitalismo como nós o conhecemos nos dias atuais “[...] exige ‘alguma’ competição, a livre competição do grande número é substituída pela competição oligopólica (poucos vendedores) ou oligopsônica (poucos compradores) [...]”. Já no capitalismo contemporâneo, “[...] a competição fundamental que ocorre é entre empresas gigantes ou multi-empresas transnacionais [...]”. Mas, no doméstico a dispersão continua a regra. “[...] Os compradores dos bens e serviços finais (destinados à satisfação direta de necessidades ou desejos humanos) vão ao mercado às dezenas de milhões, individualmente [...]”, esses compradores são forçados a escolher entre poucas marcas disponíveis no mercado que, oferecem produtos do mesmo padrão e com preços muito semelhantes.

Singer (2001, p.108) também nos diz que “[...]O principal campo de ação solidária das cooperativas já consolidadas é para fora. As suas sobras (‘lucros’) são em geral reinvestidas integralmente tendo em vista gerar novas fontes de trabalho e renda dentro da própria empresa ou sob a forma de novas cooperativas [...]”. Este exercício intercooperativo é uma peça vital para o crescimento das empresas solidárias. O desafio do mercado para à empresa capitalista é ou cresce ou perece, vale também para as cooperativas e demais organizações solidárias.

Ayres (2015) diz que “[...]a universidade só cumpre plenamente seu papel social se conseguir um bom equilíbrio entre essas três vertentes – pesquisa, ensino e extensão. [...]” Através de um projeto de extensão o acadêmico faz a transição da vida universitária para a profissional de uma forma mais suave, “[...]pessoas que produzem, ensinam e aprendem os saberes e as técnicas nas universidades em

contato com as pessoas diretamente interessadas nos seus benefícios, ressignificar e enriquecer continuamente os saberes da universidade com os saberes e experiências da vida cotidiana[...].”.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso, multi-caso, pesquisa descritiva e de campo, com abordagem qualitativa. O estudo foi realizado no período de 08/2018 a 06/2019 e envolve a descrição dos procedimentos realizados e resultados obtidos no primeiro ano do projeto de extensão e os principais resultados e envolveu três cooperados da COOPAFI.

O objeto de estudo é o projeto de extensão e as ações desenvolvidas ao longo do primeiro ano.

4 EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

4.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO

O projeto de extensão, Assessoria na gestão, capacitação empresarial e empreendedorismo para os empreendimentos da agricultura familiar do município de Içara, filiados à COOPAFI, foi aprovado no edital de fomento 101/2018 promovido pela Pró-reitoria Acadêmica (PROACAD) e diretoria de extensão, cultura e ações comunitárias da Unesc. Iniciou suas atividades em 08/2018 e foi constituído com objetivo geral de promover ações de assessoria na gestão, capacitação empresarial e de empreendedorismo com foco no empreendedorismo turístico, rural e religioso. Seus objetivos específicos: Criar rotina e cronograma de assessoria; revisar o plano estratégico, operacional e de marketing dos empreendimentos, e planos de ação, fazendo as adequações; revisar as projeções econômico-financeiras do empreendimento; realizar levantamento das necessidades de capacitação dos empreendedores; estabelecer indicadores de controle do negócio;

acompanhar o desenvolvimento os empreendimentos da agricultura familiar. O público atendido compreende associados da COOPAFI.

As ações iniciaram com reuniões com o presidente da COOPAFI para explanação do projeto, seus objetivos e potencialidades. Num segundo momento, o presidente da COOPAFI mobilizou os associados para identificar as demandas e necessidades dos associados que fossem condizentes com os objetivos do projeto. Desta forma, foi realizada uma reunião envolvendo COOPAFI, associados interessados, professores e acadêmicos ligados ao projeto de extensão, o que gerou as primeiras demandas de atuação.

Foi realizado um diagnóstico preliminar com os empreendimentos Di Fiore Café, Calegari Carnes e Embutidos e Jeniane Produtos Orgânicos. Com objetivo de analisar a gestão dos proprietários rurais por meio de observação sistemática. A partir deste diagnóstico preliminar, acadêmicos e professores foram organizados em pequenos grupos para realizar os atendimentos aos cooperados in loco. A seguir são apresentados os relatos dos atendimentos e direcionamentos definidos para cada associado da COOPAFI atendidos pelo projeto de extensão:

4.2 RELATO DE CASO DIFIORE CAFÉ

Di Fiore Café é um café colonial, localizado próximo ao Santuário Sagrado Coração de Jesus em Içara. É um empreendimento novo, iniciou as atividades em 24 de março de 2019, foi criado através de um plano de negócios elaborado pela Epagri, para obtenção de financiamento e implantação do empreendimento. O modelo de negócio implantado e executado, até o momento vem apresentando bons resultados. Um ambiente familiar, onde trabalha o proprietário Luiz Fernando Burigo, seus pais e irmã, também a sua namorada e outros familiares. Empresa está legalizada e registrada e conta com contador terceirizado.

Figura 01 – Imagens Di Fiore Café

Fonte: Instagram da empresa

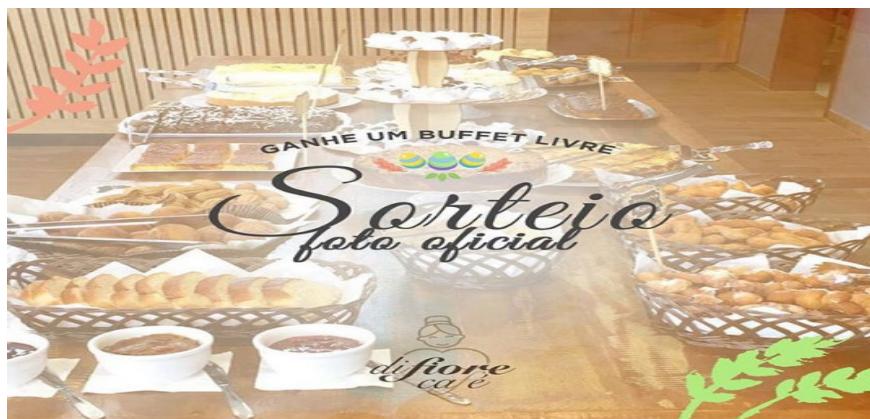
Nas características operacionais do negócio identificou-se que a maioria dos produtos da empresa são de produção própria, outros produtos são terceirizados por outros cooperados da COOPAFI. Espaço agradável, ambiente familiar, localização privilegiada e segmento com pouca concorrência na região. Está localizada às margens da Rodovia Içarense que liga o município ao santuário Sagrado Coração de Jesus, o qual foi inaugurado em 2017, e se tornou a segunda maior igreja do estado de Santa Catarina, construído em um terreno de 13,5 hectares que acolhe praças, caminhos e demais edificações. Devido à proximidade com o Santuário, surgiu a ideia do negócio, e a oportunidade de atender os romeiros que visitam o santuário.

Com relação a análise dos custos e finanças, ainda sem possibilidade de avaliação devido abertura recente (março/2019), com atendimento somente aos sábados e domingos, mas na opinião de Luiz, superou as expectativas.

Em se tratando da análise de divulgação, vendas e inovação foram identificados os seguintes aspectos. A respeito de divulgação, a empresa

desenvolveu folders que foram distribuídos no comércio local e na Unesc, utilizam-se das redes sociais para divulgação e promoção. Foi sugerido então, ações de sorteio para captação de contatos para eventuais promoções da casa, como divulgar novos eventos, pois pensam em inovar com a noite das sopas ou a noite da minestra, eventos que precisam ser bem divulgados, pois ampliaria os dias de atendimento da casa.

Figura 02 – Ação promocional Di Fiore Café



Fonte: Instagram da empresa

Com relação aos resultados e controles a empresa possui controle, porém os resultados ainda não podem ser mensurados, devido ao pouco tempo de atividade da empresa. Possui um sistema informatizado para a gestão e controle do negócio, incluindo controle de compras e vendas.

A partir destes elementos, foi realizado a análise do ambiente interno e externo da empresa.

4.2.1 Análise do Ambiente Interno

Na análise do ambiente interno da empresa, são identificados pontos fortes e pontos fracos, que são situações onde a empresa pode atuar e mudar.

Quadro 01 – Análise do ambiente interno

Pontos fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura - Localização - Equipe de trabalho - Empresa Familiar - Variedade cardápio - Negócio diferenciado para região - Sistema informatizado de gestão - Eventos 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexperiência no negócio - Poucas horas de atendimento - Não abertura para almoço

Fonte: dados da pesquisa

4.2.2 Análise do Ambiente externo

Na análise do ambiente externo, são identificadas oportunidades e ameaças para a empresa, onde ela não pode influenciar, mas aproveitar ou se defender utilizando-se dos seus pontos fortes.

Quadro 02 – Análise do ambiente externo

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Pouca concorrência - Ponto Turístico (Santuário) - Cooperativismo - Valorização da Agricultura Familiar pela comunidade - Maior procura por alimentos saudáveis / orgânicos - Busca por produto direto do produtor - Vigilância Sanitária 	<ul style="list-style-type: none"> - Crise econômica - Concorrência - Vigilância Sanitária

Fonte: dados da pesquisa

4.2.3 Ações desenvolvidas

Partir-se para a identificação das necessidades apontadas pelo empreendedor:

- Levantamento de custos;
- Forma de cadastro ou telefone clientes;
- Divulgador para as redes sociais;
- Muita sobra de produtos na mesa.

De posse das informações do diagnóstico, nas análises de ambiente interno e externo e do apontamento das necessidades do empreendedor, foram apresentadas as alternativas de possibilidades de:

- Implementação de Ficha Técnica para a padronização dos produtos;
- Identificação dos custos;
- Implantação de Controle de Custos;
- Utilização de planilha de cálculo de custos para o acompanhamento dos custos;
- Sugestão de cadastro de clientes;
- Sugestões de ações promocionais para ampliação da divulgação;
- Sugestões de marketing e propaganda.

4.3 RELATO DE CASO CALEGARI

A agroindústria “Calegari Carnes e Embutidos” é uma empresa associada a (COOPAFI), localizado na Rodovia SC 445 Km 73, foi inaugurado em 29 de outubro de 2016. O projeto da agroindústria contou com um plano de negócios elaborado pela EPAGRI para a obtenção de financiamento e implantação do empreendimento vinculado a Sra. Anair Sartor Calegari, possuidora do registro de agricultora.

O ambiente é familiar, administrado pelo Sr. Evanir Calegari (filho da Sra. Anair) e sua esposa, Sra. Rita de Cássia Ferreira. Conta

ainda, com auxílio de uma terceira pessoa na parte operacional em dois dias da semana. O modelo de negócio implantado e executado, até o momento vem apresentando bons resultados com a industrialização e comercialização de cortes de carnes de suínos, salame, linguiça, morcilha, banha, torresmo, miúdos de suínos, etc.

Figura 01 – Imagem produtos Calegari Carnes e embutidos



Fonte: Facebook da empresa

Empresa legalizada e registrada. É assessorada pela COOPAFI para emissão de notas fiscais e qualquer outra documentação ou exigências da vigilância sanitária e/ou outros órgãos públicos ou privados.

De acordo com sua característica operacional a agroindústria “Calegari Carnes e Embutidos” tem como base a compra de “carcaças de suíno” de frigorífico da região e o seu fracionamento, ou seja, o corte e separação das carnes, ossos, toucinhos e para assim realizar a elaboração de seus produtos, tais como: cortes de carnes de suínos, salame, linguiça, morcilha, banha, torresmo, miúdos de suínos, etc. para comercialização. Além desses produtos, também comercializa queijos e ovos de outros associados da cooperativa e outros produtos de terceiros.



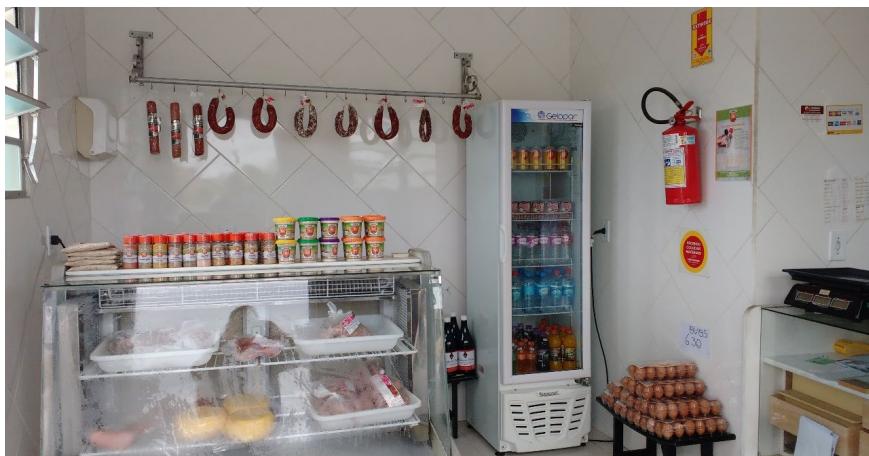
Fonte: Facebook da empresa

O controle de custos e finanças é realizado com base nas anotações das entradas e saídas do caixa, avaliando o que foi comprado e vendido durante a semana. Com estes dados é projetado as compras da semana seguinte, e com relação aos custos, de tempo em tempos, é realizado o levantamento dos custos das carcaças de suíno e o resultado financeiro obtido, para avaliar a rentabilidade da operação.

Em se tratando da análise de divulgação, vendas e inovação foram identificados os seguintes aspectos: eles fazem uso de cartão de visita e de algumas divulgações em redes sociais (WhatsApp e Facebook), já fizeram divulgação em uma rádio local, concluíram que tiveram retorno pelo número de pessoas que comentaram, mas não mensuraram o tamanho do retorno. As vendas ocorrem no próprio local de terça a sábado e realizam entregas de produtos para as escolas Estaduais (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE). E, no aspecto inovação, pretendem ampliar a área de vendas por

considerarem pequena, no momento não se interessam em ampliar a linha de produtos comercializada.

Figura 03 – Área de vendas



Fonte: Do extensionista.

De acordo com os resultados e controles, eles possuem um caderno de entrada e saída, onde ficam registrados todos os movimentos de mercadoria, inclusive o que é consumo da família é registrado como retirada dos sócios. Importante ressaltar que eles separam tudo que é conta da empresa e conta pessoal. No final do mês é apurado o resultado, em relação as entradas e saídas do fluxo de caixa e, segundo o Sr. Evanir, os resultados estão dentro do esperado, apesar da baixa que tem ocorrido em alguns meses. Apesar disto, conseguem manter em dia os pagamentos dos fornecedores e do financiamento realizado para implantação do negócio.

A partir destes elementos, foi realizado a análise do ambiente interno e externo da empresa.

4.3.1 Análise do Ambiente Interno

Na análise do ambiente interno da empresa, são identificados pontos fortes e pontos fracos, que são situações onde a empresa pode atuar e mudar.

Quadro 01 – Análise do ambiente interno

Pontos fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Controle de entrada e saída - Equipe de trabalho - Empresa Familiar - Controle Sanitário - Registros legais - Uso de redes sociais - Linha de produtos - Associado à COOPAFI - Instalações - Processo produtivo - Localização 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle e registro mais detalhados - Cadastro dos clientes - Linha de produtos - Fornecedor único - Propaganda e Publicidade - Informatização dos controles - Layout da área de venda - Localização

Fonte: dados da pesquisa

4.3.2 Análise do Ambiente Externo

Na análise do ambiente externo, são identificados oportunidades e ameaças para a empresa, onde ela não pode influenciar, mas aproveitar ou se defender utilizando-se dos seus pontos fortes.

Quadro 02 – Análise do ambiente externo

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar - Cooperativismo - Busca por produtos menos industrializados. - Busca por produtos direto do produtor. - Valorização das cooperativas familiares pela sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Concorrentes - Vigilância sanitária - Produtos Industrializados

Fonte: dados da pesquisa

4.3.3 Ações desenvolvidas

De posse das informações do diagnóstico, nas análises de ambiente interno e externo e do apontamento das necessidades do empreendedor, foram apresentadas as alternativas de possibilidades de:

- Implementação de Ficha Técnica para a padronização dos produtos
- Implantação de Controle de Custos
- Sugestão de Informatização
- Sugestão de cadastro de clientes e fornecedores
- Sugestões de modernização da comunicação visual da empresa
- Sugestões de marketing e propaganda para captação de clientes
- Mudança do layout da área de vendas
- Realizado projeto arquitetônico da área de vendas

4.4 RELATO DE CASO JENIANI PRODUTOS ORGÂNICOS

Empresa de produtos orgânicos, associada a Cooperativa da Agricultura Familiar (COOPAFI), localizada na Vila Alvorada no município de Içara. Se deu o início das atividades em 2014, tendo seus proprietários Jeniani Cândido Rabelo e seu esposo. Seus produtos são legumes, verduras e frutas orgânicas.

Figura 01 – Plantação



Fonte: do extensionista

Empresa registrada e associada a cooperativa que é responsável pela emissão de notas fiscais, assessoria contábil e qualquer outro tipo de documentação. As características da operação são as compras de mudas, adubação e revenda sem adição de agrotóxicos.

Quanto ao controle de custos e finanças não existe um controle formal, a formulação do preço se dá pelos custos de insumos, mão de obra, margem de lucro e o preço das mudas utilizadas, sem mensurar os custos variáveis como: transporte, embalagens e divulgação que acabam não sendo inclusos na formulação do preço. Também não é feita a dedução das perdas. Nas finanças também não possuem um registro formal documentado.

Em se tratando da análise de divulgação, vendas e inovação foram identificados os seguintes aspectos: possui uma boa divulgação através da cooperativa, com página em site da feira e divulgação em rádio. Vendas através das feiras que participam, nas quartas, sextas e sábados, vendas em casa e entrega semanal para o PNAE. A maneira que acharam para inovar foi a criação de um novo segmento, a plantação de maracujá e a panificação de produtos sem glúten e sem lactose.

De acordo com os resultados e controles não possui controle formal de qualquer tipo de operação (financeiro, fornecedor, clientes, estoque). Não separam o que é da empresa com o que é pessoal e o resultado é avaliado apenas pelo extrato bancário, mas não possuem nenhum tipo de fluxo de caixa.

A partir destes elementos, foi realizado a análise do ambiente interno e externo da empresa.

4.4.1 Análise do Ambiente Interno

Na análise do ambiente interno da empresa, são identificados pontos fortes e pontos fracos, que são situações onde a empresa pode atuar e mudar.

Quadro 01 – Análise do ambiente interno

Pontos fortes	Pontos Fracos
- Produtos frescos	- Controle e registro formal
- Mix de produtos	- Cadastro de clientes
- Clientes fixos	- Cadastro de fornecedores
- Empresa Familiar	- Gestão do negócio
- Associado a COOPAFI	- Redes sociais (propaganda e publicidade)

Fonte: dados da pesquisa

4.4.2 Análise do Ambiente externo

Na análise do ambiente externo, são identificadas Oportunidades e Ameaças para a empresa, onde ela não pode influenciar, mas aproveitar ou se defender utilizando-se dos seus Pontos Fortes.

Quadro 02 – Análise do ambiente externo

Oportunidades	Ameaças
- Vendas em feiras - Procura por produtos orgânicos	- Crise financeira - Adversidades de estação climática - Concorrência - Questões sanitárias

Fonte: dados da pesquisa

4.4.3 Ações desenvolvidas

Partir-se para a identificação das necessidades apontadas pelo empreendedor:

- Levantamento de custos
- Criação de Marca

De posse das informações do diagnóstico, nas análises de ambiente interno e externo e do apontamento das necessidades do empreendedor, foram apresentadas as alternativas de possibilidades de:

- Implementação de Ficha Técnica para a padronização dos produtos
- Identificação dos custos
- Implantação de Controle de Custos
- Implantação de controle financeiro

4.5 DESDOBRAMENTOS DAS PRÁXIS DE EXTENSÃO

Os desdobramentos da experiência de extensão, foram muito importantes tanto para os extensionistas, quanto para os associados da cooperativa beneficiados pelo projeto. Através dessa interação, pode-se conhecer a realidade de cada empreendimento e as fragilidades na gestão.

Através das visitas realizadas aos estabelecimentos dos cooperados do projeto, houve a interação da realidade dos negócios e com essas informações foi realizado um diagnóstico onde foi identificado a necessidade de cada empreendimento, e entender qual seria o trabalho a ser desenvolvido em cada empresa.

Algumas etapas foram realizadas na universidade, onde foi possível elaborar um estudo de caso, para cada empreendimento atendido, chegando assim aos pontos fracos e fortes de cada um, e dessa forma trabalhando esses pontos que precisariam ser melhorados, para com isso ter uma visão completa de cada negócio e apresentando soluções para cada problema encontrado.

Não foi possível dar continuidade a um dos projetos, por falta de disponibilidade dos proprietários para atender aos extensionistas. Foram feitas muitas tentativas para agendamento das visitas para continuidade dos trabalhos, porém, não se obteve retorno por parte da associada Jeniani Cândido Rabelo.

Do ponto de vista da contribuição da extensão para com a formação dos estudantes, ficou clara uma mudança comportamental nos participantes do projeto, fazendo com que eles obtivessem um maior compreendimento organizacional, uma oportunidade de associar a teoria à prática, dentre outros, os tornando mais aptos para o mercado de trabalho.

5 CONCLUSÃO

Cooperativismo deixa de ser só um modelo de negócio, e passa a ser uma filosofia de vida, buscando melhores oportunidades no coletivo, fazendo o ser humano entender que, pensando no bem de todos ele estará pensando em si próprio, pois visa uma melhor qualidade de vida para todos. Mostrando que é possível sim unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo. Pois é isso que o cooperativismo nos mostra, que o trabalho coletivo traz muitos benefícios para todos. Onde as pessoas se juntam em torno de um mesmo objetivo, em uma organização onde todos são donos do próprio negócio.

Enfrentando muitas dificuldades, 21 agricultores Içarense, criaram a COOPAFI em 2005, para juntos unirem forças em prol de um bem comum para todos. E que hoje já conta com mais de 100 associados da agricultura familiar de Içara. A COOPAFI é responsável pelo gerenciamento de unidades familiares de beneficiamento e transformação de fruta, cereais, produção de pães, bolachas, doces, produtos lácteos (registrado no serviço de inspeção municipal) atende 16 agroindústrias de beneficiamento de diversos produtos de origem animal e vegetal disponibilizando responsável técnico e contabilidade.

Partindo deste contexto o objetivo do presente estudo é apresentar os resultados do primeiro ano do projeto de extensão “Assessoria na gestão, capacitação empresarial e empreendedorismo para os empreendimentos da agricultura familiar do município de Içara, filiados à COOPAFI”.

Como resultado conclui-se como positivo, pois dos três empreendimentos atendidos, conseguiu-se realizar um bom trabalho em dois dos associados, uma vez que o terceiro desistiu por falta de tempo para o necessário atendimento aos extensionistas. Os dois que foram mantidos os atendimentos até o final desse primeiro ano, conseguiram aproveitar ideias e sugestões de melhorias ou adaptações, implantando essas sugestões com sucesso.

Encontrou-se algumas dificuldades no início, para obtermos informações, mas conforme a confiança ia se estabelecendo entre as partes, conseguiu-se colher as informações necessárias, para a conclusão do diagnóstico e a elaboração do estudo de caso de cada associado.

Conclui-se, ainda, que seria viável uma estruturação do método desenvolvido, para servir de modelo para o uso em outros empreendimentos em trabalhos desta natureza.

REFERÊNCIAS

- AYRES, José Ricardo. **Extensão universitária: aprender fazendo, fazer aprendendo.** Revista de Medicina, v. 94, n. 2, p. 75-80, 29 out. 2015.
- BOESCHE, Leonardo; MAFIOLETTI, Robson. **Evolução e Indicadores do Cooperativismo Brasileiro e Paranaense.** Revista Negócios e Tecnologia da Informação, Curitiba, v. 7, n. 1, p.1-15, 01 maio 2008. Disponível em: <publica.fesppr.br/index.php/rnti/issue/download/1/7>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/icara/pesquisa/24/76693>> Acesso em: 18 jul. 2019.
- SCHNEIDER, Jose Odelso; HENDGES, Margot. **Educação e Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação.** Esac Economia Solidária e Ação Cooperativa, São Leopoldo, v. 1, p.36-36, abr. 2006.
- SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 16, n. 1-2, p.101-101, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 16, n. 1-2, p.108-108, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005>. Acesso em: 18 jul. 2019.

Fonte Financiadora: Programa de Projetos de Extensão UNESC

Capítulo 2

RELATO DAS AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO DA CONTABILIDADE SOCIAL NOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS DA AMREC

João Vitor Fratoni

Ednelson de Souza Cardoso

Manoel Vilsonei Menegali

Jonas Scremen Brolese

Marja Mariane Feuser

Ana Paula Silva dos Santos

Leonel Luiz Pereira

Andreia Cittadin

Milla Lúcia Ferreira Guimarães

1 INTRODUÇÃO

O debate nos ambientes acadêmicos, políticos e sociais, ocorrido nas últimas décadas sobre o desenvolvimento sustentável, provocou o nascimento de uma nova área da contabilidade: a contabilidade social. Segundo Rodrigues, Alves e Silva (2018, p. 25) “atualmente este continua a ser um tema emergente, assim como, as condições em que os seus resultados são divulgados às partes interessadas, para além do detentor do capital.” Para Kroetz (1999), a contabilidade social é uma especialização ciência contábil, com instrumentos metodológicos, que visa mensurar os efeitos das organizações sobre a sociedade.

O Observatório Social (OS) é uma organização não governamental, apartidária, sem fins lucrativos que, de forma colaborativa, visa acompanhar os gastos públicos e promover diversas atividades

em atendimento aos programas idealizados pela rede do Observatório Social do Brasil (OSB). Para Maia (2010), os observatórios são organizações independentes (ONGs) que foram constituídas a partir de iniciativas autônomas da sociedade, com a incumbência de acompanhar os gastos e as contas públicas, totalmente desvinculadas de qualquer ambiente de poder ou centro de influência normativa.

Os trabalhos de análise das contas públicas necessitam da disponibilidade das informações, indispensáveis para os pesquisadores na identificação e no diagnóstico da administração pública. Esses relatórios são importantes na busca de evidências probatórias de improbidade administrativa. A transparência destas informações é prevista por mecanismos legais como a Lei complementar 131, de 27 de maio de 2009, que se refere à transparência em tempo real sobre a execução orçamentária da união, estados e municípios (BRASIL, 2009).

O Projeto Contabilidade Social, tem por objetivo subsidiar os voluntários dos OS da região da AMREC e sociedade em geral, para o acompanhamento de como está o uso dos recursos públicos. O Observatório Social é uma organização não governamental, apartidária, sem fins lucrativos que, de forma colaborativa, visa acompanhar os gastos públicos e promover diversas atividades em atendimento aos programas idealizados pela rede do OSB (OSB, 2019).

Diante dos apontamentos supracitados, este artigo tem como objetivo geral apresentar um relato das ações do projeto de extensão em Contabilidade Social nos observatórios sociais da AMREC. Como objetivos específicos pretendem-se: a) apresentar projeto de extensão; b) criar um fluxograma da mineração de dados; c) apresentar os resultados das coletas dos dados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o tema estudado, desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica trazendo os temas:

Contabilidade Social, Extensão e Observatório Social. Esses temas abordam o significado do controle social, a importância dos Observatórios Sociais para a promoção da transparência e, a qualidade na aplicação dos recursos públicos.

2.1 CONTABILIDADE SOCIAL

A contabilidade social é a contabilidade que “congrega instrumentos de mensuração capazes de auferir o movimento da economia de um país num determinado período de tempo” (PAULINI, BRAGA, 2012, P. 4).

A abordagem social já era debatida por grandes pensadores como Marco Aurélio 161 a 180 da era cristã, admitia-se que as relações humanas se desenvolviam, eram necessárias aplicações de estudos na compreensão das relações intersubjetivas. A ciência da contabilidade está diretamente ligada às relações humanas pois sofre e recebe influências sociais, por seu patrimônio, que está inserido na sociedade gerando interferências sociais e ambientais (LOPES DE SÁ, 1998).

Na Contabilidade Social, busca-se a causa e efeito da circulação da riqueza entre a entidade e a sociedade. Esses impactos sociais necessitam de uma mensuração que represente em números. Cada órgão público utiliza métodos e procedimentos diferentes para demonstrar as informações, dificultando a transparência e o comparativo das contas públicas (SILVA; RODRIGUES; JORGE, 1998).

2.2 EXTENSÃO

A extensão surgiu na Inglaterra do século XIX, seu principal objetivo era de mostrar novos caminhos para a sociedade, além de promover a educação continuada. Segundo Rodrigues *et al.* (2013), atualmente é utilizada pelas universidades para efetivação do seu compromisso social, proporcionando benefícios e conhecimento para a comunidade e para instituição que a faz. Ainda segundo a autora, a

sociedade e a comunidade acadêmica vivenciam uma relação de benefício mútuo, fornecendo melhora na qualidade de vida dos cidadãos a partir do rompimento das barreiras da sala de aula. A extensão universitária promove a quebra da rotina da sala de aula, passando a colocar em prática o que foi aprendido anteriormente e se aproximando do mercado de trabalho, objetivando a qualidade na assistência prestada.

Para Carbonari e Pereira (2017), as funções de pesquisa, produção de conhecimentos e técnicas voltadas para as demandas da sociedade, surgiram aos poucos, dessa forma as atividades passaram a ser exercidas além dos muros das Universidades, procurando soluções para problemas sociais por meio da extensão.

Através da extensão e da pesquisa, a sociedade recebe novos conhecimentos e tecnologias, gerando melhora na qualidade de vida da mesma.

2.3. OBSERVATÓRIO SOCIAL

Em 2003 foi criado o Movimento pela Cidadania Fiscal por meio da Sociedade Ética Responsável (SER). O surgimento de ações de empresários ligados à Associação Comercial de Maringá (ACIM) e da Federação das Associações Comerciais do Paraná (FACIAP) em 2004, confluíram para a formação do Movimento Pela Cidadania Fiscal em 2005, mesmo ano em que aconteceu a XV Convenção Estadual da FACIAP cujo tema foi “Micro e Pequena Empresa e a Cidadania Fiscal”, evento que apresentou uma série de ações da Federação nas diversas regiões do Estado, como a realização de painéis, palestras, concurso de redação e feirões do imposto (OSB, 2019; SANTOS, 2018).

A função do Observatório Social, no que tange à Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), assegura à população o direito de acesso à informação. No que diz respeito ao controle social, a Constituição favoreceu a adoção de práticas de transparência, controle e participação social na gestão pública, incorporando elementos de acompanhamento dos atos praticados pelo setor público, que podem ser exercidos por

controle interno da administração pública, ou externamente pelo Parlamento com auxílio dos Tribunais de Contas e, também, pelo cidadão de forma individual ou coletiva (OBS, 2019).

Cada Observatório Social é integrado por cidadãos brasileiros que transformaram o seu direito de indignar-se em atitude: em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. São empresários, profissionais, professores, estudantes e outros cidadãos que, voluntariamente, entregam-se à causa da melhoria da gestão pública (OBS, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os métodos e técnicas de pesquisa científica surgiram com o desenvolvimento intelectual humano, impulsionados pela observação, na tentativa de entender e descrever os acontecimentos naturais e sociais. A ciência tem como objetivo descrever os fenômenos observáveis e de experimentação, demonstrando informações na forma de probabilidade. O conhecimento gerado é objetivo e, os resultados que refletem a realidade são o comprometimento com as informações independente do pesquisador. (GIL, 2011).

Quanto ao objetivo, a pesquisa se caracteriza como descritiva (GIL 1999), pois atende ao objetivo de descrever características de determinada população. Um dos procedimentos é descrever o relato das ações do projeto de extensão contabilidade social nos observatórios sociais da AMREC.

Durante a execução da pesquisa foi aplicado o processo de observação do participante como descreve o autor Richardson (1999), o pesquisador deverá se inserir na rotina de trabalho dos pesquisados, com a presença de extensionistas no campo de pesquisa. A atividade foi aplicada ao OSB – Morro de Fumaça, de forma que o aluno pode participar de processos internos do mesmo, podendo acompanhar na prática como o município disponibiliza os dados que estão sendo estudados.

Já a mineração de dados da Prefeitura Municipal de Criciúma, ocorreu com a coleta das informações do portal de contas de Santa Catarina, disponível para consulta pública no sistema de integração de gestão E-SFINGE. Foram analisados os limites constitucionais selecionados poder/órgão executivo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, apresentam-se os resultados da extensão do Projeto da Contabilidade Social nos observatórios sociais da AMREC, vinculados ao Programa de Extensão e Gestão Contábil (PEGC).

4.1. O PROJETO

O Projeto Contabilidade Social tem por objetivo preparar os voluntários dos Observatórios Sociais da região da AMREC e, sociedade em geral para o acompanhamento do uso dos recursos públicos.

A proposta deste projeto está alinhada aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Ciências Contábeis e Engenharia de Produção, sustentada pelos princípios e valores da UNESC e amparada por sua missão que é de: “Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”. O projeto é uma ação de cunho educativo para acadêmicos e professores, com a participação da comunidade da AMREC e, transcende o ambiente tradicional de ensino, indo além da sala de aula.

A atividade está vinculada à duas disciplinas: Contabilidade Pública e Planejamento e Controle da Produção, dos Cursos de Ciências Contábeis e Engenharia de Produção, respectivamente. As disciplinas apresentam caráter interdisciplinar no que tange às questões de direito, cidadania e gestão pública. Ainda promovem análises e debates subsidiados nos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais das Entidades do Setor Público (RCPGs).

Neste contexto, o envolvimento dos acadêmicos no processo os permitirá que intensifiquem o conteúdo das disciplinas versus a prática da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) melhorando significativamente a aprendizagem.

Foram traçados os objetivos específicos para atingir o resultado planejado com os observatórios da região, apresentados na figura 1.

Figura 1 – Diagrama dos objetivos específicos



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Os objetivos ilustrados na figura 1 foram alcançados por meio de reuniões, onde a Universidade convidou a sociedade, representada por meio dos observatórios sociais, para participar do projeto. Com isso, foram realizadas diversas reuniões levando o projeto a ser divulgado pelas mesmas mídias digitais. Esses encontros com a comunidade também promoveram fóruns, debates e afins para identificar as demandas da comunidade alvo do projeto.

4.2. EXTENSÃO

O projeto deu início às suas atividades no segundo semestre de 2018. Nos primeiros cinco meses foram realizados levantamentos bibliográficos, encontros e reuniões com os OS da AMREC e sociedade em geral para o acompanhamento do uso dos recursos públicos.

Durante a execução do projeto, alunos e professores foram capacitados para fazer o levantamento das informações por meio de mineração de dados públicos, disponibilizados em portais *on-line* pelas próprias prefeituras, esse conhecimento técnico foi repassado à comunidade e aos OS por meio de relatórios, que foram apresentados e discutidos pelos acadêmicos e sociedade em geral. Inicialmente o projeto teve o seu *start*, nos OS de Morro da Fumaça e OS de Criciúma – SC.

4.2.1. Observatório Social de Morro da Fumaça

O Município de Morro da Fumaça tem uma população estimada 17.642 habitantes, dados IBGE (2018), extensão territorial 82,818 km² IBGE (2018), IDH 0,738 IBGE (2010). N primeiro momento o projeto atendeu o Observatório de Morro da Fumaça nas seguintes atividades apresentadas no quadro 01.

Quadro 01 – Atividades desenvolvidas no OS Morro da Fumaça.

Atividades OS Morro da Fumaça				
Montagem e revisão da apresentação do relatório quadri-mestral	Elaboração do Check-list para análise do portal de transparência	Atualização no software monitilegis	Desenvolvimento do Projeto Observatório Mirin.	Comparativo do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), dos municípios da AMREC.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As atividades desenvolvidas no observatório de Morro da Fumaça por meio do extensionista, compreendem várias atividades internas, dentre: montagem e revisão da apresentação do relatório quadrimestre; Elaboração do *Check-list* para análise do portal de transparência com enfoque nas despesas da Câmara Municipal; Atualização no software *Monitilegis*, com informações da Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça; Desenvolvimento do Projeto Observatório Mirim, que neste ano foi apresentado um trabalho na APEC; Comparativo do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), dos municípios da AMREC.

4.2.2. Observatório Social de Criciúma

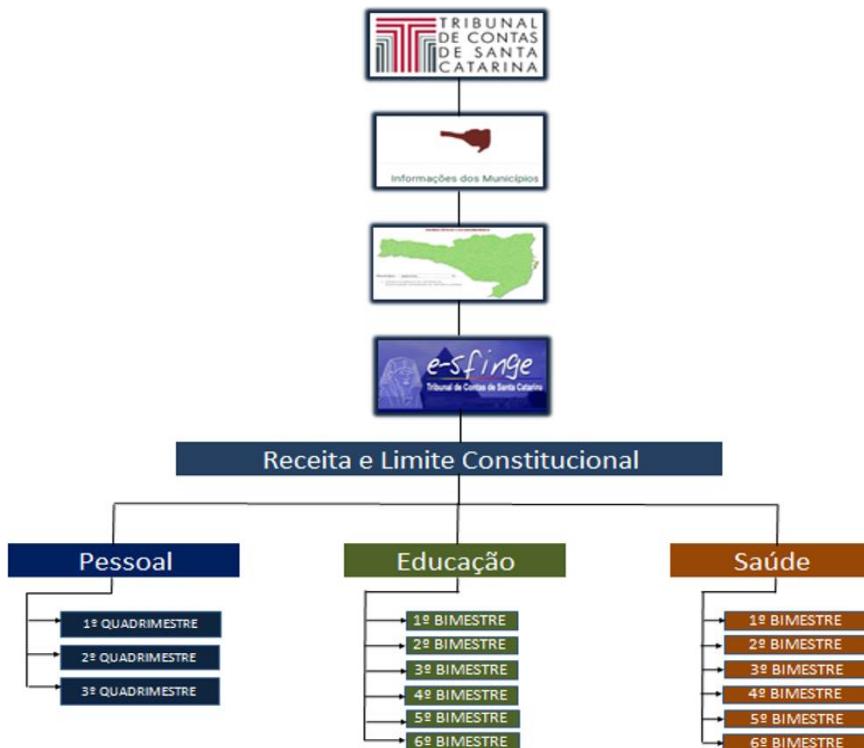
O município de Criciúma tem uma população estimada em 213.023 habitantes, extensão territorial 235,063 km², segundo dados do IBGE (2018) e, o IDH é de 0,788 segundo o último censo do IBGE em 2010.

Iniciou em meados de 2018 uma preparação para atingir os objetivos com o OS de Criciúma, dentre elas oficina metodológica, busca sistemática no site do TCE e base de dados da própria prefeitura, disponibilizada pela plataforma da Betha Sistemas. Houve conciliação das informações visando a realidade dos dados nos dois portais pesquisados. Em outubro de 2018, foi apresentado um resumo do projeto na Semana de Ciências e Tecnologia.

O objetivo do projeto no primeiro semestre de 2019, foi o de buscar e conciliar as informações contábeis nos portais do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e da Prefeitura Municipal de Criciúma.

O foco foi a análise dos limites constitucionais do município, para atingir o objetivo proposto, foi realizado um fluxo de mineração de dados, apresentado na figura 2.

Figura 2 – Fluxo de mineração de dados de um município de Santa Catarina



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Foram analisados os limites com pessoal, educação e saúde. Os resultados foram apresentados para os membros do OS de Criciúma, na Associação Comercial Industrial de Criciúma (ACIC), no dia 10 de junho de 2019.

4.2.2.1 Resultados apresentado ao Observatório Social de Criciúma

A receita total do período de 2016 à 2018 do município, compreende todos os aspectos que geraram alguma arrendação, tanto de recursos oriundos de fontes próprias quanto de transferências da união e do estado. Também foi apresentada uma análise vertical e horizontal dos dados da receita total do município. Na tabela 1, apresenta-se a descrição da arrecadação do município de Criciúma.

Tabela 1 – Descrição da Arrecadação do Município de Criciúma

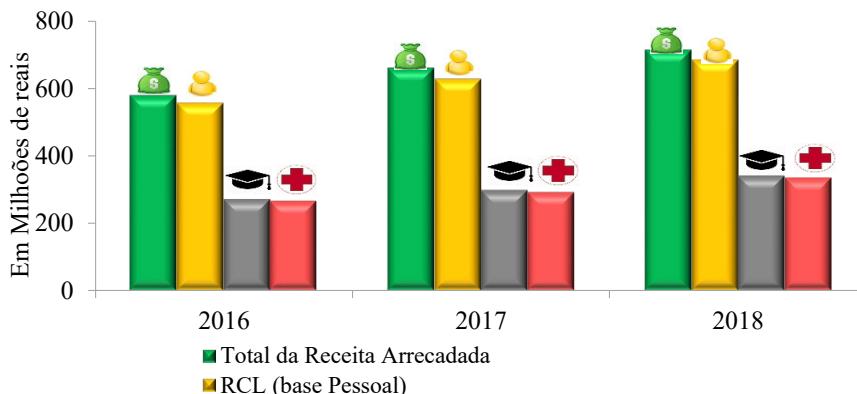
Tipo Receita	2016		2017		2018			
	Valor em R\$	Av%	Valor em R\$	Av%	AH%	Valor em R\$	Av%	AH%
Receita Tributária	115.125.190	19,89%	128.330.340	19,46%	11,47%	173.806.377	24,35%	35,44%
Receitas de Contribuições	17.784.681	3,1%	31.234.548	4,7%	75,6%	30.239.911	4,2%	-3,2%
Receita Patrimonial	25.251.589	4,4%	21.678.173	3,3%	-14,2%	16.547.784	2,3%	-23,7%
Receita de Serviços	175.478	0,0%	489.444	0,1%	178,9%	197.426	0,0%	-59,7%
Transferências Correntes	367.613.991	63,5%	391.217.292	59,3%	6,4%	445.009.990	62,3%	13,8%
Outras Receitas Correntes	37.912.200	6,5%	73.650.814	11,2%	94,3%	34.210.501	4,8%	-53,6%
Alienação de Bens	733.395	0,1%	712.946	0,1%	-2,8%	3.453.791	0,5%	384,4%
Transferências de Capital	14.235.615	2,5%	12.306.783	1,9%	-13,5%	10.296.390	1,4%	-16,3%
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	578.832.138	100,0%	659.620.340	100,0%	14,0%	713.762.170	100,0%	8,2%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado, 2019.

A receita geral do município apresentou uma evolução conforme a tabela 1 apresentada. Os limites constitucionais apresentados são embasados pela lei de responsabilidade fiscal, que obriga os municípios a terem porcentagens mínimas a serem aplicadas na educação e saúde, além de um teto máximo de gastos com pessoal. Os limites constitucionais são reflexos de diferentes bases de cálculo.

O gráfico 01 a seguir, apresenta o comparativo entre total da receita do Município e a base de cálculo das receitas que constituem os limites constitucionais para pessoal, educação e saúde nos anos de 2016, 2017 e 2018.

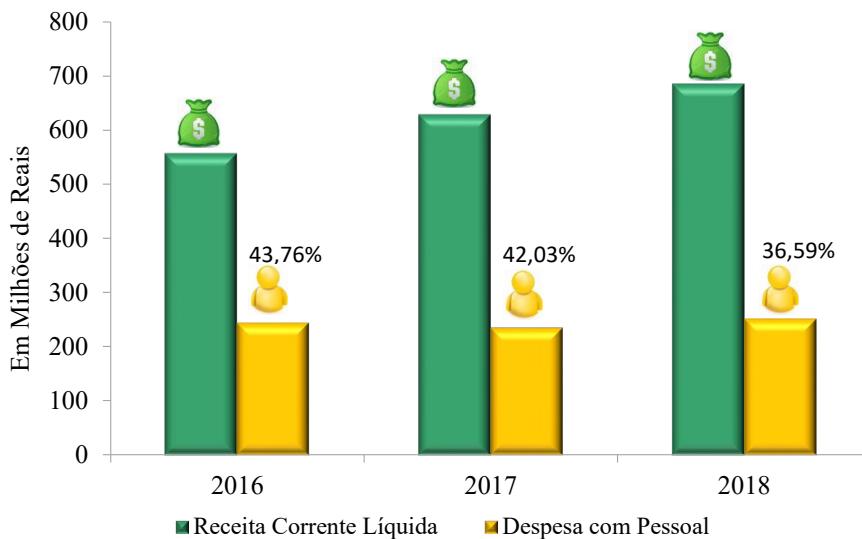
Gráfico 01 – Receita x Limites Constitucionais



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Para obter a base de cálculo das despesas com pessoal, leva-se em consideração os 12 meses anterior de receita. O comparativo é realizado entre a receita corrente líquida com o limite constitucional de 54% dos gastos com pessoal. Apresenta-se no gráfico 02 a análise dos gastos e limite constitucional com pessoal.

Gráfico 2 – Análise dos gastos e limite constitucional com pessoal.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

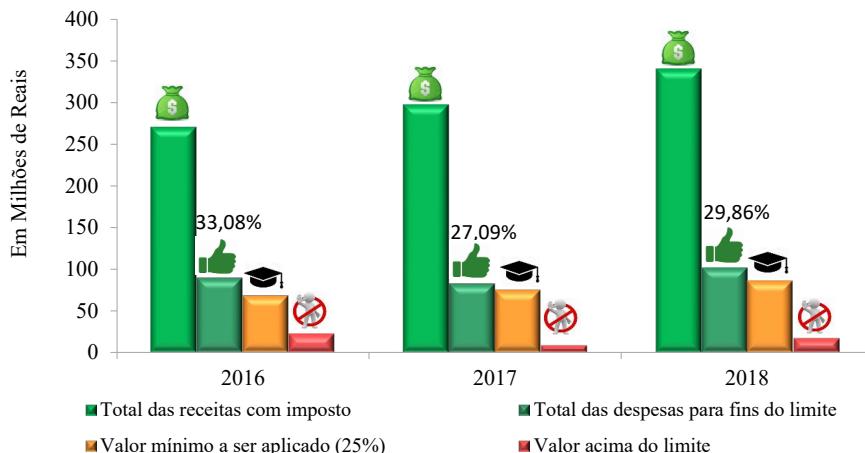
Analizando, os dados refletem que a receita líquida do Município vem evoluindo ao longo dos anos. E, os gastos com pessoal, em termos de percentual, vêm baixando gradativamente entre os anos, sendo que, no ano de 2018 apresentou o menor valor pago com pessoal no período estudado.

Para fortalecer a afirmação da redução dos gastos com pessoal, será necessário um melhor detalhamento das informações de outras entidades que orbitam em torno da Prefeitura Municipal de Criciúma.

Os investimentos com educação estão assegurados pelo art.212 da constituição federal de 1988, os municípios devem aplicar na

manutenção do ensino básico e fundamental, 25% da receita de impostos e transferências constitucionais do estado e união. No gráfico 02 a seguir, apresenta-se a relação da receita e os limites constitucionais com a educação.

Gráfico 02 – Receita x Limites Constitucionais com Educação

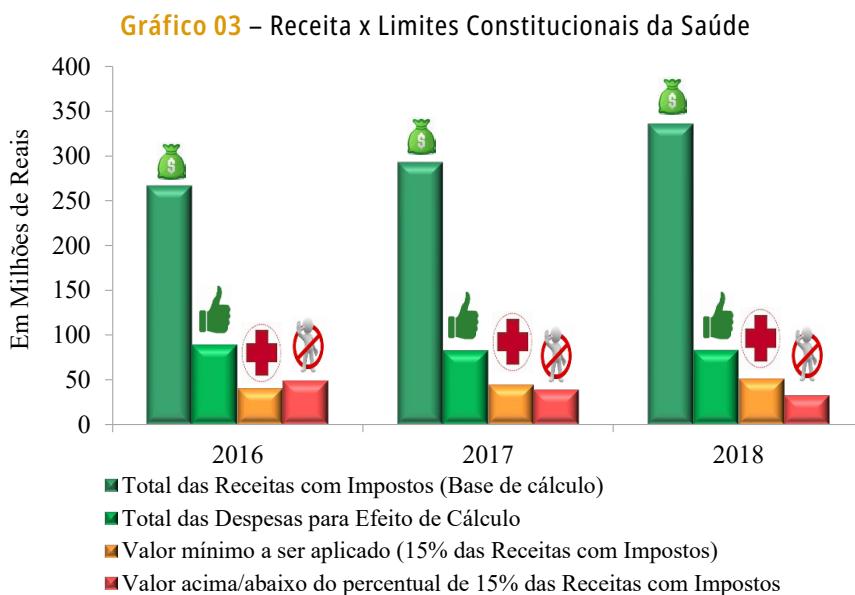


Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

O Município de Criciúma apresentou um investimento bem consistente em temos monetários na educação no geral. A educação infantil não evoluiu suas contas ao longo dos anos, seu investimento teve uma redução no ano de 2018. O ensino Fundamental ao contrário do ensino infantil teve seu aporte alavancado em 2018 com um investimento de R\$ 134.327.217,00.

Os municípios devem aplicar recursos na saúde conforme o art.77, III c/c § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que define a aplicação de 15% em ações no sentido de serviços públicos de saúde. A receita base da saúde é proveniente da receita tributária e das transferências constitucionais. As diferenciações entre a base da educação e saúde estão na transferência corrente do fundo de participação municipal (FPM) de 1% de julho e dezembro que não

entram no cálculo da saúde. No gráfico 03 apresenta-se a comparação das receitas com os limites constitucionais da saúde.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Mediante as coletas e análises dos dados citadas acima, indispensáveis para a execução deste projeto, ressalta-se que o pilar “Transparência” é fundamental para que a sociedade possa cobrar resultados e criticar omissões de seus governantes e representantes políticos.

4.3 RELATOS DO EXTENSIONISTA

O projeto desenvolvido para o Observatório Social é de grande relevância, nele são demonstrados diversos gastos da Prefeitura Municipal de Criciúma em relação ao seu orçamento. Os dados foram coletados de diversos portais que o município disponibiliza contendo informações contábeis, com intuito de se adequar à Lei Complementar 131/2009, que obriga a União os estados e os municípios a divulgarem seus gastos em tempo real, como o site do Tribunal de

Contas do Estado de Santa Catarina, através do *e-sfinge* e o sistema *Fly Transparência*.

Com o auxílio dos professores, os dados passaram por um processo de análise. Primeiro eles foram comparados entre si, onde uma mesma conta, retirada de diferentes portais de transparência era confrontada, se o valor não era igual, buscou-se uma explicação. Normalmente isso aconteceu pois os diferentes portais têm diferentes métodos para divulgação de determinadas contas do município, alguns trazem explicações mais detalhadas, outros demonstram números de forma sintética para que leigos, ou pessoas que não tenham conhecimento em contabilidade ou finanças, consigam entender as informações.

No sistema *Fly Transparência*, as informações são apresentadas de forma mais lúdica, com a intenção de facilitar o entendimento do público em geral, porém não é o que acontece de fato, as informações são difíceis de serem encontradas e muitas vezes dados sobre um mesmo valor são apresentados em locais separados no site, o que além de dificultar o entendimento dos números dificulta também a procura dos mesmos. Esse sistema é constantemente atualizado e, ainda uma informação sobre determinado gasto é apresentada de uma forma para o ano de 2017 e de outra forma no ano de 2018.

Mesmo diante dessas dificuldades, observa-se um empenho do município para que as informações sejam divulgadas e compreendidas pelo público em geral. Durante a procura de dados de diferentes anos nota-se uma evolução pequena, mas constante nesse sentido.

Já no sistema *e-sfinge*, disponibilizado através do site do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, as informações são apresentadas de forma direta e analítica, porém o sistema é engessado, não permite uma navegação fácil pelo site ou troca rápida de período para determinada informação, dificultando ao usuário realizar uma análise ao longo de períodos diferentes, ou confrontar gastos em diferentes áreas. Os pontos fortes desse sistema estão na solidez dos dados, e na forma que são apresentados, que independente do período, seguem

o mesmo formato, permitindo ao usuário que compreender os dados de 2017, possa também compreender perfeitamente os dados de 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No OS de Morro da Fumaça as ações foram mais direcionadas para a educação, onde um dos projetos mais importantes foi o Observatório Social Mirin de Morro da Fumaça, que objetivava a conscientização e a formação de cidadãos.

Já no município de Criciúma, o desenvolvimento do presente estudo possibilitou análise dos recursos públicos investidos no município, em saúde e educação além dos gastos com pessoal. Durante a mineração das informações foram notadas inconsistências nos dados, expondo a dificuldade do Município em divulgar as informações, porém nota-se também o empenho do Município para se adequar à Lei de Transparência (Lei Complementar 131/2009).

Durante a execução do projeto os alunos levaram seus conhecimentos teóricos para a prática, vendo no dia a dia como funcionam os registros contábeis da Prefeitura Municipal do Município de Criciúma. A análise e apresentação dos dados possibilitaram a sociedade, representada pelos observatórios sociais da AMREC, e aos alunos, compreendem melhor a situação financeira do Município além de entender um pouco mais sobre como funciona o orçamento público e os limites constitucionais.

A sociedade em geral será beneficiada, vista a observância da aplicação dos recursos públicos. Fatos como estes, justificam a aplicação dessa ação em um projeto de extensão, pois com perenidade maior, dispondo de estudantes bolsistas e voluntários, professores com horas destinadas a sua execução poderão atender um maior número de municípios e de cidadãos da região, com melhor qualidade, bem como atender às demandas dos Observatórios Sociais dos municípios da AMREC.

Ademais, essa prática extensionista revelou uma perspectiva inclusiva, na medida em que ocorre a orientação de como analisar os relatórios contábeis das entidades do Setor Público, além de desenvolver o principal papel da extensão que é o de criar um elo entre a universidade e a comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

BRASIL. Lei Complementar n.º 12.527, de 18 de novembro 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em 30.05.2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 25 jun. 2019.

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade**. São Paulo, Setembro de 2007. Disponível em: <<https://pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/download/2133/2030>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CIDADES, I.B.G.E Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2018. **Criciúma**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/criciuma/panorama>. Acesso em: 08 Ago. 2019.

CIDADES, I.B.G.E Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística 2018. **Morro da Fumaça**. Disponível em. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/morro-da-fumaca/panorama>. Acesso em: 08 Ago. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4a ed. São Paulo: Atlas.2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KROETZ, Cesar Eduardo. **Contabilidade Social**. Ijuí: Rio Grande do Sul, 1999.

LOPES DE SÁ, Antônio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

MAIA, L. Síntese. **Revista TCE-RJ**, Rio de Janeiro, v.5, n.1/2, p. 50-67, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://egem.org.br/wp-content/uploads/2016/01/As-praticas-de-Transparencia-Governamental-sobre-as-Contas-Publicas-do-MPSC.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL – OSB. Disponível em: <http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/> Acesso em: 09 jun. 2019.

PAULINI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A Nova Contabilidade Social**. Editora Saraiva. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas. 1999.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima, COSTA, Carmem. Lúcia Neves do Amaral, PRATA, Michelle Santana, BATALHA, Talia Beatriz Silva, PASSOS NETO, Irazano de Figueiredo. **Contribuições da extensão universitária na sociedade**. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 21 jun. 2019.

RODRIGUES, Margarida Maria Mendes; ALVES, Maria do Céu Gaspar; SILVA, Rui Jorge. **A contabilidade social e a sua divulgação: uma revisão bibliométrica. Desafios da gestão atual**, p. 25, 2018.

SANTOS, Gelson Arlei Dos. **Observatório Social e o Controle Cidadão Da Gestão Pública. Observatório Social do Brasil**. 2018. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/artigos-e-monografias/>. Acesso em: 09 jun. 2019.

SILVA, João Pina da, RODRIGUES, Ana Maria e JORGE, Susana. **Novos Desenvolvimentos da Contabilidade: A Contabilidade Social**. Revista: Revisores & Empresas. Lisboa – Portugal: a.1, n. 1, abril/jun. 1998, pp. 31- 47.

Fonte financiadora: Edital nº 101/208 – Processo de Seleção de Projetos de Extensão da PROACAD – Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias.

Capítulo 3

ASSESSORIA, CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE APP'S: UM RELATO DE EXTENSÃO

André de Assis Zanelato

Nycellen Garcia de Bem

Leonel Luiz Pereira

Ana Paula Silva dos Santos

Jonas Scremain Brolese

Marja Mariane Feuser

Andréia Cittadin

Manoel Vilsonei Menegali

Milla Lucia Ferreira Guimarães

1 INTRODUÇÃO

As APP's são instituições com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que atuam dentro de escolas com o intuito de organizar as despesas realizadas em seu interior. Conforme o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2017) os recursos podem ser gastos com desenvolvimento de atividades e avaliações dos alunos, pequenos reparos e aquisição de material permanente, interagindo com pais, professores e funcionários, para a solicitação da compra.

A APP tem a função de auxiliar a gestão escolar com o cumprimento dos seus objetivos e seu projeto político pedagógico. Deve também representar os interesses dos pais e familiares dos estudantes, em prol da educação. A APP não possui uma legislação fortalecendo sua existência, com tudo, sua vivência é obrigatória caso a escola receba

verbas federais do PDDE. O Art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) traz que a escola deve possuir uma gestão democrática do ensino público por meio da participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico. Está previsto também na estratégia 19.4 do Plano Nacional de Educação (PNE) o fortalecimento da APP e do grêmio estudantil (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

Frente as necessidades de uma APP, foi possível visualizar a necessidade das escolas em ter no seu ambiente interno um profissional que possua conhecimento legal e contábil. Neste contexto a secretaria de educação de Lauro Müller aceitou a proposta da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) para replicar o projeto de extensão, já aplicado nas APP's de Siderópolis. As APP's de Lauro Müller encontravam dificuldades para atualização de seu estatuto e controle de fluxo de caixa por meio do livro caixa, sendo realizado o controle de forma inconcessa, onde as APP's continham seu recurso referente ao PDDE bloqueado.

Neste cenário, a presente pesquisa objetiva relatar por meio da experiência de extensão a prática da assessoria e consultoria contábil e de organização para a prestação de contas das Associações de Pais e Professores da rede pública e municipal de Lauro Müller.

O estudo se justifica quanto a sua importância social como relevante em duas esferas, a universitária e a social. Em nível universitário, com a prática da extensão os acadêmicos tiveram a oportunidade de estarem em campo, acompanhados de professores, a fim de colocar a teoria em prática, fortalecendo seus conhecimentos. Em contra partida, houve o crescimento social, em que as escolas, professores, alunos e familiares obtiveram o melhor funcionamento do seu ambiente escolar, por meio das melhorias burocráticas aplicadas.

A contribuição teórica do estudo está relacionando ao baixo número de publicações científicas com o tema central das Associações de Pais e Professores. Onde está pesquisa poderá contribuir com novos estudiosos do tema, a fim do aprofundamento das possibilidades de gestão de uma APP.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

A função da escola não é simplesmente promover valores ou uma ferramenta para impor os mesmos, é também um espaço para a união entre normas, procedimentos, ideias e práticas que formam o cotidiano da escola. Sua cultura mostra que possui forma própria de agir, tendo como base seus conflitos internos e externos que refletem na sua organização, nas principais práticas e em toda a sua infraestrutura da escola (SOUZA, 2001).

A democracia na Rede de Ensino Público é essencial para o desenvolvimento das escolas, devendo ser acompanhado pela comunidade, professores e equipe gestora. Por meio das Instâncias de Gestão Escolar Democrática (IGEDs), a comunidade escolar encontra um espaço que permite o debate referente à construção do projeto pedagógico e nisso os professores possuem papel fundamental. Porém, a construção de escolas democráticas se torna um desafio, analisando a dificuldade em participação de debates e diálogos por parte da comunidade escolar e necessitando da valorização das IGEDs para a decisão do rumo tomado pela educação (STÜRMER; FERREIRA, 2010).

Frente a gestão democrática encontram-se as decisões com relação as políticas de financiamento. Para Souza (2001), a política de financiamento da educação e a política educacional possuem uma visão da escola como uma organização, focando as reformas educacionais na direção e conselho escolar, ignorando que as instituições possuem uma cultura própria a ser levada em consideração. Com essa visão as escolas se tornam meras prestadoras de serviço, buscando atingir somente eficácia e eficiência de ensino, desconsiderando o mundo social que existe dentro da escola, sua cultura, relação de poder e outros aspectos próprios de cada instituição. Com base nas pesquisas de Stümer e Ferreira (2010), a construção de escolas democráticas na Rede de Ensino Pública, segundo os professores auxilia a formar uma

visão da democratização nas escolas. Seu objetivo é analisar os meios de implementar a gestão democrática a partir das IGEDs, Associação de Pais e Professores (APP), Grêmio Estudantil e Conselho Escolar.

Na década de 70 as escolas públicas possuíam os colegiados, que serviram como início da participação da comunidade na escola para formação da gestão escolar, assim se deu início a gestão democrática na Educação Básica. Santa Catarina teve seu início somente na década de 80 com influência dos movimentos em prol ao fim da Ditadura Militar. Esses movimentos visavam os direitos políticos dos cidadãos, como a liberdade de expressão e de opinião (STÜRMER; FERREIRA, 2010). Stümer e Ferreira (2010), ainda comentando sobre a construção da escola democrática. Afirmam que teve início junto com a transformação da sociedade autoritária em democrática, quando em 1985 foi criado o Plano Estadual de Educação, o qual teve seu fim em 1988. O Plano Estadual de Educação era um conjunto de propostas de normatização da educação, à qual tinha como objetivo a participação da comunidade.

O site da Secretaria de Educação de Porto Alegre apresenta informações do projeto “Cidade Escola” como um novo formato de escola que conte colecionar as necessidades e desejos dos alunos e a busca pela qualificação do ensino na rede municipal. As atividades de aumento da jornada são realizadas no contra turno dos alunos, no formato de Núcleos de Atendimento, sendo gerenciados por professores. As atividades que foram propostas são letramento, música, teatro, artes plásticas, teatro e esportes (BRANCO, 2012). Segundo Stümer e Ferreira (2010), é de grande importância a participação de todos os segmentos da comunidade escolar para que haja a aceitação dos envolvidos com os rumos da escola, constituída por meio de um debate sobre a democracia na escola e para cessar conflitos referentes à eleição de dirigentes para a mesma. Nesse sentido os professores são de muita importância, com a participação deles é possível fazer uma integração entre todos os segmentos, aproximando alunos e seus pais da escola, mostrando a importância da integração para a educação.

Souza (2001) complementa dizendo que, a função da escola não é simplesmente promover valores ou uma ferramenta para impô-los, é também um espaço para uma união entre normas, procedimentos, ideias e práticas que formam o cotidiano da escola. Sua cultura mostra que possui sua própria forma de agir, tendo como base seus conflitos internos e externos que refletem na sua organização, nas principais práticas e em toda infraestrutura da escola. Essa integração por vezes chega às escolas por intermédio de projetos de extensão patrocinados pelas universidades.

2.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Com o objetivo de criar caminhos para a educação contínua, a extensão teve seu surgimento em meados do século XIX. Atualmente é utilizada no meio universitário, promovendo aprendizado e interações com a comunidade, possibilitando o compartilhamento de experiências por ambas as partes. A Universidade usa a extensão, para promover a prática do que foi adquirido na sala de aula. Com o contato oferecido entre o aluno e a comunidade surgem benefícios que podem ser utilizados por ambas as partes. O aluno adquirindo conhecimento que pode ser aplicado em sala de aula e a comunidade com os serviços oferecidos por meio da extensão (RODRIGUES *et al.*, 2019).

A extensão universitária tem o objetivo de promover seu compromisso social, deve-se utilizar o que é aprendido em sala de aula e levar para fora dela. A partir desse contato entre estudante e sociedade, o estudante acaba aprendendo muito mais com esse trabalho em conjunto, aproximando a Universidade e a comunidade criando benefícios e conhecimento para ambos (RODRIGUES *et al.*, 2019).

A extensão é uma forma de a universidade socializar o seu conhecimento, expandindo-o para a comunidade. A universidade pode ir à comunidade ou recebê-las em seu campus, prestando serviços, dando assistência e ouvindo seus interesses e necessidades. Dessa forma estará coletando dados e informações para a realização de futuros

estudos e pesquisas, objetivando sempre servir à comunidade. Esse envolvimento possibilita uma renovação na estrutura, no currículo e ações da universidade (NUNES; SILVA, 2011).

Há uma carência de comunicação entre a Universidade e os demais setores da sociedade. A Universidade deve divulgar mais, justificar a importância e a magnitude das suas atividades de pesquisa e evidenciar que a ciência pode trazer melhoria na qualidade de vida. Cabe aos profissionais universitários buscarem essa comunicação, os mesmos muitas vezes apenas informam os órgãos financiadores da ciência, dessa forma perdem a oportunidade de mostrar ao restante da população o quanto importante são seus projetos (NUNES; SILVA, 2011).

Perante a uma sociedade com desigualdades sociais, onde os sistemas da educação e social são falhos, as atividades de extensão devem se voltar para as necessidades da maioria da população. Por exemplo, os projetos na educação, onde treinam e qualificam os atuais e futuros professores contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade do ensino dos níveis fundamental, médio e superior. Existem outras áreas temáticas de atuação das atividades de extensão além das citadas anteriormente, como, a saúde, comunicação, cultura, meio ambiente, direitos humanos, tecnologia e trabalho (NUNES; SILVA, 2011).

Para se adquirir um bom retorno da extensão, é necessário haver respeito as ideias de cada envolvido e ser ético, somente assim a interação universidade e sociedade poderá gerar bons resultados entre as partes (RODRIGUES *et al.*, 2019).

3 METODOLOGIA

Toda pesquisa para ser considerada científica deve apresentar um processo pré-estabelecido, também conhecido como Procedimento Metodológico. Na busca pelo alcance do objetivo proposto, a presente pesquisa dispõe do seu enquadramento metodológico, onde quanto aos meios, a situação problema da pesquisa se classifica como

qualitativa. Segundo Beuren (2006), a pesquisa qualitativa tem o objetivo de alcançar análises mais significativas em relação ao fenômeno estudado, um problema abordado qualitativamente pode ser um meio para explorar a natureza de um fenômeno social. Assim, por meio do relato disposto nos diários de campo dos extensionistas foi possível compreender como é realizada a organização interna das APP's e a forma como registram seu fluxo de caixa.

Quanto ao objetivo, a pesquisa se classifica como descritiva, conforme Beuren (2006), a pesquisa descritiva tem como característica principal a aplicação de técnicas padronizadas de coleta de dados. O pesquisador não deve interferir nos fatos, apenas observar, registrar, examinar, classificar e por último interpretar. Neste contexto, os extensionistas se deslocaram até as escolas, conversaram com os responsáveis pelas APP's, compreenderam suas dificuldades e relataram em diários de campo e relatórios semestrais, utilizando-as para a prestação de assessoria.

Com relação ao procedimento, essa pesquisa foi classificada como estudo de caso, uma vez que tem como característica principal se concentrar em um ou poucos objetos. Bauren (2006) afirma que esse método é utilizado por pesquisadores que pretendem dedicar seu conhecimento em um determinado caso específico. Percebe-se que esse procedimento é executado com maior intensidade devido ao foco estar apenas no fenômeno de estudo.

A coleta de dados se deu por meio da observação participante e documental. Richardson (2008) relata que a pesquisa documental pode ser utilizada para organizar informações em uma única fonte de consulta futura. Tem como objetivo retirar informações contidas em um material bruto e aplicar em um documento de pesquisa. Entre os documentos das APP's utilizados encontram-se por exemplo o estatuto e com relação a observação, os extensionistas após vivenciar a prática relatavam no formato de diário e relatório semestral.

A pesquisa utilizou como objeto de estudo a ação do projeto de extensão “Programa de Assessoria e Consultoria Contábil e de

Organização das Documentações para Prestação de Contas das Associações de Pais e Professores – APP’S da Rede Pública Municipal”, ligado ao “Programa de Extensão em Gestão Contábil” (PEGC), essa ação advém do curso de Ciências Contábeis da UNESC. O projeto busca atuar com 12 APP’s, onde já foram trabalhados até o momento com 11. Os dois extensionistas se deslocavam até o município de Lauro Müller, lá com o auxílio da secretaria de educação, se locomoviam até as escolas onde ocorreram a aplicação da assessoria nas APP’s.

4 EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

4.1 HISTÓRICO DO PROJETO

A APP é composta em geral por pais e professores da escola. Possuem suas finalidades estipuladas em estatuto, prevendo mudanças realizadas no ensino, eventos e infraestrutura da instituição escolar, tornando obrigatório a convocação de reuniões para debater futuras alterações.

Neste cenário surgiu o projeto “Programa de Assessoria e Consultoria Contábil e de Organização para Prestação de Contas das Associações de Pais e Professores – APP’s da Rede Pública Municipal” teve seu início no ano de 2016 no município de Siderópolis e finalizou no ano de 2017. Com os resultados alcançados em Siderópolis, o município de Lauro Müller apresentou interesse e no ano de 2018 foi iniciado o projeto. Por meio do edital 101/2018, o projeto tem como objetivo geral “apoiar, por meio de orientação, assessoria e consultoria contábil às Associações de Pais e Professores–APP’s da rede pública municipal” (PROJETO, 2018). Para o alcance do objetivo foram segmentados alguns objetivos específicos: a) Diagnosticar a situação econômica e financeira das APP’s da rede municipal; b) Assessorar na elaboração de Fluxo de caixa com viés orçamentário; c) Prestar consultoria contábil, fiscal, financeira, tributária, trabalhista e previdenciária; d) Assessorar

na prestação de contas dos recursos recebidos, através de convênios e transferências governamentais; e) Contribuir na elaboração do modelo de relatório anual de prestação de contas da gestão econômica e social; f) Ofertar cursos de capacitação para domínio gerencial sobre os assuntos abordados no projeto, tais como: controle orçamentário e financeiro, procedimentos para prestação de contas, entre outros; g) Elaborar cartilha com instruções de procedimentos a serem observados pelos gestores das APP's em âmbito econômico e financeiro e fiscal e organizacional (PROJETO, 2018).

O projeto conta com 10 escolas municipais, onde duas delas possuem pré-escolar integrado com APP, totalizando 12 APP's. A APP é independente do Poder Público e possuem direitos privados, sendo órgãos sem fins lucrativos, com o controle de saldo realizado por doações, eventos e recursos governamentais, como o PDDE, que segundo o FNDE ([2018 ou 2019]), tem a finalidade de auxiliar as escolas de forma financeira, com o objetivo de melhorar o ensino e a infraestrutura, buscando qualidade no desenvolvimento escolar. Com a disposição destes recursos as APP's devem realizar controles contábeis e manter seus documentos sempre atualizados, como estatuto, ata de posse e livro caixa, essas atividades são cabíveis à um contador, gerando gastos para a APP, portanto, este projeto de extensão tem o propósito de levar consultoria contábil às APP's de Lauro Müller.

4.2 AÇÕES NA COMUNIDADE

O projeto teve seu início com dois extensionistas. No final do primeiro semestre de atuação uma extensionista deixou o projeto, sendo substituída por outra, durante a prática do segundo semestre acabou se desvinculando do projeto, ficando somente um extensionista para o projeto. Na metade do primeiro semestre de 2019 uma nova extensionista se juntou ao projeto, dando continuidade aos objetivos.

No dia 10 de setembro de 2018 os extensionistas juntamente com os professores envolvidos no projeto foram ao município de

Lauro Müller realizar uma reunião com a secretaria de educação e representantes das APP's que compõem o projeto, reunião a qual foi possível ter embasamento das principais dificuldades das APP's. Esse público caracterizou o grupo a qual foram articuladas todas as ações do projeto.

Uma semana depois (18 de setembro de 2018) os extensionistas retornaram ao município e juntamente com a secretaria de educação foi dado início ao projeto nas escolas, iniciando com a APP 01(onde também se localiza a APP 02) e a APP 03. A dificuldade encontrada por meio do diálogo, observação e análise documental nas APP's 01 e 02 foi em relação ao estatuto que estava desatualizado, para providenciar as adequações os extensionistas trabalharam com a mesma durante 1 (um) mês (finalizando em 22 de outubro de 2018), a dificuldade da APP 03 era também em relação ao estatuto, porém a mesma acabou desistindo do projeto, por acreditar que os extensionistas realizariam o trabalho de atualizações, o que não condizia com o proposto pelo projeto de extensão.

Logo após a resolução das dificuldades encontradas pelas escolas foram finalizadas as visitas no ano de 2018, dando início novamente em 09 de abril de 2019. Na data em questão foi realizada uma reunião na Secretaria de Educação de Lauro Müller com a presença da Secretaria e sua assistente, a fim de retornar as atividades com as APP's.

Duas semanas após (25 de Abril de 2019) os extensionistas retornaram ao município, sendo levados até a APP 04, sendo então realizado análise no estatuto e livro caixa. Foram detectados erros no livro caixa, os extensionistas guiaram a direção da escola a convocar reuniões a fim de solucionar os problemas, foi necessário 1 (um) mês para solução, envolvendo reuniões entre APP, Secretaria de Educação e Contabilidade.

Em 07 de maio de 2019 o extensionista visitou a APP 05, estava com os documentos atualizados e demonstram dúvidas somente a respeito ao livro caixa, no qual foi resolvido com uma explicação de como poderia ser feito o livro caixa. No dia 21 de maio de 2019

o extensionista foi para a APP 06, a mesma está com os documentos atualizados, apresentando somente a falta de conhecimento para a elaboração do livro caixa, fazendo-o sem especificar todos os detalhes de dados, porém estava em conformidade com a contabilidade.

No dia 23 de maio de 2019 o extensionista foi para a APP 07 (onde também se encontra a APP 08), a escola está com os documentos atualizados e não estava com o livro caixa no dia da visita, pois o mesmo estava com a contabilidade. Também informou que as escolas do município ainda não haviam recebido o dinheiro referente ao PDDE e não possuía informações sobre o motivo. No dia 28 de maio o extensionista foi para a APP 09, a mesma estava sem o livro caixa no dia da visita. A APP 09 havia passado por atualização recente, pois houvera uma reeleição no ano vigente e seus documentos estavam todos atualizados. No dia de 04 de junho o extensionista foi para a APP 10, a mesma separa o livro caixa em dois, contendo um com os gastos somente referentes à APP e outro referente a gastos da escola, a APP também estava se preparando para uma nova eleição de presidência no final do ano vigente.

Todas as APP's, com exceção da APP 03, demonstraram interesse em participar do projeto e foram muito receptivos com os extensionistas, porém, o que dificultou no andamento com a APP 04, foi que seus representantes possuíam certo receio em disponibilizar abertura para seu livro caixa, sendo que havia diversos problemas deixados pela antiga direção. Mas, após conversa e aproximação com as APPs, foi dado liberdade para os extensionistas acessarem os materiais, gerando facilidade através de pesquisa no livro e diálogo com a representante da APP para a solução das dificuldades enfrentadas.

Nos primeiros meses de andamento do projeto, os extensionistas foram preparados para irem à campo, neste contexto os mesmos foram entusiasmados para iniciarem pesquisas sobre os temas que seriam trabalhados no campo. De forma complementar os extensionistas também receberam capacitação para as atividades prestadas através da extensão, as quais podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1 – Capacitações

Capacitação	Data
Plataforma Lattes e Sucupira	16/08/2018
Relatório, Fichamento e Diário de Campo	22/03/2019
Imposto de Renda (Doação FIA)	28/03/2019

Fonte: Dados da pesquisa.

As capacitações que foram aplicadas com os extensionistas tiveram a função de prepará-los para a extensão e eventos referente ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ). A primeira capacitação foi designada para a criação do currículo Lattes e conhecimento da Plataforma Sucupira, a segunda foi referente ao modo como deve ser preenchido o relatório semestral/anual, fichamento e diário de campo da extensão. A terceira foi referente ao projeto do curso de Ciências Contábeis, Contabilidade na Praça.

Com a extensão, envolvendo o Projeto, o PEGC e a Universidade, foram realizados eventos envolvendo a comunidade interna e externa do próprio ambiente da universidade, como consta no Quadro 2.

Quadro 2 – Eventos

Evento	Data	Local
Reunião com as APP's de Lauro Muller	11/09/2018	Prefeitura - Lauro Muller
Reunião com secretaria de Educação de Lauro Muller	09/04/2019	Secretaria de Educação - Lauro Muller
Imposto de Renda na Praça	13/04/2019	Praça Nereu Ramos - Criciúma
Apresentação Cultural dia da Extensão	02/05/2019	Auditório Ruy Hulse - UNESC
Menção de Aplausos Ciências Contábeis	29/05/2019	Auditório Ruy Hulse - UNESC
Apresentação dos Projetos de Extensão UNESC	03/06/2019	Bloco O - UNESC
45º Simpósio Mundial de Auditoria Contínua e Relatórios	05/06/2019	CRC - Florianópolis
Salão de Inicialização Científica - Ciências Contábeis	25/06/2019	Blocos N e P - UNESC
Mostra Científica - Ciências Contábeis	06/07/2019	Hall de Entrada - UNESC

Fonte: Dados da pesquisa.

No dia 11 de setembro de 2018 os extensionistas e professores do projeto se locomoveram até a prefeitura de Lauro Müller para realizar uma reunião de apresentação com a Secretaria de Educação e representantes das APP's envolvidas no projeto. Em 09 de abril de 2019, após as férias das escolas de Lauro Müller o projeto teve seu

retorno, havendo a realização de reunião na Secretaria de Educação do município para socialização e atualização referente ao andamento do projeto. Dia 13 de abril de 2019 os extensionistas juntamente com os professores e estudantes envolvidos no projeto Imposto de Renda na Praça se locomoveram para a Praça Nereu Ramos em Criciúma para a realização do evento, o evento pretendeu por meio dos estudantes auxiliar na declaração do imposto de renda da população local. No dia 02 de maio de 2019, a convite da UNESC os extensionistas e coordenadores de extensão de todos os projetos foram para o Auditório Ruy Hulse, localizado na UNESC para uma apresentação cultural referente ao Dia da Extensão. Em 29 de maio de 2019 os extensionistas auxiliaram na organização da Menção de Aplausos do curso de Ciências Contábeis no Auditório Ruy Hulse. Dia 03 de junho de 2019 houve um evento no bloco O da UNESC, destinado a apresentação dos projetos de extensão da Universidade. No dia 05 de junho de 2019 um extensionista do Projeto, foi para o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de Florianópolis juntamente com um extensionista de outro projeto da Ciências Contábeis e a coordenadora do Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC) para um Simpósio de auditoria continua e relatórios, envolvendo contabilidade e inteligência artificial. Em 25 de julho de 2019 os extensionistas participaram na organização do evento do curso de Ciências Contábeis Salão de Inicialização Científica (SIC), entre os blocos N e P da UNESC. Dia 06 de julho de 2019 aconteceu a Mostra Científica do curso de Ciências Contábeis em frente a biblioteca da UNESC, projeto dedicado a oitava fase do curso para apresentação do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Por meio de visitas realizadas no município de Lauro Müller foi possível relatar como é realizada a organização da Secretaria de Educação e das escolas em relação à APP. As escolas, em sua maioria, possuem as documentações da respectiva APP arquivadas e organizadas dentro de pastas de arquivo e em locais de fácil acesso para os membros. Porém, uma dificuldade detectada é em relação à gestão

de informações, quando é alterada a direção de uma escola ou a presidência de uma APP, dificilmente a nova gestão consegue acompanhar o andamento da APP, encontrando dificuldades para realizar o fluxo de caixa, atas e atualizações com o estatuto, além de muitas vezes acabarem não se comunicando com a Secretaria de Educação e Contabilidade, realizando as operações da maneira que julga correta e podendo encontrar no futuro problemas com as declarações.

O projeto foi muito bem aceito por todas as escolas e nenhuma instituição demonstrou receio em conceder acesso aos documentos da APP, facilitando para a assessoria, consultoria e prestação de contas com a mesma. O Quadro 3 identifica as principais dificuldades encontradas até o momento.

Quadro 3 – Maiores dificuldades encontradas no campo

APP	Estatuto	Livro Caixa
1	x	x
2	x	x
3		
4		x
5		x
6		x
7		x
8		x
9		x
10		x

Fonte: Dados da pesquisa.

As principais dificuldades estão relacionadas à prestação de contas por meio do livro caixa, a forma como o recurso do PDDE pode ser aplicado e a atualização do estatuto para a substituição do uso de cheque para cartão eletrônico bancário e eleição da direção escolar. Com o padrão de dificuldades estabelecido foi possível elaborar separadamente com cada escola formas de resolução dos problemas, assessorando-as conforme suas necessidades e dificuldades, a fim de possibilitar a liberação de recursos referentes ao PDDE, pois o mesmo só é liberado ao município assim que todas as escolas estiverem com seus documentos atualizados.

Ao término da assessoria com uma escola, o projeto dava andamento à próxima instituição, sendo aplicado em até duas escolas simultaneamente sem levar documentações para a UNESC, aplicando a assessoria *in loco*. Com o *Feedback* dado pelas escolas será possível elaborar uma cartilha detalhando os processos para atualização da APP, como usar os recursos financeiros disponíveis, preenchimento de livro caixa, elaboração de ATA e outras práticas propícias à APP. Por meio do projeto os extensionistas tiveram um olhar mais amplo referente a Universidade, assessoria contábil e a Legislação Educacional, oferecendo resultados positivos e satisfatórios para as escolas e APP's também.

4.3 DESDOBRAMENTOS DAS PRÁXIS DE EXTENSÃO

Por meio do programa os extensionistas conseguiram absorver os conteúdos ensinados em sala de aula e assessorar as APP's. O contato com a comunidade possibilitou também adquirir conhecimento que pode ser aplicado em aula, principalmente em disciplinas envolvendo contabilidade pública e direito, pois são os principais temas trabalhados com as APP's. Os extensionistas obtiveram a possibilidade aprofundar seus conhecimentos com relação ao controle de fluxo de caixa e elaboração de estatuto, possibilitando a aplicação em suas vidas acadêmicas, pessoal e profissional.

Dentro da Universidade os extensionistas desenvolveram seu *network*, diminuindo eventuais dúvidas referentes à Universidade, ao curso e ao próprio projeto. Com a aplicação do projeto, foi possível também adquirir experiência em oratória, o entendimento do PDDE e a constituição da gestão escolar. A oratória em particular, permite o melhor desempenho do acadêmico, podendo ser replicado dentro da própria Universidade e em eventos aos quais os extensionistas participem e utilizando para ampliar o contato interno com a UNESC.

Infelizmente para o projeto, algumas APP's esperavam que os extensionistas realizassem eventuais atualizações necessárias, porém o

objetivo da extensão é assessorar, ou seja, instruir a APP com informações referentes à suas atualizações. Assim uma APP preferiu se retirar do projeto e contratar um advogado para realizar suas atualizações, com isso houve um impacto nos extensionistas, mas sem prejudicá-los, não refletindo no projeto.

Os extensionistas encontraram um desafio com a locomoção entre os municípios, pois um extensionistas chega à Universidade muito cedo ou muito próxima do horário que o ônibus fornecido pela secretaria de educação parte da Universidade. Além disso, encontram dificuldades no envolvimento com novas APP's, pois algumas delas se sentem desconfortáveis inicialmente com a abertura de seu estatuto e livro caixa para os acadêmicos, havendo a necessidade de uma maior interação com os representantes, a fim de desenvolver um vínculo de confiança.

5 CONCLUSÃO

Por meio do acompanhamento realizado com as escolas foi possível relatar uma melhoria significativa nas APP's, com a aquisição de maior compreensão por parte da presidência e tesouraria das APP's, quanto ao estatuto e livro caixa. Com o auxílio da Secretaria de Educação e as presidências de APP os extensionistas conseguiram assessorar as APP's com a atualização dos estatutos e atas para o fechamento do ano de 2018 e início de 2019, possibilitando às escolas o fechamento do ano letivo e o envio das informações para o recebimento do recurso monetário referente ao primeiro semestre do PDDE.

A secretaria de educação foi muito receptiva, cedendo transporte para locomoção entre os municípios, seu espaço físico para os extensionistas aguardarem a chegada do transporte e motorista para transitarem entre as escolas. Apesar de toda explicação fornecida aos representantes das APP's em reunião, a APP 03 aguardando envolvimento direto com a APP, preferiu se retirar do projeto, gerando assim

uma reorganização no cronograma do projeto, porém não foi afetado negativamente no desempenho e andamento.

Apesar da dificuldade enfrentada pelos extensionistas quanto a locomoção entre os municípios, os resultados tem sido muito satisfatórios, podendo aplicar o conhecimento obtido em sala de aula na prática e o conhecimento adquirido com a extensão em sala de aula. Por meio da extensão muita experiência é absorvida e aplicada na vida acadêmica e pessoal, gerando facilidade para a compreensão de temas antes desconhecidos. A extensão também proporciona aos extensionistas a possibilidade de criação de uma rede de contatos e proximidade com a comunidade e a Universidade. No geral, o envolvimento proporcionado pela extensão tem gerado muitos pontos positivos nos extensionistas, como a facilidade com a comunicação, o interesse pela comunidade acadêmica e o crescimento da busca por conhecimento por meio da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2006. 195 p. ISBN 8522443912 (broch.).

BRANCO, Veronica. **Desafios para a implantação da Educação Integral:** análise das experiências desenvolvidas na região sul do Brasil. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/30009/19393>. Acesso em: 25 mar. 2019.

EDUCAÇÃO, Todos Pela. **Perguntas e Respostas: O Que é e Como Funciona uma Associação de Pais e Mestres?** 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/conteudo/perguntas-e-respostas-o-que-e-e-como-funciona-uma-associacao-pais-e-mestres>. Acesso em: 31 jul. 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Programa Dinheiro Direto na Escola**, [2018 ou 2019]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pdde/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-pdde>. Acesso em: 18 jun. 2019.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. **A extensão universitária no ensino superior e a sociedade.** 2011. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/60>. Acesso em: 17 jun. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al). - 3. ed. - 9. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2008

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. **Contribuições da extensão universitária na sociedade.** Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/494/254>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SOUZA, Angelo Ricardo de. Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681-5653) **A Escola por Dentro e por Fora: A Cultura da Escola e a Descentralização Financeira.** 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Angelo_De_Souza/publication/307677280_A_escola_por_dentro_e_por_fora_a_cultura_da_escola_e_o_programa_de_descentralizacao_financeira_em_Curitiba-PR. Acesso em: 14 mar. 2019.

STÜRMER, Arthur Breno; FERREIRA, Liliana Soares. **A gestão democrática nas escolas públicas de Santa Catarina.** Educação, Santa Maria, v. 35, n. 1, p.155-168, jan. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/1372/796>. Acesso em: 12 mar. 2019.

Fonte financiadora: Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

Capítulo 4

PRÁTICAS DE EXTENSÃO EM MODA: PROGRAMA MODARTE E PROMOÇÃO CULTURAL SOBRE JEANS

Violeta Adelita Ribeiro Sutili

Lara Benedet

Vitória Bobsin

1 INTRODUÇÃO

Cotidianamente, utiliza-se de múltiplos signos referenciais ao sistema de moda para que, a partir desses, possa-se construir determinados discursos pessoais que, assim, operam ao elucidar uma ideia de contexto histórico e social acerca do sujeito que deles se veste.

Se as expressões artísticas encontram nas telas, tintas e materiais diversos os suportes de seus sentidos, o corpo é o suporte da roupa, que sendo transmutado pelos tecidos, cores e formas do vestuário, os quais expressam mudanças e alterações constantes numa sociedade de moda, articula nos seus discursos o próprio ritmo social ao qual o sujeito está ligado. (SANT'ANNA, 2007, p. 75).

Deste modo, ao utilizar do corpo e seus contornos plásticos como um fator de construção, comprehende-se o discurso de moda enquanto objeto visual, desenvolvido por mecanismos de múltiplos significados para a produção de sentido. Encarando a expressividade, a partir do corpo e das vestes que o compõem, enquanto universo múltiplo para linguagens e processos comunicacionais.

Daí a força da moda, entendida enquanto modo de ser, pois ela é quem oferece ao ser sua possibilidade concreta de apresentação, aparição encarnada num corpo. [...] A moda, sobretudo na sua dimensão vestimentar, pode ser considerada como uma instância imaginária e mítica, já que revela uma relação entre o indivíduo e o mundo, entre o indivíduo e os outros e o indivíduo e a sociedade (CIDREIRA, 2013, pág. 27).

Lidando com este elo entre moda e expressividade, ressalta-se a arte como campo muitas vezes já buscado pela moda em suas inspirações, desfilando juntas sob a imaginação de estilistas como Rei Kawakudo, da Commes de Garçons, e também de Alexander McQueen, dentre outros grandes nomes que se utilizaram de referências e técnicas artísticas em suas criações ao longo da história, aplicando materiais e técnicas por vezes inusitados e inovadores, promovendo novos olhares, questionamentos e possibilidades no vestir e no expressar-se da sociedade. E, por que não, encarando o processo criativo de desenvolvimento de moda autoral, ou seja, o trajar-se envolvido pela dimensão estética de determinado artista, enquanto processo artístico?

Por uma leitura de viés social e cultural, ambas – arte e moda – podem ser interpretadas como formas de expressão visual, e assim, atenua-se a linha que as divide. É neste intercâmbio que se ampliam as possibilidades de criação, em que a moda dialoga com tais termos dando aos mais diferentes materiais e aspectos, formas e cores a fim de compor um plano de expressão para manifestar-se sob o corpo.

Nesse sentido, o Programa de Extensão MODARTE, da Universidade do Estado de Santa Catarina, propõe materializar essas dinâmicas, em especial, na relação moda e arte. Fundamentada nos objetivos de criação em moda, artes plásticas e figurino o Programa oferece gratuitamente cursos, oficinas, palestras, exposições e desfiles.

As ações propostas pelo Programa são voltadas para a comunidade em geral, uma vez que seus participantes incluem desde os acadêmicos, docentes, artistas, designers, criadores em geral, artesãos e costureiras. O objetivo é impulsionar conexões entre moda e arte sob

os mais diversos pontos de vista, promovendo inicialmente diálogos entre estes para posteriormente materializar seus efeitos em interferências artísticas sobre roupas, figurinos, acessórios e objetos. As ações também visam a elaboração de material expositivo para divulgação das atividades feitas, de modo a expandir o exercício criativo acadêmico para toda a comunidade.

Nas atividades realizadas no Programa MODARTE no período de 2019.1, incentivou-se a revalorização de peças do vestuário já existentes e usadas, por intermédio da aplicação da economia circular, que propõe a ampliação do ciclo de vida dos produtos, onde para isso foram aplicadas técnicas inovadoras e criativas sobre roupas, que na oficina proposta intitulada “Fora do Encaixe” teve como objeto de interferência o *jeans*, que possibilitou a prática e a aplicação dos conhecimentos adquiridos na oficina e a troca de ideias e técnicas criativas entre os participantes e ministrantes.

As maneiras de interferir no *jeans* e posteriormente na lona de caminhão descartada foram fundamentadas na customização artística sobre a forma de arte vestível, com técnicas que variaram desde as contemporâneas urbanas até as mais artesanais e milenares. Cabe explicar a razão da escolha destes direcionamentos.

Quanto ao material de base escolhido para a aplicação de técnicas artísticas, o *jeans* foi escolhido desta vez, por seu caráter democrático e popular, visto em praticamente todas as ruas do planeta, dentro das mais diversas culturas, vislumbrando aos olhos como uma espécie de muro vestível, sujeito a interferências criativas e simbólicas sendo consideradas roupas práticas e confortáveis, fáceis de vestir, versáteis e muitas vezes baratas, porém com alto custo de produção e grande impacto no meio ambiente. A oficina ofertada se direcionou a comunidade em geral, e a escolha do *jeans* como peça a receber interferências permitiu que todos os participantes pudessem levar peças próprias para interferir, sem a necessidade de incentivar a compra de qualquer material podendo-se utilizar apenas resíduos em sua criação. As suas características de durabilidade e resistência permitiram

inúmeras possibilidades de intervenção criativa pelos participantes, que foram incentivados continuamente a desconstruírem as noções já conhecidas e aplicadas sobre o *jeans*, ressignificando-o com maior liberdade e autoralidade.

Em relação à customização de itens de moda, já em evidência a tempos, pode-se observar grandes exemplos da relação moda e arte empregados manualmente, sem envolver empresas e grandes marcas. Observa-se um movimento crescente de personalização na moda contemporânea dificultado com a superprodução em massa de produtos, que vê um escape da massificação das aparências observada na atualidade com a utilização de técnicas criativas e por vezes artísticas como forma de expressão individual e simbólica da aparência pelo uso de roupas expressivas sobre o corpo que além do vestir-se, propõe e comunicar-se e o diferenciar-se.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO JEANS

Em 1853 foi o estopim para a grande evolução no segmento *jeanswear*, com Levi Strauss-imigrante alemão- que fez de simples lonas de barracas calças para trabalhadores das minas de carvão. A peça que, inicialmente, era considerada um uniforme de trabalho, pelo seu conforto, hoje é agregada nas mais circunstâncias de uso.

Após essa evolução no *jeans wear*, surge o estilo *far west*, (CATOIRA, 2006) que apontou que o pós-guerra e o salto econômico dos EUA na década de 40, deram ao cowboy o status de herói e nessa cultura destacaram-se as calças que os próprios utilizavam: o *jeans*.

A figura de *bad boy*, sendo estimulada pelos meios de comunicação e confiscada pela indústria de moda, fez os jovens de 1950 adotarem o *jeans* como a principal vestimenta, saindo do período dotado de questionamentos quanto ao pertencimento a um grupo.

Segundo (LIPOVETSKY, 2009), “O cinema jamais deixou de produzir estrelas, são elas que os cartazes publicitários exibem, são elas que atraem o público” e foram estrelas como James Dean, Elvis Presley e Marlon Brando que valorizaram essa vestimenta como algo que foi simbolicamente além de vestir, uma forma de comunicação e rebeldia.

No Brasil, a história do *jeans* é mais tardia, em 1972 a Alpargatas lança uma marca chamada US TOP- nome que faz referência a esse novo estilo estadunidense que vinha surgindo junto com a palavra TOP que descrevia a qualidade da peça produzida- produzindo o “verdadeiro” índigo *Blue*.

Uma década depois, um novo e importante salto estratégico era efetivado para adequar o negócio de *jeans* ao crescente fenômeno de diferenciação deflagrado pela moda no país. A empresa agregaria à sólida base de US TOP a criação de marcas que visavam à conquista de faixas de consumo mais conscientes das tendências de estilo. (IVAN, 1987, p. 60-61).

De acordo com (BRAGA; PRADO; 2011) em 1974 novas marcas de *denim* iniciam a comercialização do *jeans*, assim, o mercado interno passou a ser suprido de modelos com diferentes tonalidades. O excesso de novos materiais, texturas e cores, pediu à peça um valor de design como diferencial. Inserindo o Brasil à frente de países como Índia, China e Coréia do Sul no setor de fiação convencional segundo levantamento da International Textile Manufactures Federation - ITMF (2011).

Quando se percebeu que a juventude brasileira não desfrutava de uma moda para si, fabricantes como Gledson José de Assunção que fabricava roupas inspiradas no estilo de ídolos da Jovem Guarda, começaram a atender esse novo grupo que estava elaborando sua moda. Essa distinção de lavagens e tinturaria no ramo têxtil, induziram que o *jeans* fosse uma peça democrática, servindo tanto para o movimento hippie e seus tingimentos artesanais, quanto pelos *yuppies* na valorização de peças ostentosas com etiquetas aparentes e bordados (CHATAIGNIER, 2006).

Nos dias atuais, o *denim* é considerado uma grande força no mercado de confecção brasileiro, sendo o país o segundo maior produtor e o terceiro maior consumidor mundial. Recebendo investimentos de US\$ 8 bilhões por ano (FONTELLA, 2011).

Indivíduos, e cada vez mais mulheres, começam a usar o que antes era considerada uma moda machista –por ser criada para “braços operários” – desde Chanel em 1920 e o *jeans* lote 701, as mulheres puderam começar a entabular sua identidade.

Hoje, o *Jeans*, com linguagens distintas, recebe tingimentos de cores e aplicações de texturas que permitem inúmeras possibilidades de acabamento, se tornando o único artigo na história que se deslocou como símbolo, peça popular, chegando a toda sociedade, desde as camadas mais populares, aos políticos, chefes de Estado, artistas, e até mesmo a realeza (como Lady Di, Princesa Caroline de Mônaco). (CATOIRA, 2006).

2.2 A ESCOLHA DO *JEANS* COMO PEÇA PRINCIPAL DA PESQUISA

O *jeans*, além de ser o segmento que mais cresce dentre o vestuário produzido no país, é uma peça popular que veste da massa à elite e é, também, utilizado na fabricação de acessórios. É o produto mais hegemônico da indústria de moda e permanece no mercado há 150 anos.

É a peça que sempre mantém sua base, se reinventa para sobreviver às diversas mudanças de estilos e formação de culturas. Vai além da moda, “ultrapassa a idade, a religião, a sociedade, a cultura sem perder a função original de cobrir o corpo” (CATOIRA, 2006). Analisando desde a popularização do *jeans* no grupo de jovens, revoltados com a falta de identidade pós-guerra e com ícones do cinema que lhes davam essa revolta –os famosos *bad boys*– a peça ainda leva consigo um signo de juventude.

Conforme Laver (2003) propõe, a roupa sustenta elementos de comunicação através de uma linguagem não verbal, onde cada

sujeito a utiliza como pertencimento ou diferenciação de um coletivo, atribuindo ao vestuário um novo significado, vinculado ao design e a moda, que propõe ao consumidor a escolha pessoal na forma de se expressar e vestir.

Tanto Silva (2009, p.68) como Catoira (2006) apontam que a capacidade da roupa de se reformular a faz um produto sem igual. Indo além das fronteiras do vestuário, ele se reinventa para cada grupo e para cada nova moda, que se encontra disponível para todos os bolsos, gostos, tamanhos, cores e texturas. Especificamente o *jeans* está presente em vários ambientes sociais, vestindo variados tipos de pessoas, dos mais variados biótipos, sendo uma peça cosmopolita que tem uma linguagem universal. Pode-se afirmar que lá, dentro do seu armário, existe uma calça *jeans* velha, durável, que se estende até hoje como um traje que ultrapassa todos os preconceitos e modismos passageiros.

2.3 UPCYCLE: UMA ALTERNATIVA PARA O CONSUMO INSUSTENTÁVEL

A grande aceitação do *jeans* pela sociedade, coloca o Brasil como o segundo produtor e o terceiro consumidor no ranking mundial, no entanto, essa produção passa por um processo bastante agressivo ao meio ambiente, justificando o prolongamento da vida útil dessa peça em alternativas como *Upcycle*.

De acordo com o Instituto Ecotece, o *denim*- matéria prima do *jeans*- é feito em sua maior parte de algodão, e recebe em sua produção 25% dos agrotóxicos produzidos no mundo. Os grandes volumes de água necessária para a produção de um quilo de tecido giram em torno de 11.800 litros. Fatores como lavagem e tingimento do *jeans* vem ganhando atualmente sua forma sintética de produção, a fim de suprir as necessidades das *fast fashions*, que geram um crescente volume de resíduos têxteis no descarte rápido praticado pelos o consumidores e empresas do setor de moda.

Com a geração dos *Millennials*, surge uma preocupação com formas insustentáveis de produção em todos os níveis. A moda tem

uma cadeia agressiva à natureza e produzi-la sem que ocorram modificações nas formas de produção e consumo na atualidade é tudo que o pensamento sustentável propõe. “O consumo exagerado de roupas e acessórios, bem como a lógica da *fast fashion* fazem com que a data de validade desses produtos seja curta e nossas relações com eles superficiais” (BERLIM, 2012, p.13).

Esse consumo desenfreado conduz o consumidor a ideia errônea de usar roupas descartáveis, substituíveis a cada estação. Sendo que, a produção anual nacional de produtos de moda no ano de 2013 foi de 9,8 bilhões de peças, dados esses apresentados no pelo site do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

É de extrema importância mencionar o impacto indireto gerado pela obsolescência programada dos produtos de moda e a rapidez com que os descartamos. Infinita aquisição e descarte de roupas e acessórios e sua velocidade são engrenagens principais no eixo da atual indústria têxtil (BERLIM, 2012, p. 44).

No Brasil, apesar de ser uma prática pouco divulgada, um dado revelado pela Unilever (2007) afirma que 33% dos consumidores preferem marcas que tenham um impacto positivo à sociedade ou ao meio ambiente e que 85% dos clientes se sentem melhor consumindo produtos de maneira sustentável. Essa pesquisa manifesta que o país – grande potência da indústria têxtil- tem grande capacidade para a Economia Circular.

Posto que o consumo de moda seja necessário para a expressão da identidade dos indivíduos e que a natureza pede ajuda, opções de *Upcycling* surgem para aumentar o curto ciclo de vida que dedicamos ao produto. Levando em consideração essa necessidade de identidade e o mercado insustentável de hoje, Pazmino (2007,p.6) observa:

O designer pode tornar um produto ecológico fazendo um redesign de produtos existentes ou design de novos produtos com vantagens ambientais, para isto o designer deve atuar em cada uma das fases do ciclo de vida do produto – pre produção, produção, uso, descarte, reciclagem, reuso – tomando decisões ecologicamente

corretas que minimizem o impacto ambiental dos produtos. Os fatores de meio ambiente e econômico devem ser tratados como objetivos do projeto.

A função do designer de moda na promoção de um novo olhar para os processos de produção e consumo de moda, é minimizar os efeitos causados ao meio ambiente, com o “reuso” de peças que já passaram por todo processo agressivo de fabricação. Se antes, durante a Primeira Guerra Mundial, as roupas eram consertadas e reutilizadas pelas gerações seguintes havendo um apelo para que os estilistas criassem roupas com menos desperdício e adornos, posteriormente a industrialização forneceu meios para aumentar a produção e durante a Segunda Guerra Mundial, o consumo de roupas e bens domésticos cresceram e continuaram a aumentar até os dias atuais.

Pezzolo (2007) afirma que o *jeans* é uma espécie de uniforme mundial e o *upcycling* surge como um novo conceito sustentável, que agrega um valor ambiental ao produto e estende o ciclo de vida de algo que está sendo descartado. Muitas empresas, preocupadas com a sustentabilidade, procuram formas de contribuir para minimizar os problemas ambientais. Na moda, esse termo está crescendo por ser um processo que reutiliza materiais e os transforma em novos produtos, sem passar por qualquer processo químico ou grandes gastos com energia e água, além de minimizar a emissão do CO₂ que seria produzido ao longo do seu ciclo de vida.

3 METODOLOGIA

Para realizar as propostas pretendidas pela Oficina, o Programa MODARTE utilizou uma metodologia baseada em experimentações individuais e coletivas, através de encontros semanais para apresentação e discussão de alternativas entre as participantes. Em primeiro momento, apenas as integrantes do Programa produziram testes em retalhos e calças *jeans*, experimentando diferentes

técnicas sobre o *jeans* a fim de observar quais funcionavam melhor, sendo elas: caneta posca, tinta para tecido, tinta acrílica para tela, spray para grafite, carimbo, canetas para tecido, caneta esferográfica, perfurações, aplicações, colagens, entre outras. Posteriormente, foram oferecidas oficinas nas quais todos os participantes receberam um conteúdo teórico e prático e customizaram peças próprias, que posteriormente foram doadas ao Programa para que pudessem ser expostas em eventos.

4 EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

Buscando incentivar a criação de peças do vestuário inovadoras e autorais, de maneira a desenvolver o design de produtos mais criativos e autorais, o Programa MODARTE propôs utilizar como principal base para criação o *jeans*, fomentando a troca de ideias e técnicas criativas entre todos os participantes das oficinas propostas.

Para tanto, no processo de construção de produtos autorais em *jeans*, realizou-se, internamente, encontros teóricos e práticos entre as participantes do Programa, composto por alunas bolsistas sob a supervisão e orientação da coordenadora do Programa MODARTE. Desta forma, tornou-se possível investigar o material *jeans*, tendo como base experimentações individuais e, posteriormente, coletivas, durante encontros semanais onde ocorreram as apresentações e discussões de alternativas criativas. Dentro do cronograma, haviam dias reservados para a investigação do *jeans* e seus significados no contemporâneo, catalogação de materiais, planejamento das atividades e então testes e prototipação de intervenções sobre o *jeans*.

Encontravam-se à disposição dos pesquisadores, diversos materiais de fácil acesso e uso, como a caneta esferográfica, cola, recortes, tinta acrílica, tinta *spray*, caneta posca, tecidos, aviamentos, cordões, pequenos objetos e aplicações variadas, bem como itens necessários para modelagem, costura e artesanato. Tornou-se possível intervir

e modificar retalhos e peças de vestuário, constatando as diferentes possibilidades de trabalho em *jeans*, bem como a capacidade expressiva aplicada a estas técnicas, como pode-se ver na Figura 1.

Figura 1 – Colagens em *Jeans*, 2019.



Fonte: Modarte

No decorrer dos encontros, conheceu-se mais sobre o material e seu comportamento, de maneira que estas reuniões práticas e teóricas culminaram na organização de uma oficina aberta a comunidade, tendo como objetivo aumentar a abrangência de conhecimentos para a customização de peças em *jeans* com a aplicação de técnicas de criação artística.

Caminhando para a maior difusão dos objetivos almejados pelo projeto, foi realizada uma oficina de serigrafia manual que compartilhou conteúdos teóricos relacionados as técnicas da serigrafia e a aspectos históricos e de produção do *jeans*, propondo posteriormente a customização de peças deste material, oriundas de doação e brechós. A oficina intitulada “Fora de Encaixe: Oficina de serigrafia em *jeans*”, ministrada pelos artistas Marcelo Fialho e Marco Julio, teve a duração de dois encontros, totalizando 6 horas de aula, onde foram apresentadas aos participantes, as técnicas de serigrafia utilizadas pelos criadores do grupo *O Tropicalista*, bem como as técnicas já desenvolvidas anteriormente pelo grupo pertencente ao Programa MODARTE.

Figura 2 – Oficina “Fora de Encaixe”, 2019.



Fonte: Modarte

Durante a Oficina ofereceu-se conteúdo teórico e prático aos integrantes, os quais foram estimulados a utilizar a prática da criatividade a partir do uso de materiais já existentes, como calças, shorts, saias, camisas em *jeans*, bem como de uma grande lona de caminhão descartada, resultando no desenvolvimento de peças e painel com propostas inesperadas. Como foi o exemplo da confecção de *patches* feitos pelas participantes que utilizaram retalhos de *jeans* e estamparia provindos das atividades de serigrafia, recorrendo a colagens e bordados para a produção de peças autorais.



Figura 3 – Patches autorais, 2019.



Fonte: Modarte

Ao longo da oficina, as participantes buscaram realizar a customização de peças de acordo com seu impulso criativo, de maneira a representar no *jeans* suas linguagens expressivas, por meio de decisões envolvendo cores, formas e recorte. O ato de customizar busca conferir características pessoais a peças de vestuário, conforme o gosto do dono, torna-se possível personalizar nossas vestes (CASTELLANI, 2003).

Assume-se a moda como provedora de individualidade capaz de comunicar pertencimentos e adesões sociais, reconhecendo sua expressividade, a partir do corpo, não apenas por gestos, posturas e falas, mas também de acordo com os aspectos visuais que compõem a aparência.

Sendo o *upcycling* considerado um processo mais sustentável, é também uma prática que estimula a criatividade a partir de materiais já existentes, sem que se fomente o consumo desnecessário, resultando em artigos desenvolvidos a partir do reaproveitamento de resíduos *jeans*.

4.1 DESDOBRAMENTOS DAS PRÁXIS DE EXTENSÃO

Projetos de extensão como estes, nos campos acadêmicos, em especial em Centros de Arte, em que ocorre a aproximação entre os conhecimentos de todos os cursos se fazem essenciais para expansão das perspectivas de criação dos estudantes. Assume-se grande importância e relevância tanto na vida dos acadêmicos que participam do projeto, como da comunidade que participa das atividades desenvolvidas. De modo que as atividades de extensão compõem, conjuntamente dos pilares de ensino e pesquisa proporcionados através da universidade, maneiras de aproximação entre o ambiente acadêmico e a comunidade, retribuindo a esta o investimento estatal e a nível de responsabilidade social que se têm atribuído na educação pública, a servir como complemento às justificativas de sua existência e permanência.

5 CONCLUSÃO

Após os encontros e oficinas, foi possível constatar a importância e o papel dos Programas de Extensão como meios difusores de conhecimento teórico e prático. As ações oferecidas pelo Programa, facilitam e promovem o acesso a aprendizagem que geralmente torna-se restrito aos meios acadêmicos cercando-se dos muros da Universidade ou dentro de empresas privadas. Salienta-se a importância da multiplicação do pensamento e da prática criativa, com o intuito de estimular a comunidade a pensar o consumo e a vida neste sentido.

Através prática criativa em itens residuais, incentivou-se o repensar no sistema de moda, e partir deste, os hábitos de consumo socialmente incutidos nesta combinação, bem como o encarar sensível diante do vestuário enquanto ferramenta de expressão e mecanismo comunicacional de acesso democrático.

Pôde-se perceber com a experiência vivida, a relevância da interação coletiva para aumentar a geração de ideias, como no caso

ocorrido dentro da oficina *Fora de Encaixe*, na qual os ministrantes que da oficina sugeriram a confecção de *patches*, uma ideia que não havia surgido anteriormente com as pesquisas dos integrantes do Programa MODARTE, e que foi aderida por todos os participantes.

Além disso, o referencial artístico e a criatividade pessoal dos participantes, incorporou a serigrafia, como meio expressivo aplicado de forma teórica e prática na construção de peças autorais. Foi possível ao grupo participante da experiência criativa que uniu o *jeans*, a serigrafia artística, e outras técnicas criativas apresentadas, observar que criar com o que já se tem, ou seja, as telas prontas serigrafadas, trazidas pelos ministrantes da oficina, aliadas as peças de roupas antigas e outras técnicas conjugadas, permitiram muito mais floreios à criatividade e novos olhares sobre o produto trabalhado.

Isto é, a oficina permitiu aos integrantes, perceber as inúmeras possibilidades da ressignificação das roupas e as infinitas formas de expressão pessoal que podem ser geradas a partir da criatividade. A continuidade desse projeto em *jeans* propõe novas intervenções nas peças e na lona de caminhão já trabalhadas com a serigrafia e em novas peças em *jeans*, a partir da oficina teórica e prática de graffiti, pretendendo debater o urbano e as questões atuais da sociedade por intermédio da peça de roupa escolhida para isto, o *jeans*.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, João; DO PRADO, Luís André. **História da moda no Brasil: das influências às autorreferências**. São Paulo: Pyxis Editorial, 2011.
- CASTELLANI, Regina Maria. **Moda Ilustrada de A a Z**. São Paulo: Manole, 2003.
- CATOIRA, L. **Jeans, a roupa que transcende a moda**. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.
- CHATAIGNIER, Gilda. **Fio a Fio: tecidos, moda e linguagem**. São Paulo: Estação das Letras Editora, 2006.

CIDREIRA, Renata Pitombo. **As formas da moda: Comportamento, estilo e artisticidade.** São Paulo, Sp: Annablume, 2013.

FONTELLA, Luis. Fernando. **Estudo segmento jeans.** Disponível em: < <https://administradores.com.br/producao-academica/estudo-sobre-o-segmento-jeans>

IVAN, Mauro (ed). **80 Anos de Nossa História:** Alpagartas. São Paulo: Mauro Ivan Marketing Editorial Ltda., 1987 jeans/2231/download/>. Acesso em: 07/06/2019.

LAVER, James. **A roupa e a moda.** 7ed. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero:** a moda e seu destino nas sociedades modernas. Editora Companhia das Letras, 2009.

PEZOLLO, Dinah. Bueno. **Tecidos: História, Tramas, Tipos e Usos.** Paulo: Editora Senac, 2007.

SANT'ANNA, Mara Rubia Muller. **Teoria de Moda:** sociedade, imagem e consumo. São Paulo: Estação das Letras, 2007.

Capítulo 5

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS DE TERRITÓRIO PAULO FREIRE, LOCALIZADAS PRÓXIMAS AO LOTEAMENTO SANTO ANDRÉ: UM RELATO DE ATUAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO NA ESCOLA E.M.E.I.F JOSÉ CONTIM PORTELLA

Mônica P. Kravczik Guglielmi

Elton da Silva

Miriam da Conceição Martins

Zenaide Paes Topanotti

1 INTRODUÇÃO

As alterações ocorridas ao longo do tempo durante a história humana, manifestam características que exigem a necessidade de se repensar nas relações estabelecidas entre a espécie humana e os recursos naturais existentes, além de inúmeras outras espécies animais que habitam no ecossistema. Esse fato requer uma mudança brusca no modo de compreender e perceber o mundo e as inter-relações entre diversos organismos que habitam o mesmo planeta.

Desse modo, repensar a atuação humana perante o meio, requer uma revisão de valores, hábitos e atitudes no estilo de vida, que possam proporcionar um ambiente saudável e que aconteça de forma a prevenir possíveis problemas às próximas gerações. É fundamental reconhecer que o homem é parte indissociável da natureza, um elemento dependente da dinâmica do meio o qual faz parte. Sendo assim, perceber que, o homem é a composição da totalidade do próprio ambiente em que está inserido, e neste aspecto, implica em reconhecer que ele é,

por si, a própria natureza e deve preservá-lo para a permanência da sua existência e demais espécies.

Diante desse senário se faz importante tratar essas questões nos meios urbanos abrangendo uma dimensão interdisciplinar, e neste sentido surge a importância da Educação Ambiental (EA) nas escolas, no papel de promover a conscientização e participação da sociedade nos problemas socioambientais, pois a vida escolar é também uma representação da realidade local e global.

O projeto de extensão voltado à educação ambiental, tem como papel promover mudança na percepção dos alunos em relação ao meio ambiente, buscando enaltecer a importância de avaliar os problemas ambientais locais e repensar valores e atitudes condizentes nas relações estabelecidas com o meio. Neste sentido, o projeto de extensão vem sendo desenvolvido na região delimitada Território Paulo Freire, propondo ações de revitalização de uma nascente existente na área verde do bairro Santo André, próximo a escola E.M.E.I.E.F José Contim Portella. A referida área, por desconhecimento de parte dos moradores da comunidade, acaba se tornando um local para utilização sem cuidados, gerando impactos ambientais. Por esse motivo, tem se tornado o campo de atuação para as práticas da Educação Ambiental promovidas pelo projeto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As leituras realizadas acerca dos processos e experiências da extensão universitária foram realizadas com base nas produções de Ailton Dias dos Santos (2005), Moacir Gadotti (2017), Paulo Freire (2003). As produções de Anderson de Miranda Gomes *et, al.* (2016) e Fabiana Jacomel *et, al.* (2016), embasaram as discussões à respeito do Programa Novos Talentos e seus dilemas para o Ecodesenvolvimento na educação, dentre outros autores que contribuíram nas leituras e pesquisas realizadas pelos acadêmicos bolsistas durante a atuação no

projeto. O referencial teórico utilizado na produção deste trabalho se constitui no documento maior de produção do projeto que se apresenta vinculado à Pró-Reitoria Acadêmica, Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias da UNESC, e, pertencente ao Programa de Extensão Território Paulo Freire.

3 METODOLOGIA

A metodologia de execução do projeto se estruturou no método multidisciplinar, com planejamentos, estudos e elaboração, posteriormente no contato com a comunidade e a escola pré-selecionada para definir participação e traçar os objetivos do projeto, e em seguida, os bolsistas e professores trabalharam na elaboração de roteiros, atividades práticas, reflexivas e materiais didáticos necessários para desenvolver as atividades.

4 EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

A atuação das bolsistas integrantes do projeto iniciou no mês de agosto de 2018, primeiramente, teve como finalidade a integração das acadêmicas para tomar conhecimento das propostas por ele oferecidas. Nos primeiros dias, as bolsistas integrantes ficaram responsáveis pela leitura e discussão do documento e apresentação do reconhecimento aos professores coordenadores. Após as discussões, tiveram início os estudos acerca da atuação da extensão e sua importância, além de diversas metodologias interdisciplinares que pudessem estruturar as propostas de atuação com a comunidade.

Durante o segundo semestre do ano de 2018, as bolsistas, juntamente aos demais integrantes do projeto, realizaram visitas ao bairro e discutiram sobre as propostas do projeto com a presidente da Associação de Moradores do loteamento Santo André, e tinha como

foco reconhecer melhor o local e questionar por meio da presidente de bairro se o projeto seria bem-vindo na localidade. A indicação da escola a qual abrangeeria maior quantidade de alunos foi indicada pela própria presidente da Associação de Moradores.

Em seguida, após a indicação, as acadêmicas junto aos professores orientadores foram conhecer e dialogar a respeito da atuação do projeto com a gestão da escola E.M.E.I.E.F. José Contim Portella, que se localiza no bairro São Sebastião, em Criciúma-SC. Com o aceite da gestão escolar, iniciou-se os estudos de preparação e produção de materiais para a atuação no semestre seguinte. O projeto ficou responsável de trabalhar com os alunos dos 4ºs anos de ensino fundamental, dos períodos vespertino e matutino, respectivamente.

No segundo semestre de atuação, o que corresponde ao primeiro semestre do ano de 2019, as visitas eram compostas por encontros quinzenais com as turmas, conforme o acordo realizado com professoras e gestoras da rede de ensino. Os encontros quinzenais aconteciam nas segundas-feiras no período vespertino e nas quintas-feiras no período matutino.

As aulas realizadas pelos bolsistas, voluntários e professores, aconteciam em forma de oficinas com atividades práticas e lúdicas, de forma que pudessem cativar a atenção, o interesse e a participação das crianças com o conteúdo transmitido. Todas as atividades e discursos buscavam aproximar os temas ambientais à importância da água, fauna e flora, e, consequentemente, da nascente localizada na comunidade.

Os conceitos trabalhados abrangiam temas referentes aos recursos hídricos, mata ciliar, ecossistema e segregação de resíduos reutilizáveis e orgânicos. Na primeira visita, os acadêmicos, juntamente ao voluntário representante da FAMCRI, a voluntária e a professora coordenadora do projeto, foram conhecer as crianças, apresentar e propor atividades recreativas.

No decorrer do projeto, as crianças puderam discutir a respeito dos seus conhecimentos e opiniões acerca das questões ambientais durante as dinâmicas desenvolvidas, construíram protótipos de mata ciliar, para que pudessem compreender o papel da vegetação presente

em torno dos rios. Confeccionaram também um terrário¹, utilizando materiais recicláveis e mudas que foram doadas pela FAMCRI, e receberam cartilhas que foram confeccionadas pelos bolsistas para que pudessem registrar suas atividades e aprendizados durante as visitas. As cartilhas produzidas e entregues também foram confeccionadas com materiais reutilizados.

A continuação do projeto se estenderá até o primeiro semestre de 2020, cumprindo o prazo de dois anos de atuação. Algumas propostas são almejadas pelos integrantes, como por exemplo; a manutenção da horta suspensa da escola, plantação de leguminosas, verduras e chás, manutenção das plantas ornamentais do ambiente escolar, visita à nascente da comunidade, desenvolvimento de atividades de conscientização em relação à nascente da comunidade e sua possível restauração, segregação de resíduos recicláveis e orgânicos etc.

Além da atuação dos bolsistas nas atividades escolares e extraescolares, a integração e participação com os demais bolsistas de outros projetos nas atividades vinculadas à extensão foram de grande valia durante este período de atuação. Alguns eventos foram representativos para o projeto, como o dia mundial da água, celebrado na praça Nereu Ramos, e o evento em alusão ao dia da extensão, também promovido na praça Nereu Ramos em Criciúma. Além destes, o evento promovido pela COMAVH (Comissão de Meio Ambiente e Valores Humanos) junto a Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias da UNESC, a *XIV Semana de Meio Ambiente e Valores Humanos*, também contou com a participação dos bolsistas durante o período de evento.

4.1 DESDOBRAMENTOS DAS PRÁXIS DE EXTENSÃO

Os resultados obtidos pelo projeto até o momento presente apresentam aspectos positivos. Os acadêmicos bolsistas foram bem

¹ Material de representação das condições ambientais necessárias para a sobrevivência de seres bióticos e sua dinâmica ecológica.

recebidos pela gestão escolar e apresentaram bom relacionamento com os alunos e professoras. Durante a atuação na escola, foi perceptível o aprendizado adquirido pelos alunos, grande parte demonstrou interesse e participou ativamente de todas as propostas oferecidas, assim como a gestão escolar demonstrou bastante interesse em receber o projeto de extensão na instituição. Durante esse período de atuação, não só os alunos, mas também os acadêmicos bolsistas obtiveram bastante aprendizado. A experiência em sala de aula durante o período de graduação é muito importante, e o projeto de extensão agrega muito valor a experiência acadêmica, assim como fortalece a convicção de seguimento da profissão e proporciona inúmeras possibilidades de se experienciar em diferentes áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade, por exemplo, é um fator relevante na promoção dessas possibilidades. A experiência da extensão tem valor significativo ao agregar experiências múltiplas e ter a oportunidade de promover crescimento e resultados de atitudes e valores em comunidade e dentro da universidade, contribuindo para o crescimento pessoal e profissional dos integrantes e ampliando suas relações em sociedade e com a natureza.

5 CONCLUSÃO

Buscando resgatar a importância da preservação ambiental, a Educação Ambiental, um tema transversal por sua abrangência interdisciplinar, no âmbito do ensino escolar, possui o papel primordial de promover mudanças no paradigma comportamental do ser humano, procurando reassumir valores e promover atitudes que tornem a relação entre homem e meio cada vez mais condizente, pensando no bem estar das atuais e futuras gerações. É neste contexto que a extensão universitária tem o importante papel de levar não só às escolas, mas também à comunidade a qual está inserida a possibilidade de trabalhar juntos em prol do bem-estar social, buscando aliar o conhecimento científico ao conhecimento tradicional na promoção do desenvolvimento ambiental

local. O projeto apresentado busca enaltecer a importância da preservação da nascente que se localiza na comunidade do loteamento Santo André, para assim, buscar possibilidades para a revitalização deste espaço e promover um ambiente equilibrado com recursos disponíveis, além de um local de visitação e apreciação.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária:** Para quê? São Paulo: USP, 2017. 18 p.
- GOMES, Anderson de Miranda *et al.* Programa Novos Talentos FURB: Educação Para o Ecodesenvolvimento e os Projetos de Ação Territorial. In: SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes *et al* (Org.). **Novos Talentos:** Processos de Educação para o Ecodesenvolvimento. Blumenau: Nova Editora, 2016. Cap. 2. p. 67-82.
- JACOMEL, Fabiana *et al.* Programa Novos Talentos UFSC: Dilemas na formação de Educadores para o Ecodesenvolvimento - Um balanço das Experiências do Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) do Litoral Catarinense. In:
- SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes *et al.* (Org.) **Novos Talentos:** Processos de Educação para o Ecodesenvolvimento. Blumenau: Nova Editora, 2016. Cap. 3. p. 83-104.
- SANTOS, Ailton Dias dos; GAMA, Ana Maria Cardoso de Freitas; FARIAS, Andrea Alice C. **Metodologias Participativas:** Caminhos para o Fortalecimento de Espaços Públicos Socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005. 93 p.



CIÊNCIAS DA SAÚDE

Capítulo 6

CONSUMO DE MACRO E MICRONUTRIENTES EM UM GRUPO DE IDOSOS NO SUL CATARINENSE

Elisângela da Silva Baltazar

Suelen Letiana da Rosa Mastroiano

Lara Canever

Neiva Junkes Hoepers

Paula Rosane Vieira Guimarães

1 INTRODUÇÃO

A população idosa vem crescendo de forma significativa ao longo dos anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que no Brasil, no ano de 2050, a população idosa será de 30%, devido à transição epidemiológica que irá permitir que os brasileiros alcancem os 81 anos de vida (PREVIDELLI et al., 2017). Todavia, o processo de envelhecimento causa inúmeras mudanças anatômicas, fisiológicas e funcionais no organismo. Tais alterações provocam consequências negativas no estado nutricional e na saúde dos indivíduos (KÜMPEL et al., 2011).

Em virtude do comprometimento das funções cognitivas e fisiológicas, causado pelo envelhecimento, os idosos são um dos principais grupos etários mais propensos à desnutrição e às carências nutricionais, isso ocorre, porque, o metabolismo de nutrientes é prejudicado (FISBERG et al., 2013). Consequentemente, as mudanças dos fatores fisiológicos provocam diminuição do apetite, problemas de deglutição,

alterações no paladar e olfato, entre outros, afetando diretamente as práticas de ingestão alimentar que culminam em uma menor absorção dos nutrientes (SOUZA et al., 2016).

Desta forma, as condições psicológicas, socioculturais e biológicas interferem nas práticas alimentares dos idosos. Atualmente, uma das maiores preocupações no cenário da saúde está associada ao envelhecimento da população, já que, se tratando de deficiências nutricionais, esse grupo é muito suscetível (KÜMPPEL et al., 2011; TAVARES et al., 2015; PREVIDELLI et al., 2017).

Portanto, a nutrição é fundamental nesse processo, pois é de suma importância que se faça o controle nutricional desse grupo, bem como o acompanhamento das doenças relacionadas com a idade, possibilitando um atendimento apropriado e a elaboração de ações de incentivo à saúde.

Dentro deste contexto, o objetivo do presente trabalho foi investigar o consumo alimentar de macro e micronutrientes em um grupo de idosos do sul catarinense participantes de um Projeto de Extensão universitária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

O envelhecimento é caracterizado como um processo contínuo o qual envolve modificações funcionais, psicológicas e bioquímicas que, no decorrer dos anos propendem a estabelecer uma ausência das habilidades que o indivíduo dispõe para se adequar ao meio social e consequentemente levam ao aumento da fragilidade que por sua vez, eleva o desenvolvimento de doenças que podem levar o idoso a óbito (OLIVEIRA, et al., 2014). Porém, o processo de envelhecimento se diferencia de pessoa para pessoa, para uns pode ser mais acelerado e para outros, ocorre lentamente. Essas diferenças resultam de aspectos

como, hábitos de vida, incidência de doenças crônicas e nível socioeconômico (FECHINE; TROMPIERI, 2012).

Independentemente do estado físico e psicológico, normalmente o indivíduo é considerado idoso a partir dos 60 anos de idade. Todavia, o envelhecimento vai muito além da idade, pois envolve diversas questões. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), nos países desenvolvidos, a idade estipulada para as pessoas serem consideradas idosas é superior a 65 anos e nos países em desenvolvimento, a idade é superior a 60 anos (OLIVEIRA, et al., 2014).

Muitos indivíduos idosos possuem autonomia e independência, contudo, boa parte dessa população torna-se suscetível devido a diversos fatores, visto que o crescimento da estimativa de vida traz modificações fisiológicas e patologias associadas, que podem afetar sua capacidade funcional. A capacidade funcional prejudicada verifica-se por complicações ou dependência de terceiros para executar as práticas do dia a dia (LOPES et al., 2015).

2.2 ALTERAÇÕES RELACIONADAS AO ENVELHECIMENTO

A senescência é um processo natural, no qual ocorrem modificações bioquímicas, neurológicas, fisiológicas, anatômicas e funcionais. Aspectos ambientais, sociais e culturais, tais como: hábitos de vida, alimentação, inatividade ou atividade física, também interferem no organismo podendo contribuir para um envelhecimento saudável ou doentio (SANTOS, et al., 2009).

Segundo Santos e Delani (2015), o processo de envelhecimento ocorre de forma gradativa. Há diversas teorias que buscam esclarecer esse fenômeno, as principais estão associadas às transformações do mecanismo de replicação do DNA e ao declínio da função celular. De maneira geral, as teorias estão ligadas a fatores tais como: destruição do sistema imunológico, multiplicação de células, redução da taxa metabólica basal, reparo da molécula de DNA, danos provocados pelos radicais livres, depleção ou síntese do tecido muscular.

Fazzio (2012) afirma que em meio às alterações inerentes ao envelhecimento, a redução do metabolismo basal modifica a composição corporal ocasionando consequentemente a redistribuição de gordura que resulta em acúmulo na região abdominal e degradação da musculatura capaz de prejudicar os tecidos e órgãos. Para Silva et al. (2017), as modificações associadas ao envelhecimento afetam o funcionamento do organismo, ocasionando diversas complicações, como perdas das características sensoriais que afetam a: qualidade da visão (visão periférica, diferenciação de cores, adaptação ao ambiente claro ou escuro e discernimento de profundidade); qualidade da audição (sensibilidade aos sons); redução do tato (estímulos nas palmas das mãos ou na planta dos pés); e nas percepções do olfato e paladar, resultando na redução do estímulo para se alimentar. Para Tavares et al. (2015), há também outras modificações como a diminuição da altura decorrente da redução da firmeza da musculatura e/ou por problemas ósseos que resultam no arqueamento da coluna tais como: osteoporose, escoliose, cifose ou achatamento das vértebras e arco plantar e encurvamento das pernas, aspectos comuns nessa faixa etária.

O funcionamento da cavidade oral é afetado pela dentição prejudicada e também pela baixa produção salivar, que pode ser associada a enfermidades que acometem os diferentes sistemas ou a utilização de fármacos. A xerostomia pode dificultar a fala, a sensibilidade ao paladar, a adaptação ao uso de próteses dentárias, e aumentar a vulnerabilidade para desenvolver cáries e doenças orais (SANTOS; DELANI, 2015). Doenças orais dificultam o processo de mastigação e deglutição dos alimentos (FAZZIO, 2012). Além disso, são comuns durante a senescênci, patologias que acometem o trato gastrointestinal, o que dificulta os processos de ingestão, digestão e absorção, induzindo outras complicações, tais como: diminuição da sensação de fome, hipocloridria, absorção insuficiente dos nutrientes e constipação (SILVA et al., 2017).

2.3 CONSUMO ALIMENTAR (MACRO E MICRONUTRIENTES)

Nos dias que correm, o estado nutricional da população idosa sofreu modificações crescentes, marcadas pela ingestão excessiva de alimentos altamente calóricos, em especial de gorduras de origem animal, e açúcares refinados aliada a uma diminuição do consumo de nutrientes com baixo valor energético provenientes de frutas e verduras (ORLANDO et al., 2011).

De acordo com Previdelli et al. (2017), no que se refere às proteínas, pesquisas em território brasileiro comprovam que o consumo das mesmas está próximo aos valores de referência entre os idosos, isso se sugere pelo característico hábito alimentar da população brasileira, em que a alimentação é constituída basicamente por arroz com feijão e carne. Em relação aos idosos, o consumo adequado de proteínas é primordial, visto que esse macronutriente possui um papel fundamental na prevenção e no tratamento de osteoporose e sarcopenia.

De acordo com Venturini et al. (2015), pesquisas apontam que o consumo de carboidratos tende a aumentar entre os idosos no decorrer da idade, devido ao grau de dificuldades para preparar e ingerir os alimentos. Dessa forma, aumenta o hábito de comer petiscos acompanhados de café, resultando em monotonia alimentar. Além disso, a ingestão elevada de alimentos ricos em gorduras saturadas e açúcares possui relação direta com a incidência da obesidade e doenças cardiovasculares. No entanto, manter uma alimentação equilibrada, que contenha em sua composição, nutrientes provenientes de frutas, verduras e legumes, associada a ingestão reduzida de gorduras e frituras diminui o desenrolar de doenças cardiovasculares nos idosos (SOUZA, et al., 2016).

Para Fisberg et al. (2013), o consumo de vitaminas e minerais entre a população idosa está abaixo da recomendação. A ingestão inadequada de micronutrientes pode ser resultado da pouca diversidade de alimentos que fazem parte da alimentação cotidiana dos idosos. Sendo assim, ações que busquem estimular uma alimentação adequada e que

tornem acessíveis alimentos fontes desses micronutrientes, podem modificar essa situação.

2.4 DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT)

A crescente longevidade é acompanhada pelo aumento das doenças crônicas degenerativas (LOPES et al., 2015). Paralelo a transição demográfica, está a transição epidemiológica que se caracteriza pelas alterações nos padrões de morbidades e enfermidades que acometem a população. O progresso dos fatores socioeconômicos e a evolução da medicina diminuíram o número de óbitos relacionados a infecções, porém, os maus hábitos diários e suas consequências aliados à redução da mortalidade e ao aumento da expectativa de vida, elevam a predominância das doenças crônicas degenerativas (OLIVEIRA et al., 2017).

De acordo com Felipe e Zimmermann (2011), doenças crônicas degenerativas se referem a uma ampla variedade de enfermidades não transmissíveis, tais como: Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), Doenças Cardiovasculares (DCV), Diabetes Mellitus (DM), alguns tipos de câncer, entre outras. As doenças crônicas degenerativas associam-se a perda da autonomia em indivíduos idosos, o que afeta seu bem-estar cotidiano. As alterações nos padrões alimentares elevam as taxas de sobrepeso e obesidade, aspectos determinantes para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) que consequentemente, resultam em um aumento da morbimortalidade. De modo que, mundialmente, essas patologias são a causa de 60% das mortes e situação de dependência (ORLANDO et al., 2011).

Segundo Lopes et al. (2015), grande parte da população idosa possui doenças crônicas, sendo que muitas pessoas manifestam mais de uma dessas patologias, prejudicando suas habilidades funcionais e antecipando a síndrome da fragilidade. A alimentação exerce um papel crucial para a incidência do desenvolvimento das doenças crônicas degenerativas. Por outro lado, pode ser o principal fator de proteção

contra as mesmas, sendo assim, deve estar em destaque nas ações de saúde pública (ORLANDO et al., 2011).

2.5 AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL NA TERCEIRA IDADE

Tratando-se da população idosa, a avaliação nutricional é diferenciada em relação às demais faixa-etàrias, devido a seus aspectos específicos. Sendo assim, muitos dos métodos utilizados em jovens e adultos, não são válidos para os idosos (SOUZA, et al., 2013).

As alterações fisiologias características do processo de envelhecimento, tais como: as modificações corporais que refletem no peso e estatura, devem ser consideradas durante a avaliação nutricional, para que parâmetros como esses não sejam associados a enfermidades. Sendo assim, deve haver muita cautela. (SANTOS, et al., 2010). Desse modo, utilizam-se métodos objetivos e subjetivos, dentre os quais, os mais comuns são: Índice de Massa Corporal (IMC), circunferência muscular do braço (CMB), circunferência do braço (CB), prega cutânea tricipital (PCT), circunferência da panturrilha (CP), Mini Avaliação Nutricional (MAN), que aliada a algum inquérito alimentar, como por exemplo, o Recordatório de 24h (R24h), são referências determinantes na identificação prévia do estado nutricional (FAZZIO, 2012).

De acordo com Silvério et al. (2016), diversos estudos têm apontado um crescimento considerável de idosos em estado de desnutrição. Esse quadro varia entre 15 a 60% conforme o tipo de procedimento utilizado para avaliar o estado nutricional dos idosos ou de acordo com a entidade ou lar em que se encontram, ou seja, casas, instituições ou hospitais. De modo específico, entre os idosos, a desnutrição está intimamente relacionada à diminuição de suas funcionalidades orgânicas, ao aumento dos casos de internações e da elevada propensão ao desenvolvimento de infecções, logo, o aumento das taxas de mortalidade (PEREIRA et al., 2016). Entretanto verifica-se que o índice de obesidade vem crescendo entre a população geriátrica, trazendo consequências marcantes na área clínica por apressar a decadência da

capacidade funcional dos idosos, aumentando seu estado de dependência (SANTOS, et al., 2010).

2.6 CARÊNCIAS NUTRICIONAIS NA TERCEIRA IDADE

O envelhecer de maneira saudável, depende da preservação de um estado nutricional devido, pois o envelhecimento interage diretamente com a saúde e o estado nutricional do indivíduo idoso (SANTOS; DELANI, 2015). As alterações próprias do envelhecimento, por exemplo: a redução da taxa metabólica basal, as mudanças na composição corporal, as modificações na atividade digestiva, a diminuição dos atributos sensoriais e da sensibilidade à sede, associam-se com o estado nutricional dos idosos. Assim como a utilização de variados tipos de fármacos e o desenvolvimento de patologias ligadas à idade avançada, podem influenciar na ingestão alimentar e na captação dos nutrientes (MARTINS et al., 2016).

Para Silva et al. (2017), as variações no consumo alimentar dos idosos, resultantes das modificações fisiológicas e dos processos mecânicos, tais como: a redução da percepção gustativa e a perda dentária, vão de encontro à deficiência na ingestão de frutas, legumes e verduras, especialmente *in natura*, impossibilitando o indivíduo de atingir suas necessidades diárias de micronutrientes. Além disso, fatores como solidão e isolamento social, abalam a pessoa idosa, desmotivando-a e prejudicando seu autocuidado. Dessa forma o idoso não dispõe de ânimo para a compra e o preparo de alimentos saudáveis, sendo assim, consome constantemente, alimentos industrializados e fáceis de preparar, o que prejudica o consumo de nutrientes em quantidade e qualidade (SANTOS; DELANI, 2015).

3 METODOLOGIA

A pesquisa em pauta caracterizou-se como um estudo descritivo, transversal e quantitativo, que foi realizado a partir de avaliação das

informações coletadas no grupo de idosos do projeto de Extensão em Atenção Multidisciplinar a Saúde do Idoso (PAMSI) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Foram coletados dados referentes aos padrões de ingestão alimentar dos idosos, por meio de inquéritos que possibilitaram analisar o consumo de macro e micronutrientes e variáveis antropométricas a fim de avaliar o estado nutricional dos participantes. A população estudada foi constituída por idosos com idade igual ou superior a 60 anos. Participavam do grupo PAMSI da UNESC, no período do estudo, 87 idosos, porém, a amostra foi composta por 52 os quais estavam presentes durante a realização da coleta de dados, portanto não houve cálculo amostral. O grupo habitualmente tem 2 encontros semanais, sendo assim a coleta de dados ocorreu de 13 de agosto a 10 de setembro.

Foram utilizados para a pesquisa, métodos de inquéritos alimentares, tais como: Recordatório de 24 horas, além de um questionário adaptado de Carvalho (2013) para as entrevistas com os idosos e o questionário sócio econômico pelo Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2018). Para classificação do estado nutricional utilizou-se o Índice de Massa Corporal (IMC), o qual é obtido a partir da divisão do peso corporal (kg) pela estatura elevada ao quadrado (m)² (IMC = Peso corporal (kg) / Estatura (m)²) (BRASIL, 2011). Os pontos de corte utilizados para classificação do IMC da população estudada seguiram os critérios propostos pelo Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2008). Para os idosos com 60 anos ou mais, é considerado IMC < de 22 Kg/m² como baixo peso, de 22 a 27 Kg/m² como adequado ou estrófico e ≥ 27 Kg/m² como sobrepeso.

A classificação para a CC de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1998) em relação a risco de complicações associadas à obesidade é de 94 a 102 cm considerado risco moderado e ≥ de 102 cm risco muito elevado para homens, e de 80 a 88 cm considerado risco moderado e ≥ de 88 cm risco muito elevado para mulheres (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2016). De acordo com o MS (2018), o parâmetro

de normalidade para a Relação Cintura Quadril (RCQ) é de C/Q até 1 para homens e até 0,85 para mulheres.

Os dados obtidos através do Recordatório 24hs aplicado aos idosos foram tabulados pelas autoras da pesquisa em planilhas no programa Microsoft Office Excel, a fim de se calcular e analisar a quantidade de macro e micronutrientes ingerida no dia anterior, bem como o valor calórico total (VET). Após o levantamento dos cálculos, os resultados foram agrupados em um único banco de dados também no programa Microsoft Office Excel. A partir deste banco foi obtida a média de ingestão dos macro e micronutrientes consumidos. Os demais dados foram analisados de forma descritiva pelo software Statistical Package for the Social Science (SPSS) versão 21.

4 EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

4.1 DESDOBRAMENTOS DAS PRÁXIS DE EXTENSÃO

4.1.2 Características da população do estudo

Participaram da pesquisa 52 indivíduos, com 60 anos ou mais. Dentre os idosos entrevistados, 42 eram do sexo feminino (80,7%) e 10 do sexo masculino (19,2%), prevalecendo mulheres na pesquisa. Dos 52 entrevistados, 67,3% relataram ser casados, 11,4% separados, 3,8% eram solteiros e 17,3% viúvos. A média referente ao número de filhos por indivíduo foi de 3,5 filhos. No domicílio, 26 (50,0%) dos idosos residem com 1 pessoa; 10 (19,2%) residem com 2 familiares; 7 (13,4%) com 3 pessoas ou mais e 9 (17,3%) moram sozinhos.

Em relação aos hábitos de vida, tais como: tabagismo, dos 52 entrevistados 84,6% afirmou nunca ter fumado. Ao serem indagados sobre a exposição ao sol, 12 idosos responderam não praticar esse hábito; 6 costumam se expor ao sol uma vez por semana; 4 o fazem duas vezes por semana e 32 afirmaram se expor ao sol três ou mais vezes por semana.

Quanto ao planejamento alimentar dos avaliados, a aquisição dos alimentos para a casa é realizada em grande maioria pelo próprio entrevistado (75,0%), sendo que 80,9%, quem faz as compra é a mulher. A maioria dos entrevistados também são responsáveis pelo preparo dos mesmos (82,7%), dado que reflete o papel desempenhado pela mulher nos afazeres do lar, visto que 100,0% das mulheres presentes neste estudo são responsáveis pelo preparo do alimento.

Referente ao consumo médio de água, os resultados mostraram que 36,5% dos idosos costumam ingerir até 1 Litro, 25,1% ingerem de 1 a 1,5 Litro, 36,5% consomem de 1,5 a 2 Litros e apenas 1,9% consome mais de 4 Litros de água diariamente.

No que se refere à Classe Social, foi possível analisar que a maior parte da população estudada pertence a Classe C1 e não há diferença em percentual entre a Classe C2 e B2. Sendo assim, de acordo com a Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2016), 30% da população sobrevive com renda estimada de R\$ 1.625,00 (>2 salários mínimos) que corresponde à Classe C2, 40,0% com renda estimada de R\$ 2.705,00 (renda aproximada a 3 salários mínimos) que corresponde à Classe C1 e 30,0% com R\$ 4.852,00 (>5 salários mínimos) que corresponde à Classe B2.

4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CONSUMO DE MACRONUTRIENTES

A análise referente ao VET ingerido pelos avaliados, apontou que o consumo médio de energia foi de 1.572 Kcal/dia ($\pm 598,1$) entre os homens com variação de 931,42 e 3.088,26Kcal/dia e entre as mulheres foi de 1.246 Kcal/dia ($\pm 407,4$) com variação de 557,87 e 2.529,31Kcal/dia. Em relação aos macronutrientes (Tabela 1), observa-se que carboidratos e proteínas apresentaram valores adequados ou moderadamente superiores às necessidades recomendadas pelas DRIs (2006) para ambos os sexos. Para esses grupos, os percentuais médios de consumo apresentados pelo sexo masculino para carboidratos foram de 56,5% (220,7g, variando entre 124,89g e 442,06g) e

de proteínas foram 17,3% (68,1g, variando entre 43,01g e 126,80g). As mulheres consumiram em média 58,0% (180,7g, variação entre 91,09g e 316,51g) de carboidrato e 17,4 % de proteínas (54,3g, variação entre 17,81g e 141,33g).

Tabela 1 – Percentual de ingestão médio de macronutrientes de um grupo de idosos no extremo sul catarinense, Criciúma, SC, 2018

Variáveis (VCT)	Recomendação %	Ingestão médiag/d ($\pm dp$)	Ingestão %
Sexo Masculino >60 anos			
Carboidrato	45 – 65%	220,7g ($\pm 88,1$)	56,15%
Proteína	10 – 35 %	68,1g ($\pm 25,1$)	17,32%
Lipídio	20 – 35%	46,5g ($\pm 19,1$)	26,62%
Sexo Feminino > 60 anos			
Carboidrato	45 – 65%	180,7g ($\pm 55,1$)	58,0%
Proteína	10 – 35%	54,3g ($\pm 23,1$)	17,43%
Lipídio	20 – 35%	35,6g ($\pm 19,2$)	25,71%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quanto aos lipídios, o padrão diário estabelecido segundo as DRIs (2006) é de 20 a 35%, o qual foi atendido pelos idosos de acordo com o percentual médio ingerido de 26,6% (46,5g, com variação de 13,62g e 87,63g) entre os homens e 25,7% (35,6g, com variação de 8,04g 77,21g) entre as mulheres. Estudo realizado por Venturini et al. (2015), sobre o consumo de nutrientes em idosos residentes em Porto Alegre (RS), apontou em relação aos macronutrientes, um percentual médio de 55,8% de carboidratos e 21,2% de proteínas entre os homens; e médias de 59,9% de carboidratos e 19,0% de proteínas entre as mulheres. Sobre os lipídios, as médias foram iguais para ambos os sexos: 23,1%.

Em relação ao consumo de fibras, demonstrado na tabela 2, observou-se valores inferiores ao recomendado pela RDA (2006), tanto para homens (20,1 g/dia, variando entre 12,59g e 33,16g), quanto para mulheres (18,5 g/dia, variando entre 4,08g e 18,57g), com resultados de adequação consideravelmente baixos (67% e 88,09%). Dórea et al. (2015), também encontraram valores inferiores ao recomendado para fibras, sendo um consumo médio de 16,77g/dia para os homens e 15,81g/dia para as mulheres.

Tabela 2 – Média dos valores de ingestão fibras de um grupo de idosos no extremo sul catarinense, Criciúma, SC, 2018

Variáveis	Recomendação (g/dia)	Ingestão médiag/d (±dp)	% Adequação
Sexo Masculino			
Fibra – FA	30	20,1g (±6,9)	67,0
Sexo Feminino			
Fibra	21	18,5g (±7,2)	88,09

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

4.3 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CONSUMO DE MICRONUTRIENTES

A tabela 3 apresenta a análise do consumo de micronutrientes em comparação aos padrões de recomendação de acordo com a RDA (2006) para os homens participantes do grupo.

Tabela 3 – Ingestão média de micronutrientes ingeridos por um grupo de idosos do sexo masculino no extremo sul catarinense, Criciúma, SC, 2018

Micronutrientes	Ingestão média	Recomendação	Adequação %
Sexo Masculino			
Cálcio – Ca (mg)	277,3	1200	23,10
Sódio – Na(mg)	1517,6	1300	116,73
Potássio – K(mg)	1638,3	4700	34,85
Fosforo – P(mg)	671,4	700	95,91
Ferro – Fe(mg)	8,89	8	111,12
Zinco – Zn (mg)	8,37	11	76,09
B12(µg)	0,87	2,4	36,25
B9(µg)	139,2	400	34,80
B6(mg)	0,95	1,7	55,88
Vitamina A(µg)	1009,1	900	112,12
Vitamina C(mg)	49,1	90	54,55
Vitamina E(mg)	9,89	15	65,93

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A análise do consumo de micronutrientes no sexo masculino apontou ingestão média significativamente inferior aos padrões de recomendação de acordo com a RDA (2006) para os minerais cálcio (277,3 mg/dia) e potássio (1638,3mg/dia). Do mesmo modo, Venturini et al. (2015) verificaram baixa ingestão de cálcio (603,5 mg/dia) e potássio (2585,6 mg/dia) pelos idosos analisados em seu estudo.

Para o mineral zinco, no presente estudo, as médias de ingestão foram inferiores a recomendação (8,37 mg/dia), diferentemente do que foi apontado nos estudos de Venturini et al. (2015) e Fisberg et al. (2013), em que as médias de consumo se aproximaram dos valores de referência (10,2 mg/dia e 11,1 mg/dia).Quanto ao sódio, houve um consumo maior (1517,6 mg/dia), com valores acima do percentual de adequação (116,7%) semelhante ao que foi demonstrado no estudo de Venturini et al. (2015) em que o consumo médio foi de 1509,3 mg/dia.

Em relação às vitaminas do complexo B (B6, B9, e B12), observou-se média de ingestão consideravelmente baixa (0,95 mg/dia para B6, 139,2 µg/dia para B9 e 0,87 µg/dia para B12). Referente à ingestão de vitamina B12, resultados opostos foram encontrados por Venturini et al. (2015), visto que o consumo médio entre os homens passou da recomendação (6,0 µg/dia). Já para a vitamina B9, o mesmo estudo apresentou consumo médio relativamente baixo (317,9 µg/dia).

No que se refere à vitamina A, no presente estudo foi verificado um consumo de 1009,1 µg/dia, próximo ao recomendado pela RDA (2006). Resultados adversos foram observados por Venturini et al. (2015) e Fisberg et al. (2013) que encontraram médias de consumo inferiores ao que se preconiza (580,0 µg/dia e 409,0 µg/dia).

A ingestão de vitamina C mostrou-se insuficiente (49,1 mg/dia), diferentemente do encontrado nos estudos de Venturini et al. (2015) e Fisberg et al. (2013), cujo as médias de consumo entre idosos do sexo masculino foram 116,8 mg/dia e 117,9 mg/dia, valores superiores ao recomendado pela RDA (2006). Para a vitamina E, também verificou-se no presente estudo, média de consumo notavelmente atenuada (9,89 mg/ dia), o mesmo foi demonstrado de acordo com os resultados encontrados por Venturini et al. (2015) e Fisberg et al. (2013) cujas médias foram de 4,2 mg/dia e 4,3 mg/dia para esse micronutriente.

A tabela 4 apresenta a análise do consumo de micronutrientes em comparação aos padrões de recomendação de acordo com a RDA (2006) para as mulheres participantes do grupo.

Tabela 4 – Ingestão média de micronutrientes de um grupo de idosos do sexo feminino no extremo sul catarinense, Criciúma, SC, 2018

Micronutrientes	Ingestão média	Recomendação	Adequação %
Sexo Feminino			
Cálcio – Ca (mg)	348,2	1200	29,01
Sódio – Na (mg)	743,9	1300	57,22
Potássio –K(mg)	1722,4	4700	36,64
Fosforo – P (mg)	648,4	700	92,62
Ferro – Fe (mg)	6,87	8	85,87
Zinco – Zn (mg)	6,54	8	81,75
B12(µg)	1,81	2,4	75,41
B9 (µg)	132,8	400	33,2
B6(mg)	1,07	1,5	71,33
Vitamina A (µg)	874,4	700	124,91
Vitamina C(mg)	61,6	75	82,13
Vitamina E(mg)	8,80	15	58,66

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Na análise do grupo feminino referente ao consumo de micronutrientes, assim como observado no sexo masculino, a ingestão das mulheres apontou deficiência expressiva de cálcio (348,2 mg/dia) e potássio (1722,4 mg/dia). Os estudos realizados por Venturini et al. (2015) e Fisberg et al. (2013) também mostraram essa realidade entre as mulheres, cujas médias observadas por Venturini et al. (2015) foram de 618,2 mg/dia para cálcio; e 2266,0 para potássio e as médias observadas por Fisberg et al. (2013) foram de 476,0 mg/dia e para cálcio.

Opostamente ao que se verificou entre os idosos homens, para as mulheres houve ingestão diminuída de sódio (743,9 mg/dia), achado divergente ao encontrado por Venturini et al. (2015), cuja média mostrou-se adequada (1358,0 mg/dia). O resultado encontrado no presente estudo também diverge do que foi obtido na pesquisa de

Fisberg et al.(2013), em que por outro lado, os valores ultrapassaram a recomendação de forma significativa (2630,0 mg/dia).

Na presente pesquisa, resultados inferiores à recomendação também foram encontrados para a ingestão dos minerais fósforo, ferro e zinco pelas mulheres idosas (648,4 mg/dia; 6,87 mg/ dia e 6,54 mg/ dia). Com relação à ingestão de fósforo e ferro Venturini et al. (2015) e Fisberg et al. (2013), constataram que o consumo desses minerais entre as mulheres idosas participantes de seus estudos, estava conforme os padrões recomendados pela RDA (2006). As médias de consumo verificadas por Venturini et al. (2015) para fósforo foram de 909,2 mg/dia e para ferro 9,8 mg/dia; as médias observadas por Fisberg et al. (2013) para fósforo foram de 851,0 mg/dia e para ferro 9,0 mg/ dia. Em relação ao consumo de zinco, Venturini et al. (2015) também encontraram valores menores aos recomendados (7,7 mg/dia), diferentemente de Fisberg et al.(2013) e que observaram ingestão média adequada (9,0 mg/dia).

Quanto ao consumo médio de vitaminas, verificou-se baixa ingestão do complexo B, sendo essa mais expressiva para vitamina B9 cuja média consumida foi de 132,8 µg/dia e o percentual de adequação foi de 33,2%. Para as vitaminas B6 e B12, as adequações foram de 71,3% e 75,4% com média de consumo de 1,07 mg/ dia para B6 e 1,81 µg/dia para B12. Resultados semelhantes aos deste estudo foram apontados por Venturini et al. (2015), para B6 e B9 em que as médias de consumo foram de 1,3 mg/dia e 241,3 µg/dia. Quanto à vitamina B12 Venturini et al. (2015) verificaram valores acima dos padrões, com média de consumo de 4,6 µg/dia.

Na presente análise, observou-se ingestão adequada entre as mulheres para vitamina A (874,4 µg/dia) e inadequada para as vitaminas C (61,6 mg/dia) e E (8,8 mg/ dia).

Quanto à ingestão de vitamina C, as médias encontradas por Venturini et al. (2015) e Fisberg et al. (2013), estavam acima da recomendação (103 mg/dia e 127,0 mg/dia) ao contrário do que se viu no presente estudo. Todavia em relação à vitamina E, Venturini et

al. (2015) verificaram um consumo médio de 4,1 mg/dia e Fisberg et al.(2013) encontraram 3,6 mg/dia.

4.4 PRESENÇA DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT)

Segundo a análise da presença de DCNT entre os indivíduos avaliados nesse estudo (agrupadas na Tabela 5), verificou-se que as mais prevalentes estão relacionadas ao Sistema Cardiovascular ou Circulatório (Doenças do Coração e HAS- 65,3%), seguidas por doenças do Sistema Endócrino (DM, Hipercolesterolemia, Hipotireoidismo e Hipertireoidismo- 61,5%) e, por fim, do Sistema Ósseo e Muscular (Artrose, Artrite, dores no corpo, Hérnia e Osteoporose- 40,3%).

Tabela 5 – Distribuição das DCNT relatadas por um grupo de idosos no extremo sul catarinense, Criciúma, SC, 2018. * considerando 52 do total estudado.

Doenças autoreferidas (considerando o relato de mais de uma doença por pessoa)	n	%*
Sistema Cardiovascular ou Circulatório (doenças do Coração e HAS)	34	65,38
Sistema Endócrino (Diabetes Mellitus, Hipercolesterolemia, Hipotireoidismo e Hipertireoidismo)	32	61,53
Sistema Ósseo e Muscular (Artrose, Artrite, dores no corpo, Hérnia e Osteoporose)	21	40,38
Sistema Nervoso (Depressão)	4	7,69
Sistema Respiratório (Doenças de Pulmão)	1	1,92
Nenhuma doença autorreferida	5	9,61

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

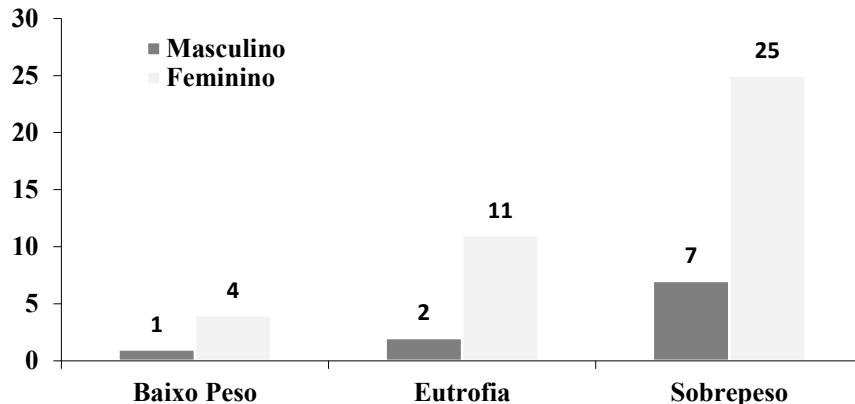
Pasa et al. (2016) verificaram que as patologias mais referidas pela população idosa em seu estudo foram: HAS (53,3%), dislipidemias (20,0%) e DM (16,6%). Altermann et al. (2011), observaram

que dentre as doenças presentes em seu estudo, a HAS também se mostrou como a mais prevalente (55,6%), seguida por DM (33,3%) e dislipidemias (27,7%). Dados similares foram observados por Nogueira et al. (2016)¹³, em que 66,7% dos idosos apresentavam HAS; 24,4% DM; 17,8% possuíam algum tipo de dislipidemia.

4.5 AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL

A classificação do estado nutricional dos participantes foi estimada através do cálculo do IMC. No gráfico 1, são apresentados os resultados referentes à média do IMC, os quais apontam maior prevalência de sobrepeso para ambos os sexos. Em relação às mulheres, 25 (62,5%) apresentaram excesso de peso, 11 (27,5%) estavam eutróficas e 4 (10,0%) com baixo peso. Quanto ao sexo masculino, 7 (70,0%) foram identificados com sobrepeso, 2 (20,0%) com eutrofia e 1 (10%) com baixo peso.

Gráfico 1 – Estado Nutricional por sexo de um grupo de idosos no extremo sul catarinense, Criciúma, SC, 2018

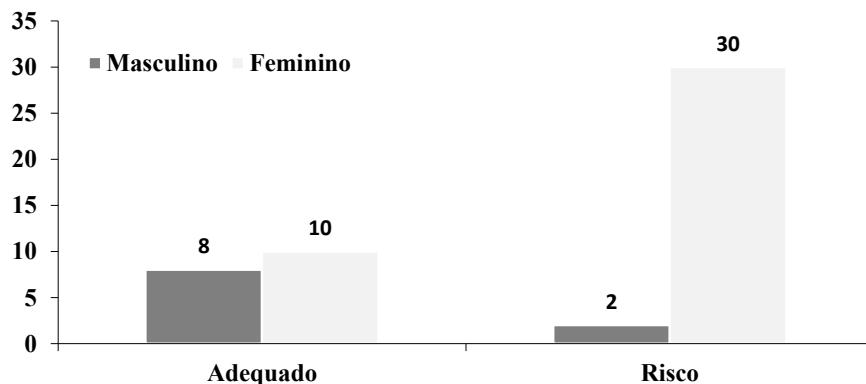


Resultados diferentes foram encontrados na análise de Nery et al. (2017) referente ao IMC dos idosos, no qual foi observado que

67,0% dos avaliados foram classificados como adequado, 18,0% com sobre peso e 15,0% encontrava-se com obesidade.

Quanto ao risco para o desenvolvimento de DCNT de acordo com a RCQ (Gráfico 2), para os idosos do sexo feminino, 20% (10) mostram-se dentro dos padrões adequados e 80% (30) apresentam-se em risco, devido valores acima do referenciado na literatura (até 1 para homens e até 0,85 para mulheres). Dos participantes do sexo masculino, 80% (8) estão dentro dos padrões adequados e 20% (2) idosos se mostram em risco.

Gráfico 2 – Distribuição do risco para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na razão cintura quadril (RCQ), por sexo em um grupo de idosos no extremo sul catarinense, Criciúma, SC, 2018

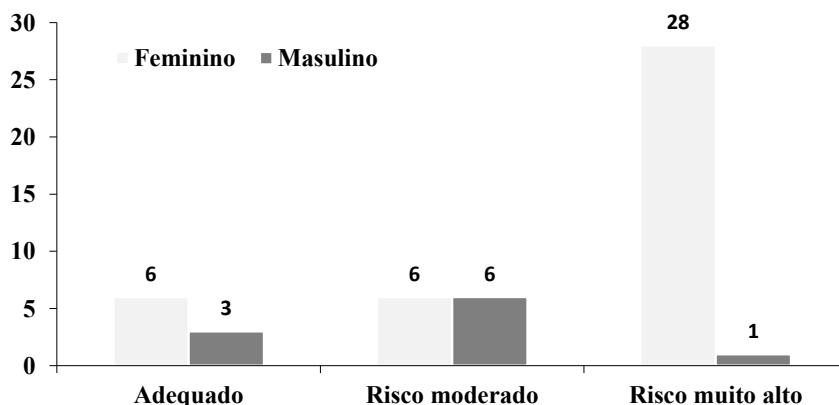


De encontro ao que foi demonstrado no presente estudo, na análise de dados antropométricos realizada em 218 idosos, Mastroeni et al. (2010) observaram quanto a RCQ, resultados consideravelmente mais elevados entre as mulheres (90,0%), desconsiderando aquelas com 80 anos de idade ou mais, enquanto 25,0% dos homens apresentam risco para DCNT, independentemente da faixa etária. Esses dados podem ser explicados pelo fato de a redistribuição de gordura ocorrer diferentemente entre ambos os sexos, devido às alterações que acontecem após a menopausa, como diminuição do

metabolismo basal levando ao maior aumento de peso nas mulheres (PINTO et al., 2015).

Quanto a CC, obteve-se uma média superior com 96cm ($\pm 13,0$), valor mínimo de 70cm e máximo de 128cm. Para as mulheres a CC mínima foi de 70cm, a máxima de 127cm e a média foi 95,7cm ($\pm 13,3$), para os homens a mínima foi de 82cm, a máxima de 128cm e a média em 98,7cm ($\pm 12,1$).

Gráfico 3 – Distribuição do risco para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na circunferência da cintura (CC), por sexo em um grupo de idosos no extremo sul catarinense, Criciúma, SC, 2018



Mastroeni et al. (2010) no que se refere à CC, obtiveram de forma significativa, valores médios superiores entre as mulheres, visto que mais de 75,0% podem apresentar riscos para DCNT, entre os homens a média encontrada em seu estudo foi de 25,0%. Da mesma forma, Cardozo et al. (2017), encontraram obesidade abdominal em 84,0% de seus avaliados (homens e mulheres), no mesmo estudo, 90,9% das mulheres apresentaram a CC acima de 80cm.

5 CONCLUSÃO

Os resultados apresentados neste estudo apontam que o perfil alimentar dos idosos, analisado em um dia, foi determinado como adequado para carboidratos, proteínas e lipídios. No entanto, houve baixa ingestão de fibras além do consumo insuficiente da maioria das vitaminas e minerais observados. Conclui-se ainda que grande parte dos avaliados encontra-se em excesso de peso e adiposidade abdominal, sendo estes mais frequentes entre as mulheres. Com relação às DCNT, obteve-se alta prevalência doenças relacionadas ao Sistema Cardiovascular ou Circulatório e ao Sistema Endócrino.

As alterações na composição corporal e o aumento da adiposidade são característicos do processo de envelhecimento. No entanto um envelhecimento saudável está relacionado a um estado nutricional adequado.

Diante do padrão alimentar apresentado pelos idosos e do estado nutricional observado, sugere-se a continuidade de investigação através de inquéritos mais detalhados na análise do consumo alimentar por meio de métodos qualitativos e na avaliação do estado nutricional através da combinação de mais variáveis antropométricas, como por exemplo: CB, CMB, CP e pregas cutâneas, a fim de prevenir os agravos relacionados às carências nutricionais e ao sobrepeso e reduzir os problemas futuros associados à co-morbididades.

Portanto, destaca-se a importância do papel desempenhado pelo profissional nutricionista em grupos de extensão direcionados à terceira idade, no intuito de desenvolver estratégias destinadas à população idosa envolvendo ações de Educação Nutricional através de técnicas expositivas e dialogadas, aconselhamento dietético e oficinas culinárias visando à prevenção, intervenção e acompanhamento nutricional, promovendo dessa forma, um envelhecimento bem-sucedido.

REFERÊNCIAS

ALTERMANN, Carolina Santos; BATISTA, Clarissa Padilha; PEREIRA, Larissa Costa; BELITZ, Ticiana Gutheil, BLÜMKE, Adriane Cervi; MATTOS, Karen Mello. Estado Nutricional e Patologias Em Idosos Usuários do Serviço Nutrição de uma Unidade Básica. **Revista Contexto & Saúde**, Ijuí • v. 10 • n. 20 • Jan./Jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações para coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde**: norma técnica do sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série G. Estatística e Informação em Saúde) Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_coleta_analise_dados_antropometricos.pdf>>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Só o IMC não diz como você está**. 2018. Disponível em: <<<http://portalmgs.saude.gov.br/component/content/article/804-imc/40508-so-o-imc-nao-diz-como-voce-esta>>>

BRASIL. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN** na assistência à saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008.61 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 978-85-334-1536-2.

CARDOZO, Natalia Rodrigues; DUVAL, Patricia Abrantes; CASCAES, Andreia Morales; SILVA, Alexandre Emídio Ribeiro; ORLANDI, Silvana Paiva. Estado nutricional de idosos atendidos por unidades de saúde da família na cidade de Pelotas-RS. **BRASPEN J** 2017; 32 (1): 94-8. Disponível em: <<<http://www.braspenn.com.br/home/wp-content/uploads/2017/04/16-AO-Estado-nutricional-de-idosos.pdf>>>.

CARVALHO; Bruna Pimenta. **Hábitos alimentares de idosos freqüentadores do centro de convivência da zona leste de Londrina**. Londrina, PR, 2014. Disponível em:<<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2382/1/LD_COALM_2013_2_04.pdf>>

DÓREA, Guilherme da Silva; MANOCHIO-PINA, Marina Garcia, SANTOS, Daniel. Aspectos nutricionais de idosos praticantes de atividade física. **Demetra**; 2015; 10(2); 347-360. Disponível em:<<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/viewFile/14793/13278>>>

FAZZIO, Débora Mesquita Guimarães. **Envelhecimento e qualidade de vida** – uma abordagem nutricional e alimentar. *Curso de Nutrição*, Universidade Paulista (UNIP), Brasília – DF. 2012. Disponível em: <<<http://revistafacesa.senaires.com.br/index.php/revista/article/view/15/12>>>

FECHINI, Basílio Rommel Almeida; TROMPIERI, Nicolino. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **Revista Científica Internacional**. Campo dos Goytacazes, 2012. Disponível em: << <http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/196>>>

FELIPE, LaisKeylla; ZIMMERMANN, Anita. Doenças crônicas degenerativas em idosos: dados fisioterapêuticos. **RBPS**, Fortaleza, 24(3): 221-227, jul./set., 2011. Disponível em: <<<http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2075/2368>>>

FISBERG, Regina Mara et al. Ingestão inadequada de nutrientes na população de idosos do Brasil: Inquérito Nacional de Alimentação 2008-2009. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, supl. 1, p. 222s-230s, Fev. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102013000700008&lng=en&nrm=iso>>

PEREIRA, Rosângela Alves; SICHERI, Rosely. Ingestão inadequada de nutrientes na população de idosos do brasil: inquérito nacional de alimentação 2008-2009. **Rev. Saúde Pública** vol.47 supl.1 São Paulo Feb. 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102013000700008>>.

KÜMPPEL, Daiana Argenta; SILVEIRA, Michele Marinho; ROCHA, Josemara de Paula; JESUS, Neida Maria da Luz; BENETTI, Fábia; PASQUALOTTI, Adriano. Avaliação nutricional e consumo alimentar de idosos institucionalizados: Relato de Experiência. **Revista Contexto & Saúde**, Ijuí. v. 10. n. 20. Jan./Jun. 2011. Disponível em:<<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1655>>>

LOPES, Maria Carolina Barbosa Teixeira; LAGE, Julieth Santana Silva; VANCINI-CAMPANHARO, Cássia Regina. OKUNO, Meiry Fernanda Pinto; BATISTA, Ruth Ester Assayag. Fatores associados ao comprometimento funcional de idosos internados no serviço de emergência. **Einstein**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/3327-209-214_port.pdf>>

MARTINS, Marcos Vidal; SOUZA, Jacqueline Danesio; FRANCO, Fernanda Silva;

MARTINHO, Karina Oliveira; TINÓCO, Adelson Luiz Araújo. Consumo alimentar de idosos e sua associação com o estado nutricional. *HU Revista, Juiz de Fora*, v. 42, n. 2, p. 125-131, jul./ago. 2016. Disponível em: <<https://hurevista.ufjf.emnuvens.com.br/hurevista/article/view/2517/871>>

MASTROENI; Marco Fabio; MASTROENI, Silmara Salete de Barros Silva; ERZINGER, Gilmar Sidnei; MARUCCI, Maria de Fátima Nunes. Antropometria de idosos residentes no município de Joinville-SC, Brasil. *RevBrasGeriatrGerontol* 2010;13(1):29-40. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232010000100004>

NERY, Priscylla Lycia Moura do Nascimento; QUENTAL, Ocilda Barros; MOREIRA, Renata Lívia da Silva Fonseca; ARAÚJO, Wilkslam Alves; CARVALHO, Ferdinando Oliveira; FEITOSA, Ankilma do Nascimento Andrade. Perfil Nutricional de Idosos em uma Unidade Básica de Saúde. *Revista Interdisciplinar em Saúde*, Cajazeiras, 4 (1): 135-147, abr./jun. 2017, ISSN: 2358-7490. Disponível em: <http://interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_14/Trabalho_10.pdf>

OLIVEIRA, Catarina Resende; MOTA-PINTO, Anabela; RODRIGUES, Vítor; ALVES, Catarina. *Fatores Relevantes na Avaliação Cognitiva da População Portuguesa*. Coimbra, Portugal, 2017. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41090/1/Fatores%20cognitivos%20%28AMP%29.pdf>>

OLIVEIRA, Leonardo Furtado; RODRIGUES, Paula Alves Salmito. Circunferência de cintura: protocolos de mensuração e sua aplicabilidade prática. *Nutrivisa – Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde*. Volume 3 · Número 2 · julho-outubro/2016. Disponível em: <<https://www.revistanutrivisa.com.br/wp-content/uploads/2016/11/nutrivisa-vol-3-num-2-h.pdf>>

OLIVEIRA, Nicácia Souza; SOUZA, Talita Sabrine; ALENCAR, Francisca Silva; OLIVEIRA, Gisele; FERREIRA, Natália Bastos; ALENCAR, Juliana Saraiva de. Percepção dos idosos sobre o processo de envelhecimento. *Revista de Psicologia*, 2014. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/264>>

ORLANDO, Rejane; PINHEIRO, Thaís da Luz Fontoura; VOLKWEIS, Dionara Simoni Hermes; COLUSSI, Eliane Lucia. Avaliação da alimentação e sua relação com as doenças crônicas não transmissíveis de um grupo de idosos de um município da região norte do estado do RS. **Revista de Enfermagem**, Frederico Westphalen v. 6-7 n. 6-7 p. 203 - 217 2010-2011. Disponível em: <<<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeenfermagem/article/view/736/1313>>>

PADOVANI, Renata Maria; AMAYA-FARFAN, Jaime; COLUGNATI, Fernando Antonio Basile; DOMENE, Semíramis Martins Álvares. Dietaryreferenceintakes: aplicabilidade das tabelas em estudos nutricionais. **Rev. Nutr.** 2006; 19(6): 741-60. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/rn/v19n6/09.pdf>>>

PASA, Daiana; CHICONATTO, Patrícia; PEDROSO, Karine Schadeck; SCHMITT, Vania. Alimentação e Doenças Crônicas não Transmissíveis em Idosos Participantes de um Grupo de Terceira Idade. **Revista UNIABEU** Belford Roxo V.9 Número 23 setembro-dezembro de 2016. Disponível em: <<<http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/2256/pdf>>>

PEREIRA, Ingrid Freitas da Silva; SPYRIDES, Maria Helena Constantino; ANDRADE, Lára de Melo Barbosa. Estado nutricional de idosos no brasil: uma abordagem multinível. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 32(5):e00178814, mai, 2016. Disponível em:<<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n5/1678-4464-csp-32-05-e00178814.pdf>>>

PINTO, Lélia Lessa Teixeira; SILVA, Isnanda Taciara; RODRIGUES, Samara Carolina;

OLIVEIRA, Yndiara Novaes; CASOTTI, Cesar Augusto. **Relação Cintura Quadril e Fatores Associados em Idosos Residentes em Município de Pequeno Porte**. CONGRESSO NACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015. P 1-7. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/cneh/trabalhos/TRABALHO_EV054_MD4_SA7_ID1060_05092016224247.pdf>>

PREVIDELLI, Agatha Nogueira; GOULART, Rita Maria Monteiro; AQUINO, Rita de Cássia. Balanço de macronutrientes na dieta de idosos brasileiros: análises da pesquisa nacional de alimentação 2008-2009. **Rev. bras. epidemiol.** [online]. 2017, vol.20, n.1, pp.70-80. ISSN 1415-790X. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2017000100070&script=sci_abstract&tlang=pt>>

SANTOS, Ana Célia Oliveira dos; MACHADO, Myrtes Maria de Oliveira; LEITE, Elder Machado. Envelhecimento e alterações do estado nutricional. *Geriatria & Gerontologia*. 2010;4(3):168-175. Disponível em:<<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/v4n3a09%20(2).pdf>>

SANTOS, Flávia Heloísa; ANDRADE, Vivian Maria; BUENO, Orlando Francisco Amodeo. Envelhecimento: um processo multifatorial. *Psicol. estud.* vol.14 no.1 Maringá Jan./Mar. 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000100002>>

SANTOS, Talita Fukuzaki; DELANI, Tieles Carina de Oliveira. **Impacto da deficiência nutricional na saúde de idosos. Revista UNINGÁ Review.** Vol.21,n.1,pp.50-54 (Jan – Mar 2015) Disponível em:<<https://www.mastereditora.com.br/periodico/20150101_115437.pdf>>

SILVA, Sheila Cristina Martins; AIRES, Christian Nunes; FIGUEIRA, Yonah Leda Vieira; BOGÉA, Mariana Ramayanne de Jesus; MENDONÇA, Miriam Jardim. Alterações fisiológicas do idoso e seu impacto na ingestão alimentar: uma revisão de literatura. *REAS, Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2017. Vol. Sup. 6, S288-S295. Disponível em:<<https://www.acervosaude.com.br/doc/S-19_2017.pdf>>

SILVÉRIO, Jane Kátia Alves; PEDREIRA, Katherine Rios Almeida; KUTZ Nyvian Alexandre; SALGUEIRO, Marcia Maria Hernandes de Abreu de Oliveira. Estado nutricional de idosos institucionalizados: uma revisão de literatura.75. *Visão Acadêmica*, Curitiba, v.17 n.3, Jul. -Set./2016 -ISSN 1518-8361. Disponível em: <<<https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/49477/30212>>>

SOUZA, Jacqueline Danesio; MARTINS, Marcos Vidal; FRANCO, Fernanda Silva; MARTINHO, Karina Oliveira; TINÔCO, Adelson Luiz Araújo. Padrão alimentar de idosos: caracterização e associação com aspectos socioeconômicos. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, 2016; 19(6): 970-977. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v19n6/pt_1809-9823-rbgg-19-06-00970.pdf>>

SOUZA, Raphaela; FRAGA, Juliana Schmitt; GOTTSCHALL, Catarina Bertaso Andreatta; BUSNELLO, Fernanda Michelin; RABITO, Estela Iraci. Avaliação antropométrica em idosos: estimativas de peso e altura e concordância entre classificações de IMC. *Rev. bras. geriatr. gerontol.* vol.16 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232013000100009>>

TAVARES, Elda Lima; SANTOS, Débora Martins dos; FERREIRA, Aline Alves; MENEZES, Maria Fátima Garcia de. Nutritional assessment for the elderly: modern challenges. *Rev. bras. geriatr. gerontol.* [online]. 2015, vol.18, n.3, pp.643-650. ISSN 1809-9823. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232015000300643&script=sci_abstract>>

VENTURINI, Carina Duarte; ENGROFF, Paula; SGNAOLIN, Vanessa; EL KIK, Raquel Milani; MORRONE, Fernanda Bueno; FILHO, Irenio Gomes da Silva; DE CARL, Geraldo Attilio. Consumo de nutrientes em idosos residentes em porto alegre (RS), Brasil: um estudo de base populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(12):3701-3711, 2015. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n12/1413-8123-csc-20-12-3701.pdf>>>

Capítulo 7

PAMIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO MATERNO-INFANTIL E FAMILIAR: O SEU PAPEL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Joice de Abreu Brandolfi

Manuela Pires Amorin

Karoliny Marcineiro Stucchi

Daijinn Wolff Reis

Morgana Santos Luiz

Ariete Inês Minetto

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos e da trajetória da consolidação do ensino no Brasil, a universidade e seu papel diante da sociedade vêm sofrendo inúmeras transformações, sendo que estas estão atreladas à transição nas suas funções, que passam então a ser de instituição de cunho social, e que tenta corresponder às necessidades e aspirações contemporâneas e longitudinais em que está inserida, tentando contemplar o indivíduo e corroborar com as demandas populacionais no que tange aspectos sociais, econômicos e culturais (BARTINIK; SILVA, 2009).

A extensão universitária pode ser entendida como uma ferramenta aliada ao ensino e a pesquisa que permite ampliar o entendimento do estudante de graduação durante sua formação, além de contribuir para a seu desenvolvimento pessoal e de valores diante da sociedade. Esta troca possibilita um contato estreito com a comunidade, onde ambos se favorecem diante da troca de saberes, a ideia central premeditada é que esta troca sirva tanto para o estudante como para

o integrante da comunidade, influenciando a utilização de metodologias ativas de ensino que visem a consolidação do pensamento crítico emancipatório e empoderamento do saber adquirido (CASADEI, 2016).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo como epicentro a participação da comunidade na extensão universitária, um estudo realizado no município de Fortaleza – CE teve por objetivo investigar a relação existente entre uma universidade e as comunidades satélites, tomando como referência a visão dos moradores desta, a partir deste estudo pode-se perceber que a extensão universitária possui uma função essencial no ensino, principalmente na formação e na integração destes pilares, quando questionada, a população demonstrou estar ciente sobre a importância que a universidade detém sobre esta região e sobre o país, contribuindo para a transformação da realidade vivenciada atualmente (FERNANDES et al., 2012). Atualmente o empoderamento crítico-emancipatório da comunidade tem ganhado espaço ao passo que a extensão universitária contribui diretamente para este ideal, atuando como um dos pilares da sustentação da atividade acadêmica no Brasil, o que entre outros aspectos, resulta em um reposicionamento epistemológico que ousa questionar os métodos tradicionais empregados na produção da ciência e a função social da universidade, passando a observar com maior afinco os contextos em que as práticas são desenvolvidas, e a partir destes reprogramar estratégias para novos pontos de partida que refletem no êxito das propostas empregadas (CASADEI, 2016).

De acordo com Bartnik e Silva (2009) diante da importância da extensão universitária e de sua articulação com a comunidade, novos caminhos começam a tomar forma, e o que se observa no cenário atual é a crescente implantação de programas e projetos específicos neste âmbito, sejam estes para a população em geral ou para determinados grupos populacionais considerando estratégias, como

gestantes e de apoio familiar, o investimento no acompanhamento gestacional, pré-parto, parto e puerpério, requer atenção especial, e estes programas vêm demonstrando benefícios para a comunidade no sentido de prevenção e promoção de saúde, contribuindo para o desenvolvimento saudável da criança e consolidação do vínculo através de ações educativas e atividades lúdicas que melhor preparam a gestante para os desafios que este período implica.

A preocupação com os direitos da população em geral e de populações específicas como as mulheres, reflete-se na incipiente adesão e articulação de programas e políticas públicas de saúde que voltar sua atenção às questões inerentes ao desenvolvimento saudável da criança e de saúde da mulher, em consonância com este ideal redes de cuidados como a Rede Cegonha, instituída em 2011 no Brasil, que compreende a necessidade de adotar medidas destinadas a assegurar a melhoria do acesso, cobertura e qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério e da assistência à criança, vem ganhando espaço e notoriedade em seu desenvolvimento (BRASIL, 2011).

Partindo desta perspectiva contemporânea e de reconhecimento do papel figurado pela mulher na sociedade, tanto no âmbito político quanto social, questões ligadas à igualdade de direitos, melhoria nas condições de acesso à saúde e educação estão cada vez mais sendo discutidas, e meios para o alcance destes objetivos sendo buscados. A extensão universitária contribui de forma positiva neste aspecto, através da capacidade de contato com a comunidade de forma ativa, buscando estas pessoas e auxiliando no desenvolvimento de melhores condições fundamentais (CASADEI, 2016). É neste contexto, e tomando este ideal como princípio norteador, que o Programa de Atenção Materno-Infantil e Familiar (PAMIF), caracterizado como projeto de extensão atuante na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) se estabeleceu, tendo como objetivo promover a qualidade do ambiente de vida da família grávida e com bebês em consonância à missão da UNESC: “educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”

3 METODOLOGIA

O PAMIF atua dentro da UNESC e na região de Criciúma dentro sob uma perspectiva social-comunitária e com uma proposta interdisciplinar que busca integrar ensino, pesquisa e extensão. O programa tem por objetivo oferecer atenção primária às famílias por meio de ações educativas, grupos de apoio, atividade física (que inclui fisioterapia aquática e utilização do método Pilates), orientação nutricional por meio do projeto “Cozinha Saudável”, preparação para o parto e visitas domiciliares às famílias. O diferencial do projeto encontra-se na proposta de trabalho interdisciplinar, que conta com profissionais das áreas de Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia, além da eventual participação de outras áreas do conhecimento em saúde como Odontologia, Farmácia e Medicina. A equipe é formada por 3 docentes, 4 acadêmicos bolsistas de extensão e 9 acadêmicos voluntários. Segundo registros do programa, atualmente este assiste 40 famílias do município de Criciúma e Região, o que inclui participantes em uma faixa etária que varia entre 0 e 50 anos de idade, abrangendo gestantes, recém-nascidos, crianças e famílias como todo, estes participantes são recrutados diante das visitas para ações educativas na comunidade ou por meio de demanda espontânea aos serviços prestados pela universidade.

A existência do programa já ultrapassa a marca de 10 anos, no entanto, para este estudo são utilizados os dados referentes apenas ao ano de 2017, para que as ações possam ser descritas de forma mais abrangente e detalhada. No ano de 2017 foram realizadas ações em diferentes linhas de intervenção, incluindo: Direitos Fundamentais aplicados às gestantes; Atividades lúdicas para preparo da parturiente; Saúde bucal; Aspectos psicológicos abordados na gestação e no convívio familiar; pós-parto e puerpério, bem como ações desenvolvidas na comunidade; Saúde da criança e adolescente e educação em saúde através do lúdico. Sendo que, concomitantemente à realização destas atividades, o grupo de gestantes e bebês assistidos de forma integral

pelo programa participaram de exercícios físicos para promoção e prevenção de saúde através da fisioterapia aquática e utilização do método Pilates.

4 EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

Diante das ações propostas, ao término da realização das atividades no ano de 2017, este relato de experiência também conta com a aplicação de dois questionários estruturados pelos pesquisadores para: 1) Avaliação dos níveis de satisfação quanto à aspectos: estruturais, acolhimento, desenvolvimento pessoal e psíquico, bem como contribuição das atividades para vida saudável e promoção e prevenção de saúde buscando o empoderamento comunitário, sendo este aplicado com 12 gestantes participantes do PAMIF; e 2) Avaliação da satisfação de pais de crianças participantes de atividades relacionadas ao serviço de psicoterapia prestado pelo projeto, sendo este aplicado com 12 pais de crianças assistidas por este serviço. A aplicação dos questionários foi realizada em local reservado, sendo preservada a identidade e os dados pessoais dos participantes, que responderam aos questionamentos após concordância em participação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi realizada a transcrição dos dados e posteriormente foi construído um arquivo para análise utilizando o programa estatístico Statistical Packge for the Social Sciences (SPSS) para Windows®, versão 21. A descrição da amostra foi feita com a frequência absoluta e relativa das variáveis categóricas.

4.1 DESDOBRAMENTOS DAS PRÁXIS DE EXTENSÃO

Durante o ano de 2017 o PAMIF prestou assistência à 400 pessoas, o que inclui gestantes, mães, crianças e eventualmente pais (quando estes participaram de alguma atividade voltada para os pilares

familiares e preparo para a chegada do bebê). As atividades realizadas com este público abrangeram as grandes áreas de intervenção preconizadas pelo projeto, bem como promoção e prevenção da saúde por meio de exercícios físicos em ambiente aquático. A comunidade demonstrou adesão às propostas do projeto, participando assiduamente e contribuindo com sugestões para atividades futuras. De acordo com Cruz et al. (2012) a participação da comunidade constitui-se de uma força social que é capaz de elencar prioridades e influir nos serviços públicos de saúde, esta participação ativa e incipiente empoderamento do saber, reflete no impulso do cidadão para a formulação de políticas para a promoção da saúde, tendo está como direito, de forma equânime e democrática.

Ao analisar os resultados demonstrados na aplicação do questionário de satisfação para gestantes participantes do PAMIF, no que tange as atividades gerais, acolhimento e escuta qualificada pelos integrantes do projeto, observa-se que de acordo com as gestantes a infraestrutura proposta para as atividades apresenta uma suficiência de 100%, bem como a privacidade durante a realização das ações sem interrupções externas é correspondida em 91,7% das atividades (Tabela 1).

Tabela 1 – Aspectos estruturais e facilidade de acesso aos serviços prestados pelo PAMIF

	n (%)
	n = 12
Infraestrutura	
Suficiente	12 (100)
Insuficiente	0
Localização e facilidade de acesso	
Suficiente	10 (83,3)
Insuficiente	2 (16,7)
Suficiente	11 (91,7)
Insuficiente	1 (8,3)

Fonte: PAMIF – Programa de Atenção Materno-Infantil e Familiar

Os resultados observados referentes ao acolhimento e escuta prestados pelos integrantes do projeto durante a realização de todas as atividades, bem como todo o tipo de contato com as participantes corresponde 100% das necessidades destas (Tabela 2).

Tabela 2 – Acolhimento e escuta durante todo o contato com o PAMIF na realização de todas as atividades propostas e benefícios dos exercícios físicos

	n (%)
	n = 12
Acolhimento e escuta	
Suficiente	12 (100)
Insuficiente	0
Progressos físicos e psíquicos	
Presente	11 (91,7)
Ausente	1 (8,3)
Benefícios das atividades físicas	
Presente	12 (100)
Ausente	0

Fonte: PAMIF – Programa de Atenção Materno-Infantil e Familiar

Os resultados obtidos demonstram que no que tange ao acolhimento, escuta, progressos físicos e psíquicos, bem como atividades físicas propostas as participantes encontram-se satisfeitas com a abordagem e ações propostas pelo PAMIF, o que é de extrema importância dado o contexto de etapa de vida em que estão inseridas. O que corrobora com Piccinini et al. (2008) que afirma que na gravidez ocorrem mudanças biológicas, somáticas, psicológicas e sociais que influenciam a dinâmica psíquica individual e as demais relações sociais da gestante, e maneira como ela vive estas mudanças repercute intensamente na constituição da maternidade e na relação mãe-bebê. Esta constituição de relação saudável está intimamen-

te relacionada em como a mulher é acolhida e isso a faz se sentir segura no ambiente em que se encontra, contribuindo para uma abertura ideológica mais fugaz, ao passo que os objetivos implícitos pelas práticas adotadas alcançam êxito, o Brasil vem passando por um processo de transição epidemiológica que faz com que cada vez mais se pense em estratégias de promoção para a saúde, assim como na consolidação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), onde a definição de acolhimento contempla o que é proposto pelo PAMIF, afirmando que o acolhimento deve estar presente em todas as relações de cuidado, nos encontros entre trabalhadores de saúde e usuários, nos atos de receber e escutar as pessoas, suas necessidades, problematizando e reconhecendo como legítimas, e realizando a avaliação de risco e vulnerabilidade das famílias daquele território, sendo que quanto maior o grau de vulnerabilidade e risco (BRASIL, 2017). Uma importante abordagem do PAMIF é a realização de exercícios físicos durante a gestação, de acordo com Nascimento et al. (2014) os exercícios físicos podem e devem ser recomendados para todas as gestantes saudáveis. Sua prática regular durante a gestação pode promover inúmeros benefícios físicos e psicológicos, além de não haver evidências de desfechos adversos para o feto e/ou recém-nascido, quando realizados em intensidade leve a moderada.

Outro estudo, este realizado por Prevedel et al. (2003) buscou estudar os efeitos maternos (composição corporal e capacidade cardiovascular) e perinatais (peso e prematuridade) da prática da fisioterapia aquática na gestação, este estudo demonstrou que a fisioterapia aquática favoreceu a adequada adaptação metabólica e cardiovascular materna à gestação e não determinou prematuridade e baixo peso nos recém-nascidos, demonstrando benefícios a curto e longo prazo para as gestantes e os bebês, assim como preconizado pelo PAMIF na realização de fisioterapia aquática e utilização do método Pilates para aumento da consciência corporal e promoção e prevenção de saúde. As propostas preconizadas pelo projeto durante a realização das atividades nas diferentes linhas de intervenção acarretam na satisfação e

indicação do projeto para outros membros da comunidade por 100% das gestantes entrevistadas (Tabela 3).

Tabela 3 – Satisfação geral com o PAMIF e eventual indicação para outros membros da comunidade

	n (%)
	n = 12
Satisfação e Indicação	
Sim	12 (100)
Não	0

Fonte: PAMIF – Programa de Atenção Materno-Infantil e Familiar

Os resultados obtidos a partir da indicação das participantes do projeto à outras pessoas e familiares, indica que grande parte das ações realizadas estão sendo executadas de forma que as participantes se sintam seguras, e encorajadas, além de estarem adquirindo conhecimento a partir das atividades realizadas. Um estudo realizado com 39 gestantes primíparas, entre 19 e 37 anos, no terceiro trimestre de gestação, demonstrou através de uma análise qualitativa de entrevistas que estas mulheres passaram por importantes transformações corporais, pessoais e interpessoais durante a gestação e vivenciaram intensos sentimentos em relação ao tornar-se mãe. Sendo assim, os achados deste estudo sugerem que na gestação o processo de constituição da maternidade está em intenso desenvolvimento, assim como o próprio exercício ativo do papel materno (PICCININI, 2008). Assim como demonstrado pelo projeto, as atividades lúdicas e em diferentes linhas de intervenção contribuem de forma positiva para consolidação do papel materno e da centralização na família.

A aplicação do questionário de satisfação para pais de crianças participantes do PAMIF com itens relacionados especificamente ao serviço de psicoterapia prestado pelo projeto mostrou que 91,7% dos pais se sentem satisfeitos com a duração das sessões propostas para

acompanhamento e psicoterapia, além de afirmarem que o local onde as sessões são realizadas apresentam conforto e privacidade, bem como o apoio terapêutico possui 100% de representatividade nos casos, o que resulta em progressos alcançados pelas crianças e recomendação dos serviços de psicoterapia prestados pelo projeto (Tabela 4).

Tabela 4 – Avaliação da satisfação de pais sobre a participação dos filhos no PAMIF sobre aspectos referentes à psicoterapia

	n (%)
	n = 12
Duração da sessão	
Satisffeito	11 (91,7)
Insatisffeito	1 (8,3)
Condições físicas do ambiente	
Satisffeito	11 (91,7)
Insatisffeito	1 (8,3)
Apoio terapêutico	
Presente	12 (100)
Ausente	0
Progressos alcançados	
Sim	11 (91,7)
Não	1 (8,3)
Recomendação do serviço	
Sim	12 (100)
Não	0

Fonte: PAMIF – Programa de Apoio Materno-Infantil e Familiar

De acordo com Rodrigues e Oliveira (2009) demonstra que o acompanhamento da criança por meio da psicoterapia traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento saudável, refletindo na adoção de hábitos positivos e treino do exercício do diálogo, o que auxilia no

crescimento individual e contribui para a consolidação de adultos emocionalmente estáveis.

5 CONCLUSÃO

O período gestacional e os demais que o sucedem, são de suma importância para o desenvolvimento de hábitos saudáveis de vida, tanto na vida da gestante quanto do bebê e de seus familiares, prestar apoio integral e desenvolver atividades educativas que priorizem a visualização holística do ser humano, contribuem para a consolidação de caminhos e reflexos positivos na sociedade contemporânea. A transição epidemiológica vivenciada atualmente e a redução crescente da taxa de natalidade em algumas regiões do Brasil, nos fazem refletir sobre como a informação está sendo disseminada e se de fato existe, e qual o seu alcance real na comunidade. A extensão universitária pode auxiliar no alcance deste ideal, através da realização de ações e de intervenções em diferentes frentes, contribuindo para o desenvolvimento saudável e adoção de práticas positivas pelas gestantes e pela família em geral.

O PAMIF, de acordo com os resultados obtidos e por meio do relato de experiência de seus participantes ao longo do ano de realização de atividades lúdicas e de promoção e prevenção de saúde, vem demonstrando inúmeros benefícios para a comunidade que está assistindo. É de extrema importância que a extensão universitária consiga ultrapassar as barreiras paradigmáticas existentes no passado, e que alcance o ideal contemporâneo de empoderamento comunitário. Ao realizar uma troca de saberes com a comunidade, é possível estabelecer um vínculo que perdure até mesmo após o apoio institucional, e consiga trilhar um caminho de conquistas e de amadurecimento intelectual por meio da educação libertadora.

As atividades lúdicas propostas, bem como os exercícios físicos utilizando a fisioterapia aquática e o método Pilates demonstram aspectos positivos e atuam na prevenção de doenças e de complicações neste

período, tanto para as gestantes quanto para os bebês que participam destas atividades. O programa vem demonstrando ao longo dos anos a capacidade de intervenção direta e de contribuição para otimização da qualidade de vida de seus participantes, fortalecendo o vínculo e a centralização na família, em consonância com o que vem sendo promovido pelas políticas públicas de saúde e dos novos modelos de organização e prestação de serviços em atenção primária. Além dos benefícios propostos para a comunidade assistida pelo projeto, seja em ações externas ou ações desenvolvidas em espaço institucional para prestação de serviços, a interdisciplinaridade na atuação acadêmica, faz com que a extensão universitária contribua para a formação de futuros profissionais que possuam um olhar diferenciado e crítico a respeito da assistência ao ser humano, e que estes profissionais se deparam com os benefícios do trabalho em equipe e formulem estratégias para a promoção da saúde coletiva através da intervenção geral e em grupos específicos, contribuindo para a consolidação de uma saúde mais acolhedora no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARTNIK, Fabiana Marques; SILVA, Itamar Mendes. Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Sorocaba, v. 2, n. 14, p.453-469, jul. 2009.
- BRASIL. Portaria n. 1.459, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede Cegonha. Diário Oficial da União, Brasília-DF, Seção 1, 25 jun.2011.
- BRASIL Portaria nº 2436, de 21 de setembro de 2017. Estabelece a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 22 de setembro de 2017.
- BRASIL Portaria n. 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília-DF, Seção 1, p. 89, 31 dez. 2010.

CASADEI, Eliza Bachega., org. **A extensão universitária em comunicação para a formação da cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, 135 p.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro et al. Desafios para a Participação Popular em Saúde: reflexões a partir da educação popular na construção de conselho local de saúde em comunidades de João Pessoa, PB. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 31, p.1087-1100,2012.

FERNANDES, Marcelo Costa et al. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 4, n. 28, p.169-194, dez. 2012.

NASCIMENTO, Simony Lira do et al. Recomendações para a prática de exercício físico na gravidez: uma revisão crítica da literatura. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Campinas, v. 36, n. 9, p.423-431, 8 set. 2014.

PICCININI, Cesar Augusto et al. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p.63-72, mar. 2008.

PREVEDEL, Tânia Terezinha Scudeller et al. Repercussões maternas e perinatais da hidroterapia na gravidez. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.53-59, fev. 2003.

RODRIGUES, Marisa Consenza; OLIVEIRA, Paula Almeida de Análise funcional como estratégia para a tomada de decisão em psicoterapia infantil. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.26, n.2, p.185-194, jun. 2009.

Fonte financiadora: Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

CIÊNCIAS, ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS

Capítulo 8

ACESSIBILIDADE E ERGONOMIA NO PROJETO DE AMBIENTES ESCOLARES INCLUSIVOS

Aline Eyng Savi

Elaine Guglielmi Pavei Antunes

Pedro Luiz Kestering Medeiros

Haron Cardoso Fabre

Letícia Alberton Baggio

1 INTRODUÇÃO

A escola tem papel importante no processo evolutivo do ser humano, participando na vida coletiva com possibilidade de ensinar direitos, deveres e respeito ao próximo. É um dos locais onde uma pessoa deveria se constituir como ser pensante e questionador, despertando potenciais criativos, curiosidades e talentos em diferentes formas de expressão. A educação por tal importância, avança além da pedagogia, constituindo estudo para diferentes áreas do conhecimento. Do ponto de vista da Arquitetura, um bom espaço físico escolar expressado pelos aspectos perceptivos (conceituais, formais e estéticos) é aquele reconhecido pela representatividade, com parâmetros centrados nas vivências e nos usos, como: acessibilidade e ergonomia.

A acessibilidade depende das condições ambientais e arquitetônicas que impedem ou facilitam o deslocamento para alcance da informação e o envolvimento nas atividades cotidianas. No entanto, a ergonomia escolar também visa facilitar o acesso e a usabilidade

dos espaços. Neste sentido, trata-se de um dos fatores de inclusão dos indivíduos no processo de aprendizagem e no estabelecimento das relações sociais (DISCHINGER; MACHADO, 2006). A acessibilidade e ergonomia nas escolas e consequentemente, a inclusão escolar deveriam considerar as diferenças entre os alunos, implicando, entre outros, em escolas com infraestrutura ergonômica e operacional compatíveis com a capacidade de as diferenças diferirem, mas com efeito, alcançarem um modelo universal, com o mínimo de exclusões.

Na situação das escolas brasileiras, registra-se que os marcos legais históricos e as normativas atuais são dois dos motivos para o crescimento das matrículas de alunos com deficiência no ensino regular a cada ano. Ainda que lentamente, o Brasil avança mesmo com o quadro deficitário de infraestrutura das escolas, segundo dados do último Censo Escolar da Educação Básica divulgado em 2017. Há de se considerar, contudo, que o número da evasão escolar desses mesmos alunos é ainda expressivo, e entre os motivos está a dificuldade posterior, de inclusão escolar pela ignorância da acessibilidade e ergonomia no projeto escolar.

Em consonância com ações de fortalecimento das políticas públicas na área de inclusão escolar no Brasil, esse artigo apresenta um dos trabalhos realizados pelo “Projeto de Extensão Observatório Acessível” (edital 2018-2020) e cujo objetivo é: analisar as condições arquitetônicas e ambientais no espaço escolar, apresentando os resultados encontrados (em síntese nesse artigo) numa escola municipal do sul do estado de Santa Catarina.

Reitera-se que os resultados fazem parte do trabalho realizado no projeto de extensão universitário, onde são propostos subsídios de design em tecnologia assistiva para qualificação e adequação da acessibilidade espacial de espaços internos e externos de escolas municipais de ensino fundamental. O projeto tem parceria com o Observatório Social do município, contribuindo para o desenvolvimento do programa de acessibilidade proposto pelo órgão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A escola é a principal instituição onde as crianças tem contato com a sociedade, após o espaço de sua casa. Onde ocorrerá o processo de ensino-aprendizagem com estímulos para o desenvolvimento físico, cognitivos, afetivo e social (SANOFF, 2001). Por essa razão, sua arquitetura precisa ser mais humana e harmoniosa às dimensões e características dos usuários. Abandonar a ideia padronizada e compreender a diversidade humana é um dos princípios para a Arquitetura alcançar projetos escolares de boa qualidade e consequentemente, inclusivos.

No que tange esse assunto, o Ministério da Educação definiu como público alvo desse tema: os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Sobre as pessoas com deficiência, foco desse artigo, compreende-se como problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, podendo ser temporária ou permanente, progressivas ou estáveis, intermitentes ou contínuas. Esses problemas poderão ocasionar “limitações de atividades”, que representam as possíveis dificuldades encontradas pelas pessoas na realização de certas ações. O ambiente, por sua vez, pode “restringir a participação” desses indivíduos, caso possuam barreiras espaciais (OMS, 2003).

A acessibilidade espacial escolar significa bem mais do que apenas poder chegar ou entrar num lugar desejado. É, também, necessário que a pessoa possa situar-se, orientar-se no espaço e que compreenda o que acontece, a fim de encontrar os diversos lugares e ambientes com suas diferentes atividades, sem precisar ser auxiliado. Um lugar acessível deve permitir, através da maneira como está construído e das características de seu mobiliário, que todos possam participar das atividades existentes e que utilizem os espaços e equipamentos com igualdade e independência na medida de suas possibilidades (DISCHINGER; *et al.*, 2009).

A ergonomia por sua vez, consiste numa junção de conhecimentos que descreve o homem em ação nas suas atividades. Considerando a

escola, a ergonomia pode fornecer dados para melhorar as condições do ambiente, facilitando os usos e assim, propiciando conforto e bem-estar ao usuário (ARAÚJO; *et al.*, 2015). Lida (2005) afirma que a ergonomia não está relacionada apenas ao trabalho, mas as atividades diárias, e isso significa que todas as atividades humanas podem ser favorecidas pelas descobertas da ergonomia.

Para atender a esse público, há diferentes iniciativas entre elas o Programa Escola Acessível (BRASIL, 2010) com o objetivo prioritário de promover a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares. Ele indica que, na concepção de projetos, os arquitetos devem considerar a NBR 9050 da ABNT e também o Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível.

3 METODOLOGIA

A avaliação de acessibilidade espacial desenvolveu-se em três etapas distintas. Primeiramente, foram realizadas visitas exploratórias com a participação de toda a equipe que visavam identificar a situação atual de acessibilidade da escola. Em seguida, foi efetuada uma ampla revisão bibliográfica, buscando informações sobre acessibilidade e ergonomia, especificamente em ambientes escolares, tanto no Brasil quanto no exterior. A terceira e última etapa foi o levantamento do espaço arquitetônico através de desenhos, medições e fotografias, com a aplicação do Manual de Acessibilidade supracitado (DISCHINGER; *et al.*, 2009). Essa etapa da pesquisa realizada foi quantitativa, sendo os dados registrados através de medidas e fotografias dos espaços escolares internos e externos.

A sequência dessas etapas teve a seguinte questão a ser respondida: “Quais as condições físicas do espaço para a garantia da interação das pessoas com deficiência?”, visando abordar as relações físicas e inclusivas do edifício. Com essas informações foi possível realizar avaliação pós-ocupação (ORSTEIN; *et al.*, 1994) tendo em vista,

principalmente, a questão da acessibilidade e ergonomia no projeto de ambientes escolares.

O Manual utilizado identifica as dificuldades encontradas por alunos com deficiência no uso dos espaços e equipamentos escolares. Sua aplicação relaciona a norma brasileira de acessibilidade aos ambientes e aspectos ergonômicos, declarando-os aptos ou não a receber qualquer aluno, considerando o espaço físico e equipamentos, que devem estar preparados para garantir acessibilidade. Registra-se que o Manual apresenta condições previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas na NBR 9050 de 2004. Como esta foi revisada em 2015, houve a readequação do Manual pela equipe de trabalho. Após essa atividade, a aplicação ocorreu. Vale salientar que apenas duas pessoas são necessárias para a aplicação do Manual. Sendo importante conferir as medidas com trena e registrar visualmente todos os itens fiscalizados, pois fotos e desenhos são imprescindíveis para compreensão do espaço edificado e para ilustração das irregularidades, auxiliando na construção do relatório.

4 EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

Para garantir a privacidade dos dados, a escola não terá exposto seu nome e localização. A unidade é municipal e foi fundada em 1986. Ela atende ao ensino fundamental. Está em área urbana de um município a 172 quilômetros ao sul de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. É um colégio que se propõe o “compromisso de melhoria na qualidade de vida e a construção de sua autonomia”, segundo a Secretaria de Educação. Possui 29 funcionários (entre professores e colaboradores) e 230 alunos. Destes, treze são classificados para educação especial, segundo dados do último Censo Escolar (BRASIL, 2017). Sobre a infraestrutura, o Censo destacou que não há dependências e sanitários acessíveis às pessoas com deficiência (BRASIL, 2017).

Para organizar e apresentar nesse artigo as informações, foi criado um Quadro Síntese (Quadro 01), onde são identificados os principais problemas de acessibilidade espacial e ergonomia encontrados. Estes estão organizados em colunas: (01) Ambientes, ilustrado por uma imagem; (02) Avaliação, apresenta a situação observada, descrevendo os principais aspectos negativos do ambiente; (03) Determinações Legais e (04) Recomendação, onde são sugeridas soluções para as questões negativas apontadas anteriormente.

Quadro 01 – Síntese da avaliação de acessibilidade espacial.

Ambientes e Elementos	Avaliação	Determinações Legais (NBR 9050/2015)	Recomendação
 Corredor.	<p>Não há contraste de cor entre piso, parede e portas que facilite a orientação de pessoas com baixa visão. Os corredores são muito amplos, sem piso tátil direcional para guiar pessoas com deficiência visual.</p>	<p>Considera-se o módulo de referência a projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas motorizadas ou não.</p>	<p>O rodapé deveria ser largo e em cor contrastante com o piso antiderrapante, regular e em boas condições.</p>
 Rampa.	<p>Não existe piso tátil de alerta no início e no final da rampa. Não há corrimãos nos dois lados. Há diferentes inclinações na rampa.</p>	<p>Quando rotas acessíveis, rampas, terraços, caminhos elevados ou plataformas sem vedações laterais forem delimitados em um ou ambos os lados por superfície que se incline para baixo com desnível superior a 0,60 m, deve ser prevista a instalação de proteção lateral com no mínimo as características de guarda-corpo.</p>	<p>As escadas e rampas devem possuir piso tátil de alerta no seu início e fim. Os corrimãos devem ser contínuos, confortáveis e dos dois lados das escadas e rampas, além de estarem instalados em duas alturas.</p>

Ambientes e Elementos	Avaliação	Determinações Legais (NBR 9050/2015)	Recomendação
 Sala de aula.	<p>Falta contraste de cor entre piso, parede e móveis. Carteiras com dimensões que não permitem a aproximação de cadeira de rodas. Corredor muito estreito entre as carteiras para a passagem de cadeira de rodas. Espaço muito estreito entre o quadro-negro e as carteiras para a circulação e manobra de cadeira de rodas.</p>	<p>As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem ser facilmente identificadas e localizadas dentro de uma rota acessível. As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem possuir tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m.</p>	<p>O piso, as paredes e os móveis devem possuir cores contrastantes. Deve existir mesa adequada para a aproximação e uso de crianças em cadeira de rodas, bem como espaço no corredor para passagem.</p>
 Sanitário.	<p>Não existem sanitários acessíveis na escola.</p>	<p>Banheiros e vestiários devem ter no mínimo 5 % do total de cada peça instalada acessível, respeitada no mínimo uma de cada. Quando houver divisão por sexo, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo.</p>	<p>Considerar construção e observar a NBR 9050/2015 para elaboração e execução do projeto.</p>
 Refeitório.	<p>Não há contraste de cor entre piso, parede e móveis. O mobiliário não possui dimensões que possibilitem o uso de diversos tipos de usuários, como crianças pequenas, pessoas obesas ou cadeirantes.</p>	<p>As mesas ou superfícies de refeição acessíveis devem ser facilmente identificadas e localizadas dentro de uma rota acessível e estar distribuídas por todo o espaço. Devem ser asseguradas sob o tampo a largura livre mínima de 0,80 m, altura livre mínima de 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,50 m para possibilitar que as P.C.R. avancem sob a mesa ou superfície.</p>	<p>O piso, as paredes e os móveis devem possuir cores contrastantes. As mesas e cadeiras devem permitir uso confortável para pessoas com diferentes idades. Os corredores entre as mesas devem ser largos e permitirem a circulação e a manobra de cadeira de rodas.</p>

Ambientes e Elementos	Avaliação	Determinações Legais (NBR 9050/2015)	Recomendação
 Pátio externo.	A escola não possui pátio com espaços amplos para brincadeiras, nem mobiliário adequado.	Para ser considerado acessível, o mobiliário urbano deve: a) proporcionar ao usuário segurança e autonomia de uso; b) assegurar dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário; c) ser projetado de modo a não se constituir em obstáculo suspenso.	O pátio deveria possuir áreas bem definidas para as diferentes atividades, como locais pavimentados, gramados, áreas para brincar e estar, prevendo o acesso também para pessoas com deficiência.

Fonte: elaborado pelos autores.

5 CONCLUSÃO

A análise das condições arquitetônicas e ambientais deixou evidente a falta de coerência entre a legislação e a prática. O espaço físico da escola não está adequado para receber alunos com diferentes deficiências. A falta de acessibilidade e o modo como estão organizados os ambientes escolares fazem com que os alunos com deficiências se tornem dependentes da ajuda alheia, apesar de possuírem legalmente o direito à autonomia, conforto e segurança. A atual situação torna incoerente o princípio proposto pela Secretaria de Educação: “de construção de sua autonomia”.

O tema da acessibilidade em espaços públicos é de extrema importância nas cidades brasileiras para minimizar a notória exclusão dessa parcela social do convívio comunitário. No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, 17,2% da população possui algum tipo de limitação funcional (físico-motora, cognitiva e sensorial). Desse universo, grande parte não tem acesso e efetiva participação nas diversas atividades sociais, inclusive aquelas que acontecem nos edifícios públicos escolares. Mesmo que haja uma

série de leis e normativas que regulamentem a infraestrutura espacial, há um longo caminho a percorrer.

Registra-se que o desafio da acessibilidade está colocado para a educação e seus pressupostos não estão restritos ao trabalho de determinados profissionais, mas direcionados para toda a sociedade. Nesse sentido, acredita-se que a parceria junto ao Observatório Social implica no despertar do assunto pela entidade, que em sua essência representa a sociedade civil. Viabilizar acesso igualitário, é permitir então, que a sociedade aprenda e conviva com a inclusão em suas diferentes esferas, tornando-se assim, para a Arquitetura, a concretização de projetos escolares inclusivos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Adriana Francisca de. **Acessibilidade e Ergonomia na Inclusão de Crianças com Deficiência Física**: análise das E.M.E.F do Município de Guariba (SP). In: Ação Ergonômica, v. 10, n. 1, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos**: NBR 9050. Rio de Janeiro, 2015.
- BRASIL. Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF, jan. 2017.
- BRASIL. **Manual do Programa Escola Acessível**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2010.
- DISCHINGER, Marta; *et al.* **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas**: o direito à escola acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.
- DISCHINGER, Marta; MACHADO, Rosângela. **Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis**. In: Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. Ano 2, agosto/2006. Brasília.
- IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. 2. ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2005.
- OMS. **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde**: classificação detalhada com definições, 2003.

ORSTEIN, Sheila; *et al.* **Ambiente Construído e Comportamento: a Avaliação Pós-ocupação e a Qualidade Ambiental.** Studio Nobel, EDUSC. São Paulo, 1994.

SANOFF, H. **A visioning process for designing responsive schools.** Washington, DC: National Clearinghouse for Educational Facilities, 2001.

Fonte financiadora: edital 200/2018 – UNESC.

ISBN 978-65-5035-096-3



9 786550 350963 >